
**Relatório
de Governo
Societário**

2022

**Águas da
Região de
Aveiro, S.A.**

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 03 de março de 2023

Índice

I.	Síntese (Sumário Executivo)	2
II.	Missão, Objetivos e Políticas	3
III.	Estrutura de capital	8
IV.	Participações Sociais e Obrigações detidas	10
V.	Órgãos Sociais e Comissões	11
	A. Modelo de Governo	11
	B. Assembleia Geral	12
	C. Administração e Supervisão	12
	D. Fiscalização	24
	E. Revisor Oficial de Contas (ROC)	29
	F. Conselho Consultivo	30
	G. Auditor Externo	30
VI.	Organização Interna	32
	A. Estatutos e Comunicações	32
	B. Controlo Interno e Gestão de Riscos	34
	C. Regulamentos e Códigos	40
	D. Deveres Especiais de Informação	46
	E. Sítio na Internet	48
	F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	49
VII.	Remunerações	51
	A. Competência para a Determinação	51
	B. Comissão de Fixação de Remunerações	52
	C. Estrutura das Remunerações	52
	D. Divulgação das Remunerações	53
VIII.	Transações com Partes Relacionadas e Outras	55
IX.	Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental	58
X.	Avaliação do Governo Societário	68
XI.	ANEXOS DO RGS	74

I. Síntese (Sumário Executivo)

O presente relatório foi preparado tendo em respeito a legislação em vigor, nomeadamente as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, no contexto da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto.

Na elaboração do relatório privilegiou-se a utilização de informação clara, concisa e suficiente, e evitando-se, sempre que possível, a remissão para outros documentos.

De referir ainda, que face ao ano de 2021, não se verificaram em 2022 alterações significativas em matérias de Boas Práticas de Governo Societário adotadas, apesar da situação geopolítica que se vive relativa à invasão da Ucrânia pela Federação Russa.

CAPÍTULO II do RJSPE – Práticas de bom governo		sim	não	data
Artigo 43.º	apresentou plano de atividades e orçamento para 2022 adequado aos recursos e fontes de financiamento disponíveis	x		10/02/2022 (2ª versão)
	obteve aprovação pelas tutelas setorial e financeira do plano de atividades e orçamento para 2022	x		15/11/2022
Artigo 44.º	divulgou informação sobre estrutura acionista, participações sociais, operações com participações sociais, garantias financeiras e assunção de dívidas ou passivos, execução dos objetivos, documentos de prestação de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental com relatório do órgão de fiscalização, identidade e curriculum dos membros dos órgãos sociais, remunerações e outros benefícios	x		-
Artigo 45.º	submeteu a informação financeira anual ao Revisor Oficial de Contas, que é responsável pela Certificação Legal das Contas da empresa	x		03/03/2023
Artigo 46.º	elaborou o relatório identificativo de ocorrências, ou risco de ocorrências, associado à prevenção da corrupção, de 2022	x		10/02/2022
Artigo 47.º	adotou um código de ética e divulgou o documento	x		-
Artigo 48.º	tem contratualizada a prestação de serviço público ou de interesse geral, caso lhe esteja confiada	x		-
Artigo 49.º	prosseguiu objetivos de responsabilidade social e ambiental	x		-
Artigo 50.º	implementou políticas de recursos humanos e planos de igualdade	x		-
Artigo 51.º	declarou a independência de todos os membros do órgão de administração e que os mesmos se absterem de participar nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	x		-
Artigo 52.º	declarou que todos os membros do órgão de administração cumpriram a obrigação de comunicar as participações patrimoniais que detenham na empresa e relações suscetíveis de gerar conflitos de interesse ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção Geral de Finanças	x		2020 e 12/04/2022
Artigo 53.º	providenciou no sentido de que a UTAM tenha condições para que toda a informação a divulgar possa constar do sítio na <i>internet</i> da Unidade Técnica	x		-

CAPÍTULO II do RJSPE – Práticas de bom governo	sim	não	data
Artigo 54.º apresentou o relatório do órgão de fiscalização em que é aferido constar do relatório anual de práticas de governo societário informação atual e completa sobre todas as matérias tratadas no Capítulo II do RJSPE (boas práticas de governação)	x		03/03/2023

II. Missão, Objetivos e Políticas

1. *Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como da visão e dos valores que orientam a empresa (vide artigo 43.º do RJSPE).*

A AdRA segue as melhores práticas de governação do setor, garantindo uma empresa sustentável e eficaz, num enquadramento que visa prestar um serviço público de interesse económico geral, como é o serviço de abastecimento de água e de saneamento.

Missão da AdRA

Prestar o serviço de abastecimento de água e saneamento de forma sustentável, visando a satisfação dos clientes, e das partes interessadas, com qualidade, segurança e continuidade, contribuindo para a requalificação ambiental da Região.

Visão da AdRA

Consolidação como a empresa de referência do setor, de reconhecida eficiência e garantida fiabilidade do serviço prestado, a preços socialmente aceites.

Objetivo da AdRA

Garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, no sentido de proteção da saúde pública, bem-estar das populações, proteção do ambiente e sustentabilidade económico-financeira do setor, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território.

A AdRA tem como Valores Centrais:

- Espírito de Servir
- Excelência
- Integridade
- Responsabilidade
- Rigor

2. *Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida (vide artigo 38.º do RJSPE), designadamente:*

No contexto da implementação da Missão, Visão e Valores, a Águas da Região de Aveiro, S.A., assume uma postura de Ética e Sustentabilidade Empresarial, certa das suas responsabilidades na contribuição para a saúde pública e uma melhor qualidade de vida da sociedade em que está inserida, na senda do reconhecimento como a referência na Gestão do Abastecimento de água para Consumo Humano e do Saneamento das Águas Residuais.

Assim, num quadro de respeito integral das obrigações de conformidade aplicáveis ao serviço e produto, ao ambiente, à energia, aos ativos e segurança e saúde ocupacional, segurança da informação e igualdade de géneros, e numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, assume os seguintes compromissos de gestão, como forma de assegurar a satisfação dos seus/suas clientes, colaboradores/as e restantes partes interessadas:

Serviço

- Satisfação dos/das clientes, através de um elevado nível de exigência e qualidade de serviço, potenciadas por uma busca permanente de eficácia e eficiência.
- Produção e fornecimento de um produto seguro, garantindo uma gestão e vigilância do sistema de abastecimento de água proactiva, sistemática e eficaz, baseada numa abordagem preventiva do risco.
- Comunicação externa no segmento da cadeia alimentar incluindo fornecedores, clientes e/ou consumidores/as e entidades estatutárias e regulamentares.

Social

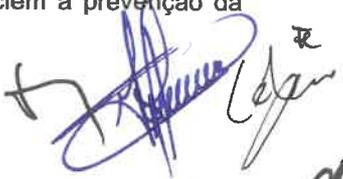
- Desenvolvimento de uma cultura de rigor, exigente e inovadora, assente no desenvolvimento e valorização das competências dos colaboradores/as, assegurando a sensibilização, formação e consciencialização pelo cumprimento dos compromissos desta política.
- Motivação e alinhamento dos colaboradores/as, promovendo um clima social que contribua para a sua valorização pessoal e profissional.
- Proporcionar condições de trabalho seguras e saudáveis, prevenindo lesões e danos na saúde e implementando ações para a avaliação e minimização dos perigos e redução do risco para a segurança e saúde dos colaboradores/as.
- Promoção da consulta aos/às colaboradores/as e/ou seus representantes por forma a potenciar o seu envolvimento e participação.
- Contribuir ativamente para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade, reconhecendo a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais bem como na vida familiar.
- Pautar por uma igualdade de género assente em pilares como: o princípio de igualdade de tratamento e de oportunidades através da inclusão na estratégia e na gestão da empresa; uma avaliação neutra, inclusiva e não discriminatória em processos de recrutamento e seleção e gestão de carreiras; a implementação de práticas de recursos humanos consistentes, tendo como propósito a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional bem como na proteção da parentalidade.

Segurança da informação

- Avaliação dos riscos suscetíveis de afetar a continuidade da atividade da empresa, bem como, a sua imagem e reputação, implementando medidas de gestão, controlo e mitigação do risco, que assegurem a segurança da informação.
- Assegurar uma eficaz e adequada proteção da informação através de meios e tecnologias garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação, necessária ao funcionamento da empresa e sua relação com as partes interessadas.
- Garantia da proteção dos dados pessoais, com respeito pelos princípios da licitude, lealdade, proporcionalidade e transparência, de acordo com os direitos, liberdades e garantias das pessoas.
- Assegurar o cumprimento do princípio da privacidade por defeito nos desenvolvimentos, projetos e atividades. O tratamento de dados pessoais cumpre com os procedimentos que assegurem o controlo, tratamento, conservação, disponibilização e acessibilidade por forma a garantir a proteção e privacidade da informação.

Ambiente e energia

- Avaliação dos aspetos e impactes ambientais das atividades, levando em conta o ciclo de vida, com o objetivo da proteção do ambiente, adotando práticas que potenciem a prevenção da poluição, numa perspetiva de melhoria do desempenho ambiental.


4/128
94

- Conceção, aquisição e utilização de tecnologias limpas, produtos e serviços energeticamente eficientes, sempre que economicamente viável, como forma de maximização da eficiência no uso e consumo de energia, na prevenção da poluição, contribuindo para a proteção do ambiente.

Ativos

- Avaliação do risco dos ativos operacionais para a continuidade do serviço, qualidade e segurança do produto, por forma a otimizar a sua utilização e ciclo de vida.

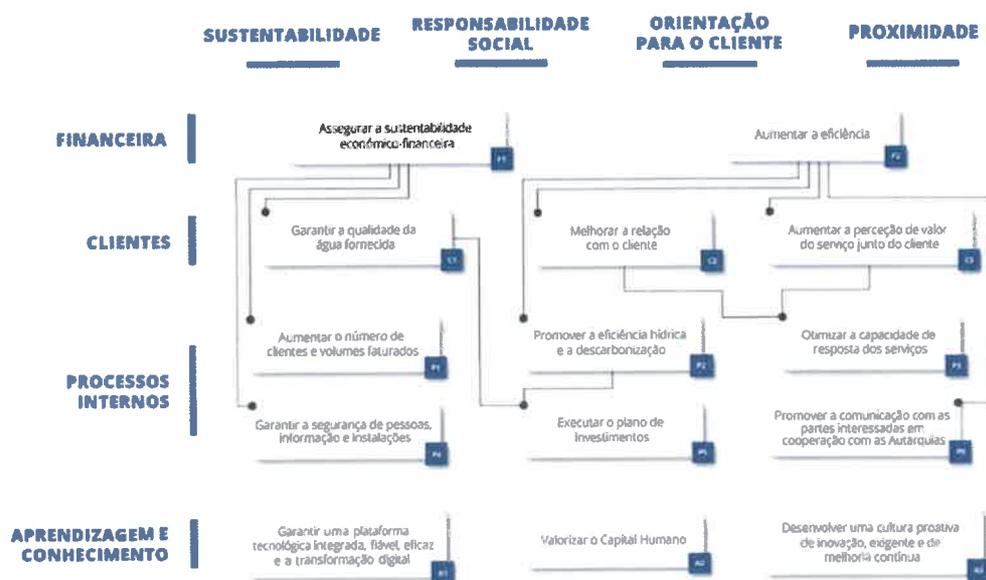
- Investimento em ações e meios nas fases de conceção, aquisição, utilização, manutenção, reabilitação ou abate, com base no plano estratégico de gestão de ativos, acrescentando valor ao ativo para a organização.

O Conselho de Administração assume esta política como base para implementação da sua estratégia, assim como a melhoria contínua do desempenho da empresa, disponibilizando a informação e os recursos necessários à prossecução dos objetivos e metas de gestão.

O posicionamento estratégico da empresa, conforme se depreende do mapa da estratégia, continua a desenvolver-se em torno dos quatro grandes pilares: sustentabilidade, responsabilidade social, orientação para o cliente e proximidade.

MAPA DA ESTRATÉGIA

2021/22



a) **Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros;**

Para o mandato 2020/2022 foram fixados pelos acionistas os objetivos e indicadores de gestão para avaliação da atividade empresarial.

	Indicador	Cálculo	Escala	AdRA
Financeiros	Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV + FSE + GP) / VN]$ Variação face ao PAO proposto	1. var > +0,10pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 3. var < -0,10 pp	10,0%
	Evolução Perdas	Volume Facturado/Volume Tratado face ao ano anterior	1. RP > 100% 2. 95% ≤ RP ≤ 100% 3. RP < 95%	10,0%
	Limite ao endividamento	$Endividamento = [Stock Divida (Ano N) / Stock Divida (Ano N-1)] - 1 * 100$	1: X > 2% 2: 1,5% <= X <= 2% 3: X < 1,50% * Investimentos materialmente relevantes são excluídos do cálculo, a percentagem adotada corresponde ao definido na legislação	10,0%
	Respeito Prazos de Pagamento	Variação do PMP face ano anterior	Quando PMP <= 60 dias e cumpre com o estipulado com RCM 34/2008 1. Incumprir: quando PMP aumenta mais que 1 dia face ao anterior 2. Cumpre: quando PMP aumenta 1 dia 3. Excede: quando PMP <= 60 dias Quando PMP > 60 dias ou incumprir com RCM 34/2008, 1. Incumprir: face ao ano anterior, x > -15% 2. Cumpre: face ao ano anterior, -25% < x < -15%	10,0%
	Rentabilidade	Variação do RL face ao PAO	1. Var < -5% 2. -5% <= Var <= 5% 3. Var > 5% * excluindo o efeito DRG	10,0%
Ambientais e de Serviço	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	1. Nº Ações executadas face ao previsto < 80,00% 2. Nº Ações executadas face ao previsto 80% <= x < 90% 3. Nº Ações executadas face ao previsto >= 90%	10,0%
	Qualidade da Água Fomecida	AQA = QA (Ano N)	1. AQA < 97,00% 2. 97,00% <= AQA < 99,00% 3. AQA >= 99,00% * sem deterioração face ao ano anterior	20,0%
	Qualidade das Águas Residuais	AQAR = QAR (Ano N)	1. AQAR < 90,00% 2. 90,00% <= AQAR <= 95,00% 3. AQAR > 95,00% * sem deterioração face ao ano anterior	20,0%
Nr de indicadores				100,0% 8

b) Grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar.

A administração da AdRA atingiu a maioria dos objetivos estabelecidos conforme quadro a seguir apresentado.



Objetivos de Gestão para o Ano de 2022

Indicadores Financeiros		Valor Fixado ¹	Ponderação	Valor Atingido	Avaliação
Eficiência de Gestão					
$PRC = [(GV+FSE+GP)/NN]$ Variação face ao PAO proposto	PP	1. var > +0,10 pp 2. -0,10 pp ≤ var ≤ +0,10 pp 3. var < -0,10 pp	10,0%	2,7%	1
Evolução de Perdas					
Volume Faturado/Volume Tratado face ao ano anterior	%	1. RP > 100% 2. 95% ≤ RP ≤ 100% 3. RP < 95%	10,0%	89,8%	3
Limite ao endividamento					
$Endividamento = [Stock Dívida (Ano N) / Stock Dívida (Ano N-1)] * 100$	(%)	1. X > 2% 2. 1,5% ≤ X ≤ 2% 3. X < 1,5%	10,0%	2,9%	1
Respeito Prazos de Pagamento					
Variação do PMP face ao ano anterior	dias	Quando PMP ≤ 60 dias e cumpre com o estipulado com RCM 34/2008 1. Incumprir: quando PMP aumenta mais que 1 dia face ao anterior 2. Cumprir: quando PMP aumenta 1 dia 3. Excede: quando PMP ≤ 60 dias	10,0%	1 dia	2
Rentabilidade					
Variação do RL face ao PAO	%	1. var < -5% 2. -5% ≤ var ≤ 5% 3. var > 5% *excluindo o efeito DRG	10,0%	-21,9%	1
Indicadores Ambientais de Serviço					
Plano de Manutenção					
Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	%	1. N.º Ações executadas face ao previsto < 80% 2. N.º Ações executadas face ao previsto 80% ≤ X ≤ 90% 3. N.º Ações executadas face ao previsto ≥ 90%	10,0%	94,4%	3
Qualidade da Água Fornecida					
AQA = QA (Ano N)	%	1. AQA < 97% 2. 97% ≤ AQA < 99% 3. AQA ≥ 99% *sem deterioração face ao ano anterior	20,0%	100,0%	3
Qualidade das Águas Residuais					
AQAR = QAR (Ano N)	%	1. AQAR < 90% 2. 90% ≤ AQAR ≤ 95% 3. AQAR > 95% *sem deterioração face ao ano anterior	20,0%	100,0%	3
Avaliação Global de Desempenho					2,3

¹ Valor fixado em Assembleia Geral de 23 de junho de 2021

Modo de Avaliação

- 1 - Não atingido
- 2 - Atingido
- 3 - Superado

Avaliação dos Gestores

- Desadequado < 1,8
- Adequado 1,8 ≤ Avaliação < 2,5
- Superado ≥ 2,5

3. Indicação dos fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da empresa.

As atividades da AdRA estão sujeitas a um conjunto de fatores chave que impactam nos resultados dos quais destacamos:

- Exigências ambientais, nacionais e comunitárias relevantes num quadro de contenção de gastos no setor público;
- Atuação do Regulador Setorial, com independência assegurada e poderes sucessivamente acrescidos, em que se inclui a corresponsabilização pelo desenho de soluções com forte impacto na sustentabilidade económico-financeira, ambiental e comportamental;
- Evolução dos preços dos principais fornecimentos de matérias e serviços;
- Gestão do equilíbrio relacional com os parceiros;
- Enquadramento macroeconómico do país, enquanto fator determinante nas condições de acesso e custo de capital;



7/128

- Criticidade, por forma a garantir níveis de acessibilidade tarifária aceitáveis, do acesso a financiamento comunitário a fundo perdido para comparticipar os elevados investimentos associados à infraestruturação exigida pelos planos estratégicos estabelecidos para o setor;
- Capacidade de atrair os meios humanos necessários em face das restrições impostas ao setor público.

4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada empresa, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela empresa (vide n.º 4 do artigo 39.º do RJSPE).

Durante o exercício de 2022, o Conselho de Administração da AdRA atuou em conformidade com as orientações estratégicas que lhe foram definidas pelo acionista Águas de Portugal, as quais são definidas pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis à sua área de atuação. O exercício de funções do Conselho de Administração da AdRA teve ainda em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Estatuto do Gestor Público e no Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, designadamente:

- Cumprir todos os objetivos da empresa definidos pelos acionistas;
- Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão, no contrato de parceria e a realização da estratégia da empresa;
- Acompanhar, verificar, controlar a evolução da atividade e do negócio da empresa em todas as suas vertentes;
- Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- Assegurar a suficiência, a veracidade e fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade.

III. Estrutura de capital

1. Divulgação da estrutura de capital (consoante aplicável: capital estatutário ou capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE).

A 31 de dezembro de 2022, o capital social da AdRA era integralmente detido pelos seguintes acionistas:



Acionistas

Unidade Euro, %	Nº de Ações	Capital Social	%
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	1.785.000	8.925.000	51,00%
Município de Aveiro	607.110	3.035.550	17,35%
Município de Ílhavo	289.835	1.449.175	8,28%
Município de Ovar	289.835	1.449.175	8,28%
Município de Albergaria-a-Velha	222.950	1.114.750	6,37%
Município de Estarreja	180.075	900.375	5,15%
Município de Oliveira do Bairro	102.900	514.500	2,94%
Município de Águeda	17.150	85.750	0,49%
Município da Murtosa	1.715	8.575	0,05%
Município de Sever do Vouga	1.715	8.575	0,05%
Município de Vagos	1.715	8.575	0,05%
Total	3.500.000	17.500.000	100%

Todas as ações emitidas são da classe A e têm direito de voto, sendo o seu valor nominal de 5 euros. As ações da classe A devem representar, sempre e pelo menos, 51% do capital social com direito a voto, e delas apenas podem ser titulares entes públicos, tal como definidos na al. a) do n.º 2 do artigo 1º da Lei n.º 71/88, de 24 de maio, ou os municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga e Vagos ou outros municípios que venham a integrar o S.A.R.A.. As ações da classe A podem ser convertidas em ações da classe B, a pedido do seu titular e mediante prévia deliberação favorável da assembleia geral da sociedade. A subscrição de ações da classe A é reservada aos acionistas titulares de ações do mesmo tipo. As ações são nominativas e assumem a forma escritural.

2. Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.

A transmissão de ações da AdRA tem que obedecer ao definido no art.º 8º do Contrato de Sociedade e ao definido no DL 133/2013, de 3 de outubro. As ações da classe A apenas poderão ser transmitidas a favor dos demais acionistas da mesma classe de ações, a favor das entidades referidas no n.º 3 do art. 5º, e, sempre sem prejuízo do aí disposto, no caso de cisão ou fusão de uma sociedade detentora desta classe de ações, para as sociedades que resultem dessa fusão ou cisão. Assim, a transmissão das ações fica subordinada ao consentimento da sociedade. Existe direito de preferência na transmissão de ações da classe A, a favor dos acionistas titulares da mesma classe de ações. Todos os acionistas, seja qual for a classe de ações de que sejam titulares, têm direitos de preferência na alienação de ações da classe B. Querendo o acionista transmitir ações deve pedir consentimento, por escrito à sociedade, mediante carta registada com aviso de receção, identificando o previsto adquirente, indicando as contrapartidas oferecidas e a respetiva valoração, bem como as demais condições da projetada transmissão. A sociedade deve pronunciar-se sobre o pedido no prazo de 60 dias contados da data de receção da carta mencionada. Se a sociedade não se pronunciar dentro do prazo referido, e sempre sem prejuízo do disposto, bem como do direito de preferência dos outros acionistas, é livre a transmissão das ações. É lícito recusar o pedido de consentimento com fundamento em qualquer interesse relevante da sociedade, devendo indicar-se sempre na deliberação o motivo da recusa. No caso de recusar licitamente o consentimento, e sempre sem prejuízo do disposto, a sociedade fica obrigada a fazer adquirir as ações por outra pessoa nas condições de preço e pagamento do negócio para que foi solicitado o consentimento. Tratando-se de transmissão a título gratuito, ou provando a sociedade que naquele negócio houve simulação de preço, a aquisição far-se-á pelo valor real, determinado nos termos previstos no art. 105º, n.º 2, do CSC. A sociedade caso aceite o pedido de consentimento ou não se pronuncie sobre o mesmo dentro do prazo, comunicará a todos os acionistas titulares do direito



9/128

de preferência na transmissão das ações em causa, a informação recebida, tendo estes um prazo de 30 dias a contar da sua receção para declararem se exercem o direito de preferência na aquisição das ações. Querendo vários acionistas preferir, as ações alienadas serão distribuídas a cada um, incluindo ao primitivo adquirente, se já for acionista, na proporção das respetivas participações sociais. Não existe a necessidade de consentimento da sociedade nem o direito de preferência, no caso de transmissão pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., a outros municípios que venham a integrar o SARA, desde que a AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., mantenha, sempre, pelo menos, uma percentagem do capital social com direito a voto igual ou superior a 51%.

- 3. Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da empresa e possam conduzir a eventuais restrições.**

Não é do conhecimento da sociedade a existência de acordos parassociais que possam conduzir a eventuais restrições para além do referido no ponto anterior.

IV. Participações Sociais e Obrigações detidas

- 1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras empresas, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação nos termos do que para o efeito estabelece o Código das Sociedades Comerciais (CSC) no seu artigo 447.º (vide alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE).**

Os membros dos órgãos sociais da AdRA não são titulares de participações qualificadas noutras entidades. A AdRA não é titular de participações sociais noutras entidades.

- 2. Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer empresas de natureza associativa ou fundacional (vide alínea c) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE).**

No exercício de 2022, a AdRA não participou na aquisição e/ou alienação de participações sociais. Em 2022, a AdRA pagou quotizações às seguintes entidades:

- Associação Industrial do Distrito de Aveiro;
- Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas;
- Associação Nacional para a Qualidade nas Instalações Prediais;
- Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental.

- 3. Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, quando aplicável nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do CSC.**

Os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, não detém quaisquer ações e obrigações emitidas pela sociedade AdRA.



10/128

4. Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a empresa.

Não existem relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade para além das mencionadas no ponto 1 do capítulo VIII.

V. Órgãos Sociais e Comissões

A. Modelo de Governo

A empresa deve apresentar um modelo de governo societário que assegure a efetiva separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização (vide n.º 1 do artigo 30.º do RJSPE).

1. Identificação do modelo de governo adotado.

Nos termos do artigo 11º dos Estatutos da Sociedade, são órgãos sociais da sociedade a assembleia geral, o conselho de administração e o conselho fiscal e um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas que não seja membro daquele órgão. Os membros da mesa da assembleia geral e dos demais órgãos sociais são eleitos em assembleia geral por períodos de três anos, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, contando-se como completo o ano civil em que foram eleitos.

Nos termos do artigo 14º dos Estatutos da Sociedade a mesa da assembleia geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário. Compete ao presidente convocar assembleias gerais, dirigi-las e praticar quaisquer atos previstos na lei, nos estatutos da sociedade ou em deliberação dos acionistas.

Nos termos do n.º 1, do artigo 18º, dos Estatutos da Sociedade, o conselho de administração é composto por três a cinco administradores, sendo que foram eleitos cinco membros, sendo um, o presidente, e os restantes, vogais.

Nos termos do artigo 19º dos Estatutos da Sociedade, o conselho de administração tem poderes de gestão e representação da sociedade que lhe foram cometidos por lei, pelos Estatutos e pelas deliberações dos acionistas.

Nos termos do artigo 20º dos Estatutos, o conselho de administração pode ainda deliberar delegar num administrador ou numa comissão executiva composta por dois a três administradores, consoante o número de membros que componham o conselho de administração, a gestão corrente da sociedade, devendo a deliberação da delegação fixar os limites da mesma.

Por deliberação da Assembleia Geral de 15 de junho de 2020, foram eleitos os membros do Conselho de Administração para o triénio 2020/2022, composto por cinco membros, um executivo (Presidente) e quatro não executivos (Vogais).

Nos termos do artigo 24º dos Estatutos da Sociedade, a fiscalização da sociedade será exercida por um conselho fiscal composto por três membros efetivos e um suplente, e um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas que não seja membro desse conselho fiscal. A assembleia geral que eleger o conselho fiscal designará o respetivo presidente de entre os membros efetivos. O revisor oficial de contas, ou a sociedade de revisores oficiais de contas, é nomeado pela assembleia geral, sob proposta do conselho fiscal. O modelo de governo da AdRA assenta numa separação de poderes entre os diversos órgãos sociais.

Os órgãos sociais que compõem o modelo de governo da AdRA adotam o modelo previsto no artigo 278.º, n.º 1, alínea a) e n.º 3, artigo 413.º, n.º 1, alínea b) e n.º 2, alínea a), segunda parte e no artigo 446.º-D, n.º 1, todos do Código das Sociedades Comerciais.



11/128

B. Assembleia Geral

- 1. Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação dos cargos e membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (data de início e fim). Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).**

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
2020-2021	Presidente	Município da Murtosa, representado pelo Presidente, Joaquim Manuel dos Santos Baptista	AG	15/06/2020
2021-2022	Presidente	Município da Albergaria-a-Velha, representado pelo Presidente, António Augusto Amaral Loureiro e Santos	AG	16/03/2022
2020-2022	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	AG	15/06/2020
2020-2022	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	AG	15/06/2020

Legenda: AG - Assembleia Geral

- 2. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.**

A assembleia geral pode deliberar em primeira convocação desde que estejam presentes ou representados acionistas que detenham mais de metade do capital social.

A assembleia geral reunirá ainda sempre que o requeiram o conselho de administração, o conselho fiscal, ou ainda os acionistas que representem pelo menos 5% do capital social.

C. Administração e Supervisão

- 1. Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão.**

O Conselho de Administração é eleito em Assembleia Geral que designa, nos termos do Estatuto do Gestor Público, a condição de executivo ou não executivo. A substituição de membros pode igualmente ser deliberada em Conselho de Administração, por cooptação, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais, sem prejuízo de posterior ratificação pela Assembleia Geral.

- 2. Indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros e duração estatutária do mandato dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão.**

A administração da sociedade será exercida por um conselho de administração, composto por três a cinco membros. Os membros do conselho de administração são eleitos em assembleia



12/128

geral por períodos de três anos, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, contando-se como completo o ano civil em que foram eleitos.

3. **Caracterização da composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação dos membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).**

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma ¹	Data	Entidade Pagadora	(O/D) ²
2020-2022	Presidente Executivo	Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos	AG	15/06/2020	Águas da Região de Aveiro, S.A.	D
2020-2022	Vogal não Executivo	Célia Maria Pereira Cardoso André	AG	15/06/2020	Águas de Portugal SGPS, S.A.	O
2020-2022	Vogal não Executivo	Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda	AG	15/06/2020	Águas do Norte, S.A.	O
2020-2021	Vogal não Executivo	Município de Albergaria-a-Velha, representado pelo Presidente, António Augusto Amaral Loureiro e Santos	AG	15/06/2020	Município de Albergaria-a-Velha	O
2021-2022	Vogal não Executivo	Município da Murtosa, representado pelo Presidente, Joaquim Manuel dos Santos Baptista	AG	16/03/2022	Município da Murtosa	O
2020-2022	Vogal não Executivo	Município de Ovar, representado pelo Presidente, Salvador Malheiro Ferreira da Silva	AG	15/06/2020	Município de Ovar	O

Número estatutário mínimo e máximo de membros - 3 / 5

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

(2) O/D – Origem / Destino

4. **Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes¹, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão (vide artigo 32.º do RJSPE).**

Relativamente à distinção de membros executivos e não executivos, ver informação constante do nº 2 e 3 anteriores. Os representantes dos acionistas, na qualidade de membros não executivos do Conselho de Administração da AdRA, S.A., desempenham as suas funções com independência. Não existe Conselho Geral e de Supervisão, nem Comissão de Auditoria.

5. **Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.**

Curriculum Vitae dos membros do Conselho de Administração:

Presidente – Eng.º Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos

Nasceu no Porto a 24 de Janeiro de 1956

Habilitações Académicas

¹ A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente. Quanto aos demais membros do Conselho de Administração, considera-se independente o que não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na empresa nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Grupo Águas de Portugal

Licenciado em engenharia civil, opção de hidráulica, pela Universidade do Porto, no ano de 1978/1979. Pós graduação em Engenharia sanitária no ano de 1981/1982 pela Universidade Nova de Lisboa. First Certificate in English, University of Cambridge.

Programa de Alta Direção de Empresa - PADE; 1992; - Associação de Estudos Superiores de Empresa.

Carreira Profissional

Foi até novembro de 2017, Vogal do Conselho de Administração da empresa Águas do Centro Litoral, S.A.

Foi até Dezembro de 2009 Vogal do Conselho de Administração da empresa Indaqua, Industria e Gestão de Águas, S.A., sociedade que atua no mercado das concessões dos serviços de água e saneamento, através de diversas sociedades concessionárias e de uma parceria público privada no mesmo sector. Foi também Vogal do Conselho de Administração das empresas Indaqua Fafe, S.A., Indaqua Feira S.A., Indaqua Santo Tirso / Trofa S.A., Indaqua Matosinhos, S.A., Indaqua Vila do Conde S.A., empresas detidas e controladas pela Indaqua S.A..

Foi membro da Gerência da empresa Hidrocontrato, empresa especializada em instalações de elevação e tratamento de água e águas residuais.

Foi Diretor Técnico, entre Dezembro de 1997 e Julho de 1999, da empresa Águas do Douro e Paiva, S.A., empresa concessionária multimunicipal de água na área do grande Porto.

Em 1994 iniciou a sua atividade como Diretor na empresa RAR Ambiente, S.A., empresa do grupo RAR (Refinarias do Açúcar Reunidas S.A.). Nesta empresa, acompanhou os processos de criação de três áreas de negócio que deram origem às empresas Recolte S.A., na área dos resíduos sólidos urbanos e limpeza pública, Indaqua S.A. na área da água e Climaespaço S.A. na área da energia (responsável pela produção e distribuição urbana de frio e calor na zona da Expo 98 em Lisboa).

Foi Diretor Regional do Ambiente e Recursos Naturais, cargo que exerceu durante 3 anos, até Julho de 1992.

Foi Presidente da Unidade de Gestão do Programa Operacional Integrado do Vale do Ave, Programa do III Quadro Comunitário de Apoio de 1989 a 1993.

Foi Vogal da Comissão Executiva da Operação Integrada de Desenvolvimento do Vale do Ave.

Em 1989 participou no Grupo de Trabalho para a criação da Administração de Recursos Hídricos do Norte.

Foi representante da Comissão de Coordenação da Região do Norte na Comissão de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Ave (CGIBHA).

Integrou o Projeto de Gestão Integrada de Recursos Hídricos da Região do Norte (PGIRH/N) como responsável pela área de Controlo de Poluição e Planeamento de Sistemas Regionais de Saneamento Básico (entre 1986 e 1989).

Desenvolveu atividades de investigação aplicada no Projeto "Methodologies for Water Policy Analysis" (financiado pela NATO no âmbito do programa Nato-Po-Waters), como "research assistant".

Foi responsável pelo Subprojecto "Water Management Plan", no Projeto "Methodologies for Water Resources Development and Management" (projeto Nato-Po-Rivers).

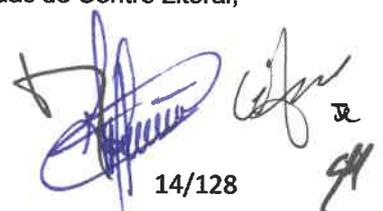
Atividade docente, tendo sido lecionado a cadeira de "Administração e Política de Ambiente" no Mestrado de Ambiente da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto em 1995.

Participação em várias publicações de artigos técnicos no sector da água.

Cargos que ocupa

Desde 2010 é membro do Conselho de Administração da AdRA – Águas da Região de Aveiro, SA, sendo Presidente do Conselho de Administração desde novembro de 2017.

Desde julho 2019 é membro do Conselho de Administração da AdCL – Águas do Centro Litoral, S.A., sendo Vogal não executivo do Conselho de Administração.



14/128

Vogal - Dra. Célia Maria Pereira Cardoso André

Nasceu em Lisboa a 12 de fevereiro de 1957

Habilitações Académicas

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa.

Carreira Profissional

De 1982 a 2002 – IPE- Investimentos e Participações Empresariais, S.A.

Direção de Acompanhamento e Controlo Empresarial-DACE

•Acompanhamento e Controlo Empresarial dos sectores Farmacêuticos e Fosforeiros, análise dos orçamentos de exploração, análise da situação económico-financeira das empresas e respetivos setores.

Direção de Programação e Controlo

•Controlo da gestão das empresas do Grupo, através de um sistema de Informação para a Gestão, desenvolvimento de um estudo dos métodos de consolidação de Contas e da 7ª Diretiva da CEE, elaborando o 1º Balanço Consolidado do Grupo em fase experimental.

Direção Financeira

•Responsável pelo Controlo das Operações Financeiras do Grupo, tendo a seu cargo a elaboração e controlo do Orçamento de Tesouraria e do Orçamento de Exploração e a elaboração de mapas de Tableaux de Bord mensais. Diversos trabalhos de apoio à Direção Financeira e a outras sub-holdings da IPE.

2002 a 2007 – AdP, Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.

Incentivos Financeiros

•Apoio às empresas participadas e aos sistemas multimunicipais na elaboração dos pedidos de pagamentos ao Fundo de Coesão, acompanhamento dos pedidos de pagamentos junto do POA e DGDR e controle dos planos financeiros das candidaturas.

•Responsável pela faturação de prestações de serviços da direção de engenharia às empresas e pelo controlo orçamental da direção de engenharia.

De 2007 a 2015 - AdP, Águas de Portugal S.G.P.S., S.A.

UNAPD- Unidade de Produção e Depuração

•Responsável do Controlo de Gestão, assegurando a recolha, análise e tratamento da informação de gestão relativa às Empresas Participadas que integram a UNA-PD; acompanhamento e apoio do processo orçamental das participadas; apoio técnico às revisões de estudos Económico Financeiros; cálculo e acompanhamento do processo de auditoria aos Indicadores de Objetivos de Gestão; Estrutura Analítica (CO) e ainda assegurar a divulgação de obrigações transversais ao grupo.

•Coordenação de um grupo de trabalho com vista a uniformizar a informação referente a várias áreas da empresa e o seu respetivo reporte, (BW).

•Participação no grupo de trabalho de Modelo de Dados de Gestão de Ativos em Alta e Baixa.

•Participação no grupo de Indicadores de Gestão de Ativos

De 2015 a 2017 - AdP, Águas de Portugal S.G.P.S., S.A.

Planeamento e Controlo de Gestão

•Trabalhos na área do controlo de gestão das empresas do Grupo.

De 2017 a 2021 – AdP, Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Direção de Regulação e Planeamento e Controlo de Gestão – Área de Regulação


15/128

Grupo Águas de Portugal

- Trabalhos na área de Regulação.

Desde 2021 – Assessor na AdP, Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Vogal não executivo do Conselho de Administração da AdRA – Águas da Região de Aveiro, SA., desde 2009.

Vogal não executivo do Conselho de Administração da AdAM. – Águas do Alto Minho, S.A., desde 2019.

Outras Atividades

- Elaboração de um artigo sobre “O Efeito da Inflação nas Contas das Empresas”, publicado na revista Informação IPE.

- Participação na elaboração de um projeto do sector farmacêutico para a construção de um novo laboratório.

Formações

- “Programa Avançado de Finanças para Executivos”, pela Universidade Católica.

- Marketing Management, pelo CIFAG.

- “Sistema de Controlo de Gestão – Diagnóstico e Conceção”, pelo CIFAG.

- “Avaliação de Empresas”, ministrado pelo Dr. Paul Raphael da Salomon, Brothers Inc.

- “Finanças para Quadros Superiores”, pela FINIPE.

- Gestão do Tempo”, pelo CIFAG.

- “Técnicas dos Instrumentos Financeiros de Câmbio e Taxa de Juro, pela CEGOC.

- Mesa Redonda “O Ano 2000 e o Euro – Repercussões nas Empresas”, pela CEGOC.

- “Mercado de Derivados”, pela Bolsa de Derivados do Porto.

- “Grupos Económicos – Aspetos Contabilísticos, Fiscais e Internacionais”, pela NPF.

- “Implicações do Novo Regime do Imposto do Selo” pela Ernest & Young.

- “Avaliação Técnica e Operativa da implementação do CASH POOLING”, pelo Institute for International Research.

- ”Gerir emoções em situações difíceis”, pela CEGOC.

- Membro da Ordem dos Economistas.

- Membro da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC).

Vogal – Eng.ª Fernanda Conceição Abreu Lacerda

Data de Nascimento: 15 de julho de 1972

Habilitações Académicas

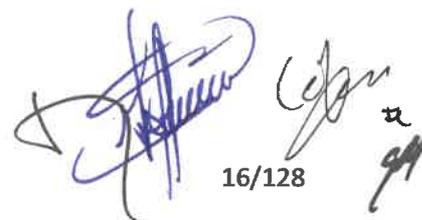
Licenciatura em Engenharia Civil, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1996). Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Desenvolvimento Sustentável, pela Universidade Católica Portuguesa (2006).

Carreira Profissional

De 1996 a setembro de 1997, Engenheira Civil na empresa Hidrofunção – Consultores de Engenharia, Lda.

De setembro de 1997 até outubro de 2006, responsável pela Unidade de Planeamento e Controlo Empresarial na empresa Águas do Douro e Paiva, S.A.

De novembro de 2006 até junho de 2016, Diretora Técnica na empresa Águas do Porto, EM.



16/128

Desde junho de 2016, Vogal Executiva do Conselho de Administração da empresa Águas do Norte, S.A.

Desde novembro de 2017, Vogal não Executiva do Conselho de Administração da empresa Águas da Região de Aveiro, S.A.

Vogal – Eng.º Salvador Malheiro Ferreira da Silva

Data de Nascimento: 5 de agosto de 1972

Habilitações Académicas

- Licenciatura em Engenharia Mecânica, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1995).
- Pós-Graduação em motores de combustão interna, pelo Instituto Francês do Petróleo (1996).
- Mestrado em Engenharia Mecânica, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1997).
- Doutoramento em Ciências para a Engenharia, no ramo de Energia, Térmica e Combustão, pela Universidade de Poitiers (2002).

Carreira Profissional

- De maio de 2011 até à presente data: Técnico Reconhecido pelo Sistema de Gestão de Consumos Intensivos de Energia (SGCIE- ADENE).
- Especialista em Energia na Ordem dos Engenheiros (outorga conferida em maio de 2010).
- De 2006 até 2013: Consultor de vários grupos empresariais nacionais e estrangeiros, no âmbito das energias renováveis.
- De maio de 2006 a maio de 2008: Country Manager para a Bioenergia na Embaixada da Suécia em Lisboa (Swedish Trade Council).
- De 2004 até 2013, Membro do Conselho Consultivo do Centro de Biomassa para a Energia.
- De 2004 até 2013: Avaliador Técnico-Científico de projetos de investigação para a Comissão Europeia (Bruxelas), IAPMEI e Agência de Inovação (ADI).
- De 2004 a 2007: Membro do Conselho Consultivo da Agência de Energia de Entre Douro e Vouga (EDV-Energia).
- De 2004 a 2006: Delegado Adjunto da Delegação de Vila Real da Ordem dos Engenheiros.
- De fevereiro de 1999 a fevereiro de 2002: Engenheiro de Investigação na Renault SA – Direção de Investigação (Guyancourt, França).
- De fevereiro de 1999 a fevereiro de 2002: Investigador e Diretor de projeto no Laboratório de Combustão e Detonação- CNRS (Poitiers, França).
- Desde 1996 até 2013: Professor Universitário na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- De 2016 a 2022: Presidente da Comissão Política Distrital de Aveiro do PSD – Partido Social Democrata.
- De 2018 a 2022: Vice-presidente do PSD – Partido Social Democrata.

Cargos que ocupa

- Vogal não Executivo do Conselho de Administração da empresa Águas da Região de Aveiro, S.A.
- É Presidente da Câmara Municipal de Ovar desde 12 de outubro de 2013.



17/128

Data de Nascimento: 29 de março de 1970

Carreira Profissional

Vereador da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha – 2009-2013

- Presidente Honorário do Conselho de Administração da sociedade “UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A.” – desde 10/04/2015.
- Vereador da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha – 2009-2013.
- Entre 2006 e 2009 foi membro da Assembleia da Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha.
- Em 2006 foi membro fundador do Grupo Unifloresta, o maior grupo Português de proprietários florestais certificados pelas normas FSC® e PEFC™.
- Presidente do Conselho de Administração da sociedade “UNIMADEIRAS – Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A. – de 2005 a 2013.
- Em 2002, lançou a Expoflorestal – feira Ibérica dedicada ao setor florestal e ambiental.
- Gerente da sociedade “Amaral e Loureiro, Lda.” – desde 13/12/2000.
- Entre 1998 e 2005, exerceu as funções de vogal executivo da Junta de Freguesia de Albergaria-a-Velha.

Cargos que ocupa

- Vice-Presidente da CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (desde novembro de 2017).
- Em representação da CIRA, é membro da Direção da Associação para a Certificação Florestal do Baixo Vouga (desde 2014).
- Vogal não Executivo do Conselho de Administração da empresa Águas da Região de Aveiro, S.A. (desde novembro de 2013).
- Membro do Conselho Diretivo da Associação de Municípios do Carvoeiro-Vouga (desde novembro de 2013).
- Presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha (desde outubro de 2013).
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da ANEFA – Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente (desde 2013).
- Vice-Presidente do Conselho Fiscal da Associação Florestal do Baixo Vouga (desde 2013).

Vogal – Joaquim Manuel dos Santos Baptista

Data de Nascimento: 7 de outubro de 1969

Licenciado em Produção Agrícola pela Escola Superior Agrária de Coimbra.

Carreira Profissional

- Gerente de empresas agrícolas e de gabinetes de projetos de desenvolvimento rural.
- Diretor da Cooperativa Agrícola do Bunheiro/Murtosa.
- Secretário da Junta de Freguesia da Torreira de 1993 a 1997.
- Vice-Presidente da Câmara Municipal da Murtosa de 1998 a 2011.
- Presidente da Assembleia Distrital de Aveiro de 2012 a 2014.
- Vice-Presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro de 2013 a 2017.
- Presidente do Conselho Diretivo da Associação de Municípios do Carvoeiro de 2017 a 2021.
- Presidente da Câmara Municipal da Murtosa desde 2011.



18/128

6. ***Dar conhecimento de que foi apresentada declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças (IGF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (vide artigo 52.º do RJSPE).***

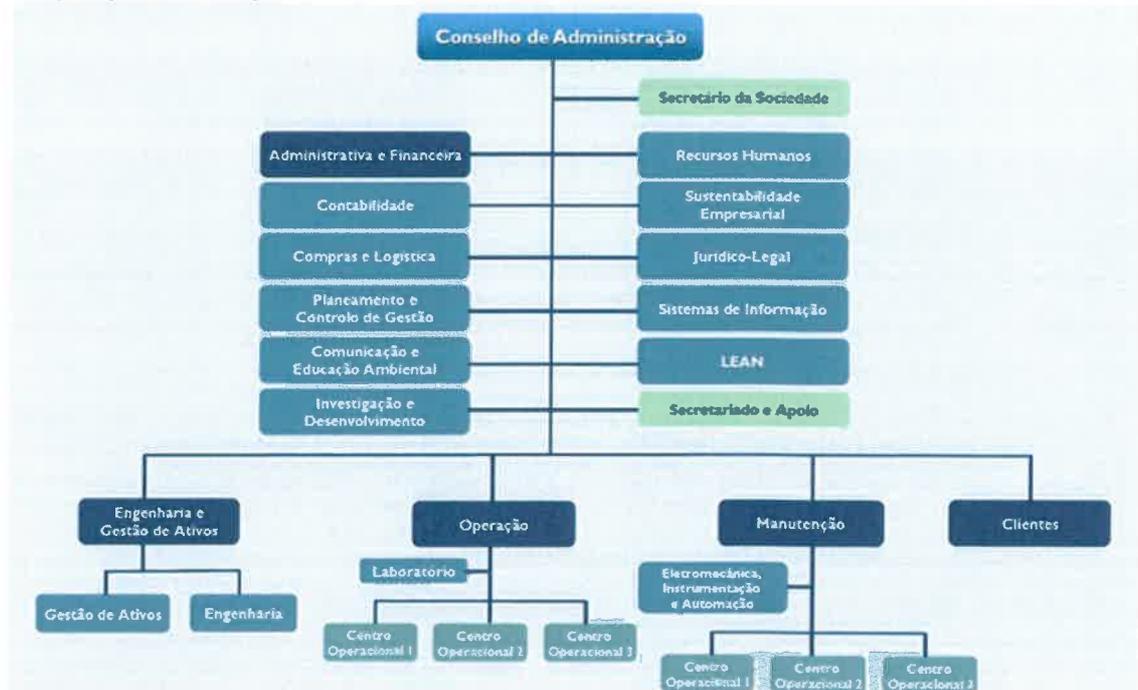
Os membros do órgão de administração da AdRA, não detêm quaisquer participações patrimoniais na empresa, nem quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse. Seguem em anexo comprovativos de apresentação das declarações.

7. ***Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas.***

O Presidente do CA da AdRA é Vogal não executivo na empresa Águas do Centro Litoral, Lda. Os Vogais não Executivos eleitos para o Conselho de Administração, representantes do Município de Ovar, do Município de Albergaria-a-Velha e Município da Murtosa, todos acionistas da empresa, desempenham a função de Presidente da Câmara nesses municípios. A Vogal Fernanda Conceição Abreu Lacerda no ano de 2022 exerceu também funções na empresa Águas do Norte, S.A. como Vogal Executiva do Conselho de Administração. Por fim, a Vogal Célia Maria Pereira Cardoso André, no ano de 2022, exerceu também funções na empresa Águas do Alto Minho, S.A. como Vogal Não Executiva do Conselho de Administração.

8. ***Apresentação de organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da empresa, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da empresa.***

A estrutura organizacional da AdRA, durante o ano de 2022, corresponde ao organograma que se apresenta a seguir:



A AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A. tem um conselho de administração (CA), e cinco direções de serviço. Dispõe de um conjunto de órgãos funcionais para apoio à gestão. Estes órgãos apresentam a seguinte afetação:

Jurídico-Legal/Secretário da Sociedade

Assegura a consultoria e assessoria jurídica a todas as áreas da Empresa, promovendo o seu funcionamento eficiente.

Secretariado e Apoio

É a área funcional responsável por assegurar os procedimentos administrativos e de suporte às atividades da Administração e Conselho de Administração, numa perspetiva de melhoria contínua e de acordo com boas práticas de organização e eficiência.

Comunicação e Educação Ambiental

É a área funcional responsável por gerir a imagem da Empresa através de uma comunicação institucional eficiente, harmonizando os formatos da comunicação com stakeholders internos e externos. Gerar conteúdos de comunicação com o cliente.

Sustentabilidade Empresarial

Tem como função assegurar a implementação da política e procedimentos promovendo a melhoria contínua dos processos, bem como do Sistema de Gestão, integrando as diversas vertentes, no âmbito da Sustentabilidade Empresarial.

Sistemas de Informação

Este serviço tem como objetivo gerir as plataformas tecnológicas da Empresa, desenvolver os Sistemas de Informação e correspondentes tecnologias de suporte, tecnologias de telecomunicações assim como interface com entidades tecnológicas, no sentido de desenvolver novas tecnologias em termos de sistemas de informação e telecomunicações.

Planeamento e Controlo de Gestão

Este departamento realiza as atividades inerentes ao planeamento e controlo de gestão, garantindo o cumprimento da estratégia e a fiabilidade da informação, em articulação com as demais áreas da Empresa.

(Assinaturas manuscritas)

Assegurar a implementação de uma política de gestão de recursos consonante com a Estratégia da Empresa, através da implementação de práticas administrativas e de gestão cada vez mais evoluídas e modernas, no sentido de garantir elevados níveis de satisfação e motivação dos Colaboradores e desempenhos profissionais adequados às exigências das diversas funções.

Contabilidade

Planear e assegurar a gestão financeira da Empresa, garantindo a fiabilidade da informação contabilística e o cumprimento das obrigações legais e fiscais que lhe são inerentes. Efetuar pagamentos e controlar os recebimentos.

Compras e Logística

Responsável pela gestão dos processos de compra acionados pelas várias áreas da Empresa. Gestão técnico-económica de stocks e respetivo suporte administrativo. Garantia do cumprimento legal associado à contratação de bens e serviços, no sentido de procurar a solução mais eficiente e competitiva que permita minimizar os custos e tempos de aquisição.

Investigação e Desenvolvimento

Apoiar as áreas funcionais da empresa na identificação, financiamento, organização e gestão de projetos de Investigação e Desenvolvimento.

Lean

Coordenação das ações de melhoria contínua direcionadas a todos os processos da Empresa, apoiando a criação e disseminação de uma cultura de Melhoria Contínua.

Direção Administrativa e Financeira

Planear e assegurar a gestão financeira da Empresa, garantindo a fiabilidade da informação contabilística e o cumprimento das obrigações fiscais e estatutárias. Gestão da vertente administrativa, gestão de tesouraria e gestão patrimonial.

Direção de Clientes

Tem como funções planear e assegurar o relacionamento da empresa com todos os seus clientes, promovendo e gerindo vários canais de comunicação, numa perspetiva de aumento da satisfação e fidelização dos clientes da empresa.

Atendimento e Assistência a Clientes

Supervisionar, verificar e assegurar os processos de atendimento no sentido de garantir uma resposta adequada aos clientes em articulação com outras áreas da empresa, bem como a gestão da informação comercial associada àqueles processos, de modo a garantir a promoção de uma boa imagem da empresa.

Faturação e Cobranças

Supervisionar, verificar e assegurar os processos de leitura, faturação, controlo de ficheiros de cobranças e de correção/atualização do cadastro físico dos locais de consumo, no sentido de garantir a emissão de faturas com o adequado suporte dentro dos prazos legais.

Clientes Estratégicos

Analisar, propor e controlar estratégias de adesão e acompanhamento de Clientes Estratégicos (clientes empresariais que se diferenciam pelos elevados consumos).

Marketing e novos Clientes

Analisar, definir, promover e controlar estratégias de adesão de novos Clientes à rede de abastecimento de água e drenagem de águas residuais.


21/128 94

Com funções de promover a concretização do Plano de Investimentos de expansão e de renovação previstos no contrato de gestão. Promover a realização de estudos e projetos e efetuar a gestão, fiscalização e controlo de obras. Promover a contratação, quando necessária, de prestação de serviços técnicos nas áreas de engenharia, projetos, obras e fiscalização. Assegurar a execução e comunicação de candidaturas. Garantir a gestão dos ativos da Empresa.

Gestão de Ativos

Assegurar uma gestão integrada dos ativos da Empresa, procurando garantir o equilíbrio entre a eficácia e eficiência operacional dos mesmos e promovendo a articulação de todas as áreas que desenvolvem atividades em cada uma das fases do respetivo ciclo de vida.

Engenharia

Promover a concretização do Plano de Investimentos de expansão e de renovação previstos no contrato de gestão. Promover a realização de estudos e projetos e efetuar a gestão, fiscalização e controlo de obras. Promover a contratação, quando necessária, de prestação de serviços técnicos nas áreas de engenharia, projetos, obras e fiscalização. Assegurar a execução e comunicação de candidaturas.

Direção de Operação

Tem como funções a captação, tratamento, transporte e distribuição da água, assegurando a sua quantidade e qualidade. Recolha, transporte e tratamento das águas residuais. Assegurar uma gestão integrada dos Ativos Operacionais que garanta o equilíbrio entre a eficácia e eficiência operacional dos mesmos, promovendo a articulação de todas as áreas que desenvolvem atividades em cada uma das fases do respetivo ciclo de vida.

Laboratório

Garantir o controlo da qualidade da água fornecida e da água rejeitada no meio. Assegurar o cumprimento dos programas de controlo operacional analítico da qualidade da água e o cumprimento dos requisitos do Sistema de Qualidade.

Centros Operacionais

Operação, monitorização e controlo, na sua área geográfica dos sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, nas vertentes de captação, adução, distribuição, de transporte e de elevação garantindo a qualidade dos serviços. Definir o plano de operação do sistema de produção e distribuição e operar eficientemente o sistema de abastecimento de água desde as captações e/ou receção até ao consumidor final.

Direção de Manutenção

Garantir o planeamento e execução da manutenção preventiva, condicionada e curativa dos ativos sob gestão da empresa, com o objetivo de maximizar o nível de serviço e eficiência operativa dos sistemas de abastecimento e saneamento.

Eletromecânica, Instrumentação e Automação

Promover o alinhamento da estratégia e políticas de gestão de ativos com a estratégia da Empresa, através da definição de linhas orientadoras para os processos de planeamento, investimento, operação, manutenção e desativação de ativos. Gestão global da frota da empresa.



9. Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo², indicando designadamente:

- a) Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas³;**

Membro do Conselho de Administração	N.º Reuniões do C.A. Realizadas	N.º Reuniões do C.A. nas quais esteve presente	Grau de Assiduidade
Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos	13	13	100%
Célia Maria Pereira Cardoso André	13	13	100%
Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda	13	12	92%
Município de Albergaria-a-Velha, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, António Augusto Amaral Loureiro e Santos	3	2	67%
Município de Ovar, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Salvador Malheiro Ferreira da Silva	13	11	85%
Município da Murtosa, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Manuel dos santos Baptista	10	9	90%

- b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, apresentados segundo o formato seguinte:**

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Identificação da data da autorização e forma
Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos	Águas do Centro Litoral, S.A.	Vogal Não Executivo	Público	AG
Célia Maria Pereira Cardoso André	Águas de Portugal SGPS, S.A.	Assessora	Público	AG (15/06/2020)
Célia Maria Pereira Cardoso André	Águas do Alto Minho, S.A.	Vogal Não Executivo	Público	AG (15/06/2020)
Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda	Águas do Norte, S.A.	Administradora Executiva	Público	AG (15/06/2020)
António Augusto Amaral Loureiro e Santos	Município de Albergaria-a-Velha	Presidente de Câmara	Público	AG (15/06/2020)
Salvador Malheiro Ferreira da Silva	Município de Ovar	Presidente de Câmara	Público	AG (15/06/2020)
Joaquim Manuel dos Santos Baptista	Município da Murtosa	Presidente de Câmara	Público	AG (16/03/2022)

- c) Órgãos da empresa competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos;**

Os Administradores com funções executivas são anualmente avaliados pelos acionistas, em sede de Assembleia Geral. Anualmente é ainda emitido pelos administradores não executivos um relatório de desempenho dos administradores executivos.

- d) Comissões⁴ existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.**

Não existem comissões no órgão de administração.

² Deve ser ajustado ao modelo de governo adotado.

³ A informação poderá ser apresentada sob a forma de quadro.

⁴ Que incluam ou tenham a participação de elementos do órgão de administração ou supervisão.

D. Fiscalização⁵

- 1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado: Fiscal Único, Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou Comissão para as Matérias Financeiras**

A estrutura de fiscalização da sociedade está assente num Conselho Fiscal e no Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. Nos termos estatutários, o Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e um suplente, e é eleito em Assembleia Geral, por períodos de três anos, podendo ser reeleito por uma ou mais vezes. Esta informação está disponível no site da AdRA em <https://www.adra.pt/adra-governo-da-sociedade#governo-da-sociedade>

- 2. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do órgão de fiscalização.**

Curriculum Vitae dos membros do Conselho Fiscal:

Presidente - Silvério Rodrigues Regalado

Data de Nascimento: 07 de maio de 1979

Habilitações Académicas

- 2004 – Pós-graduação em Marketing Management, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;
- 2003 – Licenciatura em Gestão, pelo ISEG- Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

Carreira Profissional

- 2013 – até à data – Presidente da Câmara Municipal de Vagos.
- 2009 – 2013 – Vereador da Câmara Municipal de Vagos responsável pelos pelouros das finanças, juventude e desporto.
- No percurso profissional ainda a destacar o facto de ter sido Diretor comercial da Clidecor, Lda., gestor de clientes da Caixa de Crédito Agrícola de Águeda e assistente de contabilidade da Deloitte BPO.

Cargos que ocupa

- Presidente da Câmara Municipal de Vagos.
- Presidente do Conselho de Administração da MaisVagos S.A..
- Membro do Conselho Intermunicipal da CI da Região de Aveiro.
- Presidente da Comissão Distrital de Proteção Civil de Aveiro.
- Presidente do CF das Águas de Região de Aveiro.
- Vogal não Executivo do Conselho de Administração da Águas do Centro Litoral, S.A..

⁵ Relativamente ao Fiscal Único deverá ser prestada a informação a que se referem os pontos 1 a 4 deste tópico V.D. Fiscalização e bem assim a informação a que se refere o tópico V.E. Revisor Oficial de Contas (ROC).

Data de Nascimento: 12 de março de 1974

Habilitações Académicas

Revisor Oficial de Contas inscrito na OROC, sob o nº 1292;

Técnico Oficial de Contas, sob o nº 13689;

Curso de Preparação para ROC (2002-2004);

Pós-Graduação em Controlo de Gestão e Performance, pelo I.S.C.T.E. (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa) - (2000-2001);

Licenciatura em Gestão, pelo ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão) - (1992-1996).

Atividade Profissional

•Participação em diversos trabalhos de Auditoria Financeira, Revisão Legal de Contas e Serviços relacionados e também trabalhos de Consultoria nas áreas Administrativa e Financeira.

•Atualmente exerce as funções de Revisor Oficial de Contas, sendo membro de diversos Conselhos Fiscais e Fiscal Único de empresas de diferentes sectores de atividade.

•Vogal do Conselho Diretivo da OROC.

•Sócia da JM Almeida, Saskia Lopes & Associados, SROC, Lda..

•Sócia da LIA – Consultores de Gestão, Lda, empresa de consultoria.

•2002– 2007 - Auditor na JM Almeida, Saskia Lopes & Associados, SROC, Lda..

•2000 – 2006 – Auditor Interno no Grupo Jerónimo Martins.

•1996 – 2000 - Auditor na Divisão de Auditoria e Assessoria Financeira da Ernst & Young.

Vogal – Armando José de Sousa Resende

Data de Nascimento: 1 de novembro de 1967

Habilitações Académicas e profissionais

•Bacharelato em Contabilidade e Administração de Empresas. Curso concluído em 1989 no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (I.S.C.A.P.).

•Licenciatura em Gestão de Empresas. Curso concluído em 1993 na Universidade Portucalense (Porto).

•Revisor Oficial de Contas (ROC nº 1330) (CMVM nº 20160940) e Contabilista Certificado (nº 14129).

Carreira Profissional

De 2012 a 2020

•Colaborador em regime de prestação de serviços da Sociedade Vitor Campos & José Pereira, SROC, Lda., com sede na Rua Mestre António Martins, n.º 3, R/C Esquerdo, Penha de França, 1170-239 Lisboa e com Delegação em Viseu, na Avenida Alberto Sampaio, nº 112, 1º, 3510-028 Viseu.

•Presidente do Conselho Fiscal da Águas do Tejo Atlântico, S.A.

•Vogal efetivo do Conselho Fiscal da Águas da Região de Aveiro, S.A.

•Vogal efetivo do Conselho fiscal da SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal, S.A, até ao final do ano de 2018.

De 2006 a 2012


25/128

Grupo Águas de Portugal

Grupo Visabeira – Diretor da área de Contabilidade e fiscalidade, além de Responsável pela gestão e coordenação dos auditores externos do Grupo em Portugal e nos restantes países.

De 2002 a 2006

Desempenho de funções de Manager na KPMG Portugal nos escritórios do Porto, tendo trabalho junto de várias subsidiárias em Portugal de grupos estrangeiros, nas áreas de auditoria financeira, Due Diligence financeiro e transposição de demonstrações financeiras para US GAAP e IFRS, respetivamente.

De 1999 a 2002

Responsável pela criação do departamento de Auditoria interna do Grupo Multinacional Português - Grupo Visabeira – o qual atuava em diversas áreas do mercado, sendo a mais relevante, a área das telecomunicações, além de ter feito parte de diversos órgãos de gestão (Gerente/Administrador) em empresas do mesmo Grupo.

De 1995 a 1998

Desempenho de funções de Sénior e Manager na KPMG Portugal, nos escritórios do Porto.

De 1992 a 1994

Desempenho de funções de Staff e Sénior na Ernst & Young (EY), nos escritórios do Porto.

De 1990 a 1991

Desempenho de funções em empresa do setor dos transportes e despachos aduaneiros (NEOTRANS). Controler da área contabilística e financeira.

Cargos que ocupa atualmente:

- Sócio da Sociedade Vitor Campos & Associado, SROC, Lda., com sede na Rua Mestre António Martins, n.º 3, R/C Esquerdo, Penha de França, 1170-239 Lisboa e com Delegação em Viseu, na Avenida Alberto Sampaio, nº 112, 1º, 3510-028 Viseu.
- Presidente do Conselho Fiscal da Águas do Tejo Atlântico, S.A.
- Vogal efetivo do Conselho Fiscal da Águas da Região de Aveiro, S.A.

Suplente do Conselho Fiscal – Maria do Carmo Mendes

Data de Nascimento: 26 de junho de 1958

Habilitações Académicas e profissionais

Curso de preparação para Revisora Oficial de Contas (ROC) (2002-2004);

Licenciatura em Contabilidade e Administração (Ramo Auditoria) pelo ISCAL – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (1995-1999);

Carreira Profissional

Atualmente:

- Vogal do Conselho disciplinar da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
- Presidente do Conselho Fiscal da BIZ Capital SGOIC, S.A.
- Faz parte do Conselho Fiscal de duas empresas do Grupo da Águas de Portugal:
- Vogal efetiva do Conselho Fiscal, desde 2017, SIMDOURO, S.A;
- Presidente do Conselho Fiscal, desde 2017, SIMARSUL, S.A;
- Desde junho 2009: Sócia e Gerente da sociedade de Revisores Oficiais de Contas, J.M.Almeida, Saskia Lopes & Associados, SROC, Lda., onde desempenha funções de revisão/auditoria de contas e serviços relacionados e conexos com a atividade.
- Faz parte dos órgãos de fiscalização de diversas sociedades, com funções de Revisão/Auditoria de contas.
- Outubro de 2007 a junho de 2009: ESAC, Espírito Santo e Associados, SROC, S.A., como sócia desta sociedade, com funções de revisão/auditoria de contas;



26/128

- Setembro de 1999 a junho de 2007: ESAC, Espírito Santo e Associados, SROC, S.A., auditora sénior com funções de auditoria em diversas empresas nos ramos da distribuição, comércio grossista, tabaco, águas, indústria hoteleira e turismo, construção civil e atividade seguradora;
- Setembro 1982 a dezembro 1989: diversos empregos na área de contabilidade, em Paris.

3. Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo;

A AdRA durante o ano de 2022 não teve auditor externo. Informa-se que não têm sido solicitados serviços adicionais a auditor externo. Caso se venha a verificar a contratação de serviços adicionais a Auditor Externo terão de ser cumpridos os procedimentos e critérios definidos na Lei 140/2015 de 7 de setembro (Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas).

É efetuada uma avaliação / monitorização de todos os serviços prestados à empresa, sendo necessária a aprovação do Partner do Grupo para a realização de serviços adicionais.

O Auditor Externo terá de comunicar ao órgão de fiscalização os serviços adicionais a serem prestados, para aprovação prévia daquele órgão.

O Auditor Externo comunicará à CMVM (caso aplicável) o serviço prestado, dando-se conhecimento da avaliação efetuada pelo conselho fiscal.

4. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

O órgão de fiscalização não desempenhou outras funções na AdRA. Não existe Comissão para as Matérias Financeiras.

5. Indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros e duração estatutária do mandato dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras.

A fiscalização da sociedade será exercida por um conselho fiscal composto por três membros efetivos e um suplente, e um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas que não seja membro desse conselho fiscal.

6. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, identificando os membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

Em Assembleia geral realizada a 4 de abril de 2019, foi eleito o órgão de fiscalização cujo mandato iniciou-se em 2019 e terminou em 2021, tendo os membros continuado em funções durante o ano de 2022.


27/128

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma ¹	Data
2019-2021	Presidente	Município de Vagos, representado pelo Presidente, Sívério Rodrigues Regalado	AG	04/04/2019
2019-2021	Vogal	Saskia Márcia Ferreira Lopes	AG	04/04/2019
2019-2021	Vogal	Armando José de Sousa Resende	AG	04/04/2019
2019-2021	Suplente	Maria do Carmo dos Reis e Siva Mendes	AG	04/04/2019

Legenda: (1) AG - Assembleia Geral

N.º estatutário mínimo e máximo de membros - 3

7. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º do CSC.

Ver informação constante do nº 2 anterior.

Os membros do Conselho Fiscal são independentes.

Não existe no atual modelo de governação da AdRA uma Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou Comissão para as Matérias Financeiras.

8. Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, indicando designadamente, consoante aplicável:

a) Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro, apresentados segundo o formato seguinte:

Nº Reuniões	Local	Intervenientes na reunião	Ausências dos membros do Órgão de Fiscalização
R1	Meios telemáticos	Presidente do CF; Vogais do CF	não se verificaram ausências
R2	Meios telemáticos	Presidente do CF; Vogais do CF	não se verificaram ausências
R3	Meios telemáticos	Presidente do CF; Vogais do CF	não se verificaram ausências
R4	Meios telemáticos	Presidente do CF; Vogais do CF; Presidente Executivo e Administrador não executivo; ROC; Serviços Financeiros e Controlo de gestão	não se verificaram ausências
R5	Meios telemáticos	Presidente do CF; Vogais do CF.	não se verificaram ausências
R6	Meios telemáticos	Presidente do CF; Vogais do CF.	não se verificaram ausências
R7	Meios telemáticos	Presidente do CF; Vogais do CF.	não se verificaram ausências
R8	Meios telemáticos	Presidente do CF; Vogais do CF.	não se verificaram ausências
R9	Meios telemáticos	Presidente do CF; Vogais do CF.	não se verificaram ausências
R10	Meios telemáticos	Presidente do CF; Vogais do CF; Presidente Executivo e Administradores não executivos; ROC; Serviços Financeiros e Controlo de gestão	não se verificaram ausências
R11	Meios telemáticos	Presidente do CF; Vogais do CF.	não se verificaram ausências



28/128

- b) **Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.**

Presidente: Silvério Rodrigues Regalado

Exerce o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Vagos, Presidente do Conselho de Administração da MaisVagos S.A., Membro do Conselho Intermunicipal da CI da Região de Aveiro, Presidente da Comissão Distrital de Proteção Civil de Aveiro e Vogal não Executivo do Conselho de Administração da Águas do Centro Litoral, S.A..

Vogal efetivo: Saskia Marcia Ferreira Lopes

Exerce o cargo de Presidente do Conselho Fiscal na empresa Águas do Douro e Paiva, S.A..

Exerce as funções de Revisor Oficial de Contas, sendo membro de diversos Conselhos Fiscais e Fiscal Único de empresas de diferentes sectores de atividade.

Vogal do Conselho Diretivo da OROC.

Sócia da JM Almeida, Saskia Lopes & Associados, SROC, Lda..

Vogal efetivo: Armando José de Sousa Resende

Exerce o cargo de Presidente do Conselho Fiscal na empresa Águas do Tejo Atlântico, S.A..

Fora do grupo, é Sócio da Vitor Campos & Associado, SROC, Lda, com sede em Lisboa.

E. Revisor Oficial de Contas (ROC)

1. **Identificação, membros efetivo e suplente, da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), do ROC e respetivos números de inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), caso aplicável, e dos sócios ROC que a representam e indicação do número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da empresa e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).**

Durante o ano de 2022 a SROC continuou em funções apesar do mandato ter terminado em 2021. Aguarda-se a nomeação do Conselho Fiscal e ROC ou SROC.

	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º Inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma	Data	Contratada		
2019-2021	SROC	PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	183	20161485	AG	05/04/2019	Sim	4	4
2019-2021	ROC efetivo	SROC representada por José Alves Bizarro Duarte	1957	20200003	AG	05/04/2019	Sim	4	4
2019-2021	ROC suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	AG	05/04/2019	Sim	4	4

Legenda: AG – Assembleia Geral

2. **Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta serviços à empresa.**

Não é do conhecimento da sociedade, qualquer incumprimento ou limitação legal, da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) ou do Revisor Oficial de Contas (ROC) referidos no ponto anterior.



29/128

3. **Indicação do número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da empresa/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta empresa, incluindo o ano a que se refere o presente relatório, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência, apresentados segundo os formatos seguintes:**

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas exerce há 4 anos a sua função quer na sociedade quer no grupo AdP.

Nome	Remuneração Anual 2022 (€)
	Bruta
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	10.546

4. **Descrição de outros serviços prestados pela SROC à empresa e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável.**

A sociedade de Revisores Oficiais de Contas prestou o serviço de auditoria ao Plano de Atividades e Orçamento, RGS e Relatórios de Execução Trimestrais (RET) apresentados à UTAM e carregados no SIRIEF.

F. Conselho Consultivo

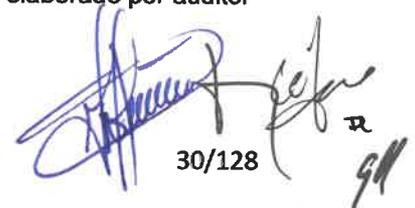
1. **Composição, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).**

Não existe na AdRA nenhum Conselho Consultivo.

G. Auditor Externo

1. **Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim como a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da empresa e/ou do grupo, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência, apresentados segundo o formato seguinte:**

A 5 de julho de 2018 a AdRA passou da categoria C para categoria B, nos termos do n.º 2 do artigo 45º do RJSPE. De acordo com o mesmo artigo, as empresas públicas do grupo A e B (classificadas como tal nos termos das RCM n.os 16/2012, de 14.02, e 18/2012, de 16.02) devem submeter a informação financeira anual a uma auditoria externa, a realizar por auditor registado na Comissão de Mercado dos Valores Mobiliários. Considerando o artigo 8.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM), que continha disposição idêntica, (art.º 357-A/2007, de 31.10: “Deve ser objeto de relatório elaborado por auditor registado na CMVM a informação financeira anual contida em documento de prestação de contas”) e cuja formulação foi alterada por meio da Lei n.º 148/2015, de 09.09, que aprovou o Regime Jurídico de Supervisão e Auditoria, (substituindo no n.º 1 daquele artigo a referência ao “relatório elaborado por auditor”



30/128

por “relatório elaborado por revisor oficial de contas ou sociedade de revisor oficial de contas”, esclarecendo ainda o n.º 2 do mesmo artigo que “O revisor oficial de contas e a sociedade de revisor oficial de contas referidos no número anterior são, para efeitos deste Código, designados por auditor, e por auditoria a atividade por eles desenvolvida.”).

A acrescentar, refira-se que a CMVM considera que face à exigência de registo de todos os ROC e SROC para desempenho de funções de interesse público, foi “eliminado o registo de auditores junto da CMVM anteriormente existente, que era dependente da verificação de requisitos específicos previstos no Regulamento da CMVM n.º 1/2014” e que “de acordo com a nova redação do artigo 8.º, n.º 1 do Código dos Valores Mobiliários, as funções do “auditor registado na CMVM” são agora desempenhadas por ROC/SROC que, nos termos gerais, deve estar registado na CMVM para o exercício de funções de interesse público.”

A OROC emitiu documentação técnica sobre os modelos de CLC/Relatório de Auditoria decorrentes das Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e que, nos termos dessa mesma documentação, o modelo de relatório é o mesmo independentemente de se tratar de uma revisão legal de contas ou de uma auditoria e que a diferença está essencialmente na designação e contexto:

•**Certificação Legal de Contas**, quando se trate de revisão legal de contas, “ou seja, um trabalho de auditoria exigido por disposição legal ou estatutária”;

•**Relatório de Auditoria**,” caso se trate de revisão voluntária de contas, ou seja, um trabalho de auditoria efetuado em cumprimento de vinculação contratual (vide artigo 42.º do EOROC)”;

A OROC entende que, embora o RJSPE não tenha sido, neste ponto específico, alterado ou atualizado (ainda que tenha sido objeto de alteração em 2016, já após a aprovação do RJSA e do EOROC), e que nesse contexto até possa ser contratado um segundo ROC ou SROC para realização de uma segunda auditoria, “uma segunda auditoria, nos termos da legislação atualmente vigente, é um trabalho que, como a primeira auditoria, é realizado de acordo com as mesmas normas e conducente a um relatório com o mesmo conteúdo (ressalvando-se que, seja feita em data posterior, ainda que eventualmente menos útil, pela falta de oportunidade, a segunda auditoria sempre poderá beneficiar de nova informação que à data da primeira estivesse disponível) ”;

Conclui, por fim, a OROC que, não estabelecendo a redação do art.º 45.º/2 do RJSPE qualquer exigência adicional, considerando que todos os ROC e SROC têm atualmente as mesmas competências legais para o exercício de funções de auditoria, a exigência de auditoria externa plasmada naquele artigo resulta cumprida com a emissão da CLC.

2. ***Explicitação⁶ da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.***

No ano de 2022 a AdRA não elegeu Auditor Externo pelos motivos referidos no ponto 1.

3. ***Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a empresa e/ou para empresas que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.***

No ano de 2022 a AdRA não elegeu Auditor Externo pelos motivos referidos no ponto 1.

⁶ Acompanhada de menção à legislação aplicável.

4. **Indicação do montante da remuneração anual paga pela empresa e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede⁷ e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços, apresentada segundo o formato seguinte:**

No ano de 2022 a AdRA não elegeu Auditor Externo pelos motivos referidos no ponto 1.

VI. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

1. **Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da empresa.**

Os estatutos da sociedade são alterados mediante deliberação dos acionistas em sede de Assembleia Geral e sujeito ao competente registo comercial. A publicitação das alterações estatutárias é efetuada no site da empresa. <https://www.adra.pt/adra-governo-da-sociedade#estatutos-da-sociedade>

2. **Caraterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na empresa.**

A Águas da Região de Aveiro dispõe de ferramentas de prevenção, implementação e controlo que visam assegurar a atuação de acordo com os seus princípios e valores, destacando-se a Política de Integridade, o Código de Ética e Conduta, o Regulamento de Denúncias Voluntárias, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e a Linha de Integridade.

A atuação da AdRA, enquanto empresa que presta um serviço público, tem-se pautado por valores de integridade, rigor e responsabilidade no desempenho da sua missão. O Código de Ética e Conduta formaliza o referencial ético do Grupo AdP, apresentando o sistema de valores e os princípios de atuação, bem como as normas que devem ser adotadas como modelo de conduta por todos/as os/as colaboradores/as, e consolidando a cultura de integridade do Grupo AdP. Ao proporcionar orientações de conduta em áreas chave, articula-se em complementaridade com outros procedimentos e normas em vigor, que facultam informação específica adicional.

Todos aqueles que se relacionam com a empresa nas suas atividades comerciais, institucionais e sociais, têm interesse legítimo na transparência, no diálogo e na atitude ética da empresa e dos seus trabalhadores, podendo fazer chegar contributos à Empresa.

O Grupo AdP assume os mais elevados padrões de integridade e transparência no âmbito da sua Política de Integridade, tendo como referencial os Princípios de Bom Governo e o 10º Princípio do *Global Compact* das Nações Unidas, que promove o combate à corrupção em todas as suas formas, e em alinhamento com as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável ODS16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes da Agenda 2030 das Nações Unidas e subscrevendo publicamente as políticas e ações coletivas anticorrupção.

No Plano de Prevenção de Risco Corrupção e Infrações Conexas da Águas da Região de Aveiro, o qual se encontra publicado no sítio da empresa e comunicado a todos os trabalhadores, encontram-se descritos os meios de comunicação de eventuais irregularidades ocorridas na sociedade, tendo o grupo AdP definido dois canais de comunicação:

- Linha de Integridade (<https://grupoadp.form.maistransparente.com/>);

⁷ Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, aprovado pelo artigo 2.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, na sua redação atual.

• Via postal (carta) enviando a correspondência para Comissão de Ética do grupo AdP, Rua Visconde Seabra nº 3, 1700-421 Lisboa.

Sem prejuízo da comunicação de irregularidades/denúncias para a Comissão de Ética do grupo AdP, qualquer colaborador ou entidade externa pode também efetuar a sua comunicação ao Conselho de Administração da empresa visada, devendo esta dar conhecimento à Comissão de Ética, podendo desta forma ser preservado o anonimato de qualquer questão que seja endereçada.

A AdRA adotou o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), tendo aprovado em reunião de Conselho de Administração de 12 de abril de 2019, a política de proteção de dados pessoais interna e externa, de conhecimento de todos os colaboradores, bem como dos clientes e fornecedores, encontrando-se publicitada para consulta no sítio da empresa no seguinte link [<https://www.adra.pt/template-simples/443026>].

A AdRA definiu, igualmente, o Modelo de Governo de Proteção de Dados Pessoais, bem como os procedimentos necessários à sua execução.

A adoção e o cumprimento do RGPD manifestam o empenho da AdRA e dos seus órgãos sociais no cumprimento da legislação relativa à proteção de dados pessoais, da segurança e da privacidade da informação, de modo a proteger os dados pessoais e a privacidades dos seus titulares.

A AdRA é responsável pelo tratamento dos dados pessoais, pelo que é esta que determina as finalidades e os meios de tratamento dos mesmos. Por conseguinte, o exercício de direitos por parte dos titulares de dados pessoais deve ser endereçado para o Encarregado da Proteção de Dados da AdRA, relativamente a assuntos relacionados com o tratamento de dados pessoais, através do correio eletrónico [epd.adra@adp.pt], ou por escrito, para Encarregado de Proteção de Dados da AdRA, Travessa Rua da Paz n.º 4, 3800-587 Cacia.

3. *Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional.*

Dando cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de julho de 2009, a Águas da Região de Aveiro possui um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas aprovado a 01/04/2022, onde se identificam as áreas mais críticas quanto à ocorrência de potenciais atos de fraude ou corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos que visam a sua mitigação e a sua probabilidade de ocorrência.

Dando cumprimento ao previsto nos n.º 1 e n.º 2 do artigo n.º 46 do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, anualmente, é efetuada a avaliação do cumprimento do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da empresa, sendo elaborado o relatório anual com as respetivas conclusões, o qual é remetido à Unidade Técnica (UTAM) e publicitado no seu sítio de internet:

<https://www.adra.pt/template-simples/611/plano-de-gest%C3%A3o-de-riscos-de-corrup%C3%A7%C3%A3o-e-infra%C3%A7%C3%B5es-conexas>

No seguimento da recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 7 de novembro de 2012, relativa à gestão de conflitos de interesses no setor público, a empresa implementou Declarações de Conflito de Interesse, subscritas pelos Administradores e os colaboradores com funções em áreas potencialmente sujeitas à ocorrência de atos de corrupção.

Na sequência das recomendações do Tribunal de Contas/Conselho de Prevenção da Corrupção, a entrada em vigor no início de 2018 da nova redação do Código dos Contratos Públicos (CCP), e das orientações da AdP, SGPS, SA, passaram a ser subscritas declarações de inexistência de conflito de interesses, antes do início de funções, pelos membros do júri e todos os demais intervenientes em cada processo de análise/avaliação de propostas, designadamente peritos.


33/128 

B. Controlo Interno e Gestão de Riscos⁸

1. **Informação sobre a existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a empresa).**

A AdRA e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção as temáticas do controlo interno, da gestão do risco, da prevenção e combate à fraude, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao Grupo AdP, no qual a AdRA se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, em 2022 foi dada continuidade ao desenvolvimento do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo AdP, iniciado em 2019 e assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das três categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.



- **Ambiente de Controlo**

Deve refletir a importância do Controlo Interno (CI) e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. É o conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização.

Define o espírito da organização, influenciando a consciência que os outros trabalhadores têm para o risco.

É a base de todas as restantes componentes do SCI.

- **Avaliação dos Riscos**

Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela instituição, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

⁸ Querendo, a empresa poderá incluir síntese ou extrato(s) de Manual ou Código que satisfaça(m) o requerido. Tal formato de prestação da informação implica que o texto seja acompanhado das adequadas referências que permitam identificar as partes da síntese ou extrato(s) que satisfazem cada uma das alíneas.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

- **Atividades de Controlo**

Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controlo do processo.

Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas do processo de negócio e sobre o ambiente tecnológico.

As atividades de controlo podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

- **Informação e comunicação**

Instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da instituição.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

- **Monitorização de Atividades**

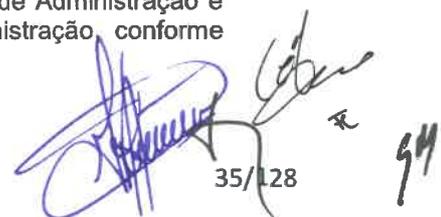
É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme



35/128 94

apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

Em 2022 foi dado o início à Fase 2 do Projeto de Implementação do SCI, com o mapeamento, pelas empresas piloto, dos restantes processos identificados como críticos e que compreendeu, entre outras atividades, a elaboração de i) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e ii) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC) onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação.

No final de 2022 foi programada uma reunião de arranque da Fase 2 na AdRA, com o objetivo de definir o cronograma para a realização do mapeamento dos processos, com base na informação elaborada pelas empresas piloto e cuja conclusão se prevê que ocorra até final de 2023.

A existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

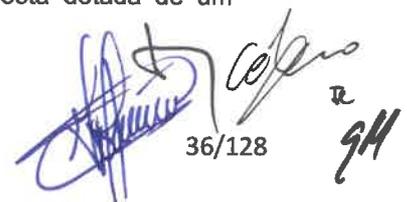
O Modelo de Gestão do Risco Empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:



2. Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.

A Auditoria Interna e Controlo de Risco é a Direção da AdP SGPS que tem por missão, a identificação dos riscos inerentes aos negócios do Grupo AdP, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade, para avaliar os resultados e de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, tem reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um



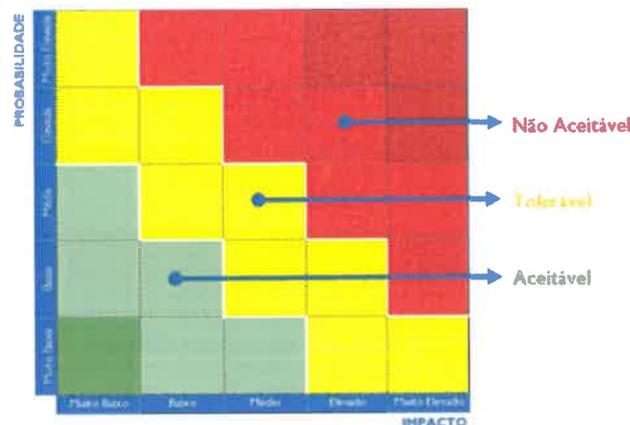
36/128

adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

3. Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da empresa, transcrição da definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas.

O grupo AdP e as suas empresas não dispõem de um “Plano Estratégico e de política de risco”, existindo formalmente aprovado um Modelo de Gestão do Risco que possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do Sistema de Controlo Interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



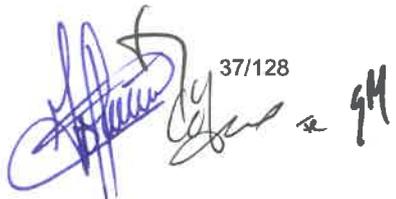
A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela AdRA, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, além de ser assegurada pela AdRA e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.


 37/128

4. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da empresa.

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão, acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e na realização de testes de conformidade, para avaliar o nível de risco a que a empresa está sujeita.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

5. Indicação da existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

A abordagem dos riscos é assegurada pelas estruturas existentes de acompanhamento e controlo da atividade na empresa, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

O Conselho de Administração instituiu ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

Da avaliação efetuada em 2021 à maturidade do Controlo Interno da AdRA, de uma forma geral, pode inferir-se que a empresa se situa numa fase de Desenvolvida, de acordo com a classificação apresentada na tabela em baixo.

Nível Maturidade	Classificação	Respostas no contexto do questionário
IMATURA	1	A empresa não cumpre os requisitos da questão/ a situação enunciada não se verifica
EM CRESCIMENTO	2	A empresa cumpre de forma suficiente os requisitos da questão
DESENVOLVIDA	3	A empresa cumpre amplamente os requisitos da questão
MADURA	4	A empresa cumpre totalmente os requisitos da questão

Considerando a maturidade operacional atingida pelas empresas, a antiguidade do Modelo de Gestão do Risco implementado no Grupo AdP e a melhoria contínua necessária, por forma a responder às crescentes exigências nas matérias relacionadas com o risco, foi iniciado no decurso de 2022, o projeto de revisão do referido modelo, o qual compreende as seguintes atividades:

- A revisão e/ou atualização da matriz de riscos existente no Grupo AdP
- A revisão e/ou atualização da metodologia de avaliação do risco existente no Grupo AdP
- A revisão do Manual de Gestão do Risco Empresarial
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno

Este projeto, por forma a assegurar a sua credibilidade e aderência à realidade do Grupo AdP, encontra-se a ser efetuada com os contributos de 8 empresas pilotos do universo AdP, e com a colaboração de uma equipa de consultora externa, tendo prevista a sua conclusão no decurso de 2023.

38/128



Atendendo à referida revisão do modelo de gestão do risco, no decurso de 2022 não foi realizada a avaliação do risco na empresa.

No final de 2022 foi realizado, conforme previsto no modelo de gestão de risco, o acompanhamento dos PTR e dos PIO formalmente definidos pela empresa, no âmbito do exercício de avaliação de risco relativo a 2021. Esta análise permitiu verificar que a empresa, apresentou 3 medidas de mitigação a implementar, que se encontram em implementação, tendo redefinido prazos de implementação.

6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a empresa se expõe no exercício da atividade.

Considerando a avaliação do risco efetuada em 2021, alguns dos principais riscos a que a AdRA se encontra exposta, são os seguintes:

- **R.2.1.2 – Falha na ação climática:** Falha da organização em fazer cumprir ou investir em medidas eficientes de adequação às alterações climáticas, de mitigação de danos e de preservação dos ecossistemas, assegurando a transição para uma economia neutra em carbono. Danos nos ecossistemas, destruição de propriedade e/ou perda financeira em resultado de atividade da organização.
- **R.2.3.2 - Rutura de infraestruturas de informação crítica:** Deterioração, sobrecarga ou fecho/encerramento de infraestruturas físicas e digitais críticas ou serviços como resultado de uma dependência sistémica de redes cibernéticas e/ou tecnologia: sistemas de Inteligência Artificial intensivos, internet, dispositivos portáteis, serviços públicos, satélites, etc.
- **R.2.3.4 - Concentração do poder digital:** Concentração de ativos, capacidades e/ou conhecimentos digitais críticos por um reduzido número de indivíduos na organização.
- **R.2.3.5 - Falha das medidas de cibersegurança:** Infraestruturas e/ou medidas de segurança cibernética na organização ultrapassadas ou obsoletas, devido a cibercrimes cada vez mais sofisticados e frequentes, resultando em perturbações económicas e perdas financeiras para a organização.
- **R.2.3.7 - Falha da governação tecnológica:** Falta de estrutura e/ou regulamentação definida, para o uso de redes digitais e tecnologia, potenciando a existência de infraestruturas, protocolos, e interfaces incompatíveis.
- **R.3.1.3 - Segurança física das instalações:** Risco de perdas materiais e financeiras, resultante de danos provocados nos ativos da organização, decorrentes da inexistência ou inadequação das medidas de mitigação de eventos de carácter humano, natural ou processual.
- **R.3.3.3 - Gestão de talentos:** Risco de dificuldade na captação e retenção do capital humano necessário ao bom funcionamento e desenvolvimento da organização, decorrente de: um processo de recrutamento não direcionado para as necessidades da organização; uma ineficiente e inatempada avaliação de desempenho; uma política de formação desalinhada com o incremento de competências; e uma ineficiente política de gestão de carreiras.
- **R.3.4.4 - Perdas de abastecimento em baixa:** Risco de perdas de recursos hídricos ao longo da cadeia de abastecimento "em baixa", com consequente diminuição da capacidade de abastecimento e perdas financeiras, decorrente de avarias e falhas não detetadas atempadamente ou envelhecimento da infraestrutura.

7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.

Em 2022 foi dado o início à Fase 2 do Projeto de Implementação do SCI, com o mapeamento, pelas empresas piloto, dos restantes processos identificados como críticos e que compreendeu, entre outras atividades, a elaboração de i) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e ii) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC) onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação.

No final de 2022 foi programada uma reunião de arranque da Fase 2 na AdRA, com o objetivo de definir o cronograma para a realização do mapeamento dos processos, com base na informação elaborada pelas empresas piloto e cuja conclusão se prevê que ocorra até final de 2023.

A existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

8. Identificação dos principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na empresa relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

A adequabilidade e qualidade da informação financeira divulgada, a qual é processada em sistemas de informação, é garantida através dos controlos de IT implementados, da sua análise mensal por via da elaboração de relatórios de atividade onde se explicam e decompõem variações de saldos, das auditorias externas efetuadas às demonstrações financeiras e o acompanhamento permanente que é prestado pelo Conselho Fiscal.

C. Regulamentos e Códigos

1. Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância.

Para o exercício da atividade a AdRA dispõe de um conjunto de regulamentos, aprovados pelo Conselho de Administração, que resultam de documentos corporativos preparados pelo Grupo e adaptados ao caso específico da AdRA onde são estabelecidos os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da sua atividade, de forma a permitir uma uniformização e melhor racionalização de procedimentos, no estrito cumprimento da legislação em vigor e das orientações do grupo, a saber:

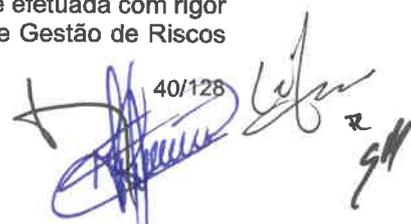
Ética

•Plano de Prevenção de Riscos e Corrupção e Infrações Conexas – tem como objetivo a identificação das principais áreas que potencialmente poderão ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação, probabilidade de ocorrência e a definição dos responsáveis pela implementação e gestão do plano

<https://www.adra.pt/template-simples/611/plano-de-gest%C3%A3o-de-riscos-de-corrup%C3%A7%C3%A3o-e-infra%C3%A7%C3%B5es-conexas>

•Código de ética e conduta – reúne os valores e os princípios que alicerçam a cultura empresarial, permitindo aperfeiçoar a consciência comum dos colaboradores/as e garantir a prática de condutas profissionais de elevado padrão moral, em complemento das disposições legais e regulamentares que devam observar <https://www.adra.pt/template-simples/612/c%C3%B3digo-de-conduta-e-%C3%A9tica>

•Política e Regulamento de subsídios, patrocínios e donativos – enquadra e regula a atribuição de subsídios, patrocínios ou donativos, assegurando que a sua atribuição é efetuada com rigor e transparência, enquadrada no Código de Conduta e Ética e no Plano de Gestão de Riscos

40/128


de Corrupção e Infrações Conexas e atende aos princípios de sustentabilidade, bem como à sua elegibilidade ao nível dos incentivos fiscais (mecenato);

- Política de proteção de dados – estabelece os procedimentos e práticas para assegurar a conformidade com o novo regulamento que visa reforçar os direitos de privacidade dos cidadãos.

- Política de Integridade do Grupo AdP – Apresenta um conjunto de princípios como critério de referência harmonizado em todos os processos de tomada de decisão, a nível interno e nas relações com as partes interessadas internas/externas.

- Regulamento de denúncias voluntárias de irregularidades (Grupo AdP) – Estabelece um canal de reporte que permite a denúncia de irregularidades e más práticas de gestão por um conjunto alargado de pessoas e entidades, incluindo trabalhadores/as, colaboradores/as externos/as, fornecedores e parceiros, clientes, concorrentes, auditores, investidores, entre outros.

Recursos Humanos

- Manual de avaliação de desempenho – estabelece a metodologia para avaliação do desempenho dos colaboradores/as da AdRA, numa dupla perspetiva de alinhamento do desempenho dos colaboradores/as com os objetivos da empresa e de valorização e reconhecimento do mérito dos colaboradores/as;

- Gestão da assiduidade – assume-se como um documento de suporte à implementação e desenvolvimento do sistema de gestão de assiduidade e controlo de acessos desenvolvido para os colaboradores/as da AdRA. Com a implementação de um sistema biométrico de controlo de assiduidade, assegura-se, por um lado, o cumprimento da legislação aplicável, e, por outro, a existência de dados sobre as presenças/ausências dos colaboradores/as, considerados determinantes para uma política de gestão de recursos humanos equitativa e valorizante para os colaboradores/as;

- Regulamento de valorização profissional – visa promover a valorização profissional e pessoal dos colaboradores/as, estabelecendo um sistema de formação que garanta e demonstre que os colaboradores/as têm, a todos os níveis, a formação e competências necessárias para o desempenho da sua atividade em conformidade com as funções desenvolvidas – disponível na intranet da empresa;

- Regulamento de prevenção e controlo de alcoolémia – o presente regulamento pretende fomentar a segurança e saúde no local de trabalho, promover a prevenção e o tratamento dos problemas ligados ao consumo de álcool nos locais de trabalho, no respeito pela integridade e dignidade de todos os trabalhadores/as da AdRA, e por fim, definir a metodologia a adotar para a prevenção, controlo e tratamento do consumo de bebidas alcoólicas pelos trabalhadores/as – disponível na intranet da empresa;

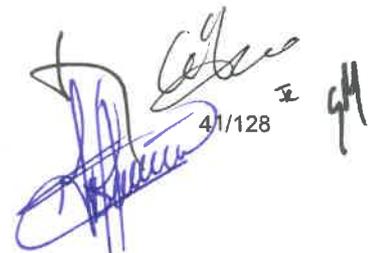
- Política Remuneratória – define as regras quanto à atribuição de subsídios e outras remunerações complementares e não reguladas em sede de Acordo Coletivo de Trabalho;

- Regime de Comissão de Serviço de Funções de Chefia – define as regras e condições em que um cargo pode ser exercido em regime de comissão de serviço;

- Regulamento de Teletrabalho - estabelece o regime previsto nos artigos 165.º e ss do Código de trabalho, abrangendo parte do período normal do trabalho diário e/ou semanal fixado no contrato, alternando entre a prestação da atividade em regime de teletrabalho e a prestação da atividade em regime presencial no local de trabalho habitual.;

- Plano para a Igualdade no Trabalho (P-2021/48) – plano submetido no Portal da Igualdade no Trabalho e nas Empresas, tendo como objetivo contribuir para um processo de seleção e recrutamento justo e objetivo para mulheres e homens.

- Acordo Coletivo de Trabalho (Grupo AdP) – visa contribuir para uniformidade de tratamento dos Colaboradores no âmbito do Grupo AdP.


4/128

Cientes

- Tratamento de reclamações – define a metodologia para receção, registo, atribuição, análise, resposta e encerramento de reclamações – disponível na intranet da empresa;
- Manual de atendimento – descreve as metodologias para receção e encaminhamento de informação interna e externa dos diversos assuntos colocados ao atendimento, tendo como objetivo a simplificação, uniformização e eficiência do serviço, bem como a melhoria contínua e satisfação das expectativas e requisitos do cliente – disponível na intranet da empresa;

Higiene e Segurança

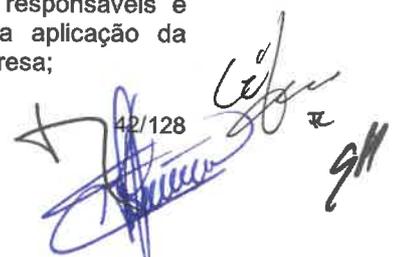
- Regulamento interno de fardamento e equipamento de proteção individual (EPI's) – estabelece um quadro normativo de referência na utilização do vestuário de trabalho ou fardamento e equipamentos de proteção individual, com vista à promoção da segurança dos trabalhadores/as nos locais de trabalho ou onde quer que exerçam a sua atividade, bem como a proteção da integridade física e saúde do trabalhador(a) – disponível na intranet da empresa;
- Manual de procedimentos de segurança no trabalho – estabelece e uniformiza as principais práticas a adotar pelos serviços internos de Segurança no Trabalho (ST) da AdRA, a quem compete garantir o seu cumprimento.
- Plano Contingência Coronavírus SARS CoV-2 – pretende assegurar uma resposta efetiva e estruturada da organização numa situação de infeção pelo novo coronavírus, minimizando o impacto da mesma nos Colaboradores/as e na atividade da empresa.

Fornecedores

- Código de conduta para fornecedores – visa estabelecer um compromisso entre ambas as partes, determinando os requisitos de sustentabilidade empresarial para os fornecedores que operem nas instalações da AdRA ou em seu nome, por forma a minimizar o risco e impactes decorrentes das atividades desenvolvidas, fomentando ativamente o desenvolvimento de políticas sustentáveis e integrando preocupações sociais, de segurança e saúde, ambientais e energia, numa perspetiva de garantir o desenvolvimento sustentável da atividade <https://www.adra.pt/template-simples/334/fornecedores>
- Seleção e avaliação de fornecedores e fornecimentos – define a metodologia a aplicar na avaliação de fornecedores de bens, serviços e empreitadas, considerados como críticos, em virtude da sua influência na qualidade do serviço prestado pela empresa, e a sua implicação na seleção dos mesmos – disponível na intranet da empresa;
- Manual de Contratação Pública – estabelece os procedimentos e as boas práticas no âmbito da contratação pública.

Geral

- Manual de Gestão – efetua uma caracterização da empresa, apresentando a sua atividade e os objetivos a atingir, identifica ainda, o sistema de gestão implementado ao nível da qualidade, ambiente e energia – disponível na intranet da empresa;
- Política de Redes Sociais (Grupo AdP) – estabelece princípios para o seu uso, bem como as normas e procedimentos para os seus utilizadores internos e externos.
- Manual de Compras – define a metodologia a adotar na aquisição de bens e/ou serviços, no sentido de assegurar a aquisição em conformidade com os requisitos estabelecidos e com a legislação vigente – disponível na intranet da empresa;
- Regulamento de aquisição, atribuição e utilização de viaturas de serviço – define as regras e procedimentos a observar na aquisição, atribuição e utilização das viaturas de serviço da AdRA. Define-se, ainda, os mecanismos de controlo da frota automóvel, seus responsáveis e procedimentos operacionais/administrativos bem como a abrangência da aplicação da tributação fiscal sobre a utilização de viaturas – disponível na intranet da empresa;

42/128


- Utilização de telemóveis e internet – estabelece a metodologia para enquadramento da atribuição e utilização de telemóveis e acessórios de acesso remoto à internet – disponível na intranet da empresa;
- Regulamento de atribuição de telemóveis (Grupo AdP) - estabelece a metodologia para enquadramento da atribuição e utilização de telemóveis para as empresas do “Grupo AdP”;
- Regulamento Frota Operacional - estabelece os procedimentos de utilização dos veículos da frota operacional.
- Regulamento de Utilização de postos de carregamento de veículos elétricos por colaboradores/as da AdRA – estabelece os procedimentos a adotar para o carregamento de veículos particulares dos trabalhadores nas instalações da AdRA.
- Manual de Acolhimento – efetua uma caracterização da empresa para os trabalhadores/as que ingressam na AdRA, com informação sobre a atividade, missão e os objetivos a atingir, bem como os sistemas de gestão.
- Plano Estratégico de Gestão de Ativos – estabelece uma gestão integrada dos ativos da empresa através da atualização e gestão do cadastro e portfólio de ativos, da elaboração e desenvolvimento de ferramentas para apoio à decisão na priorização da reabilitação e renovação dos ativos e do alinhamento das políticas de Gestão de Ativos com a estratégia da empresa e do Grupo AdP.
- Manual de Controlo Interno – visa sistematizar a metodologia do modelo de controlo interno da empresa, definindo as normas e princípios gerais a que o mesmo deve obedecer, bem como as regras e os critérios para a sua monitorização e avaliação.
- Política de Segurança da Informação do Grupo AdP – estabelece um regime que garanta a integridade, autenticidade, disponibilidade e confidencialidade da informação, definindo regras e mecanismos que venham a proteger e a mitigar eventuais incidentes que possam comprometer o normal funcionamento.
- Os 3C’S dos/as Gestores/as do Grupo ADP – estabelece princípios orientadores de criação de planos efetivos de desenvolvimento pessoal e profissional, alinhados com a função a desempenhar.
- Política de Gestão da Adra – estabelece compromissos ligados à gestão da qualidade, ambiente, energia, ativos, segurança e saúde no trabalho, segurança de informação e proteção de dados pessoais e a igualdade de géneros.
- Regulamento Interno de Marcações de Viagens e Estadias (Grupo AdP)_– sistematiza as regras a cumprir no procedimento de marcação de viagens e estadias, nacionais (em Portugal, Açores e Madeira) e internacionais (na Europa e no resto do mundo).
- Política de tesouraria do Grupo AdP – visa estabelecer a diminuição de financiamento da AdRA junto da banca comercial, passando preferencialmente os suprimentos e apoios de tesouraria da AdP, SGPS.
- Manual da Estrutura Organizacional – visa definir a estrutura organizacional da AdRA, as funções e responsabilidade dos seus órgãos, organização dos serviços e respetivo organigrama
- Procedimento de gestão de segurança de informação – Tem como objetivo informar os direitos e deveres dos colaboradores na utilização de recursos informáticos e de telecomunicações, tendo especial enfoque no acesso, armazenamento e transmissão de dados.

De seguida, apresentam-se os regulamentos externos aplicáveis à atividade da AdRA:

- Regulamento n.º 594/2018, Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos, da Entidade Reguladora de Águas e Resíduos (ERSAR). Regula as relações comerciais entre as entidades gestoras de serviços, entre estas e os utilizadores finais, bem como com os demais sujeitos intervenientes. <http://www.ersar.pt/pt/o-que-fazemos/regulamentos>


43/28 R gm

•Regulamento n.º 446/2018, Regulamento dos Procedimentos Regulatórios, da ERSAR. Regula os procedimentos aplicáveis às relações das entidades gestoras com a entidade reguladora, no âmbito das competências atribuídas à ERSAR, designadamente, no âmbito da monitorização contratual, legal e económica, da qualidade do serviço e da qualidade da água para consumo humano, bem como da análise de reclamações. <http://www.ersar.pt/pt/o-que-fazemos/regulamentos>

•Os regulamentos municipais dos serviços de águas dos municípios. <https://www.adra.pt/template-simples/157/regulamento-de-servi%C3%A7o>

•Regulamento UE 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016. É relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, e revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados). A sua execução é assegurada na ordem jurídica nacional pela Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto

•Regulamento Delegado (UE) 2021/1952 da Comissão de 10 de novembro de 2021, que altera a Diretiva 2014/24/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos limiares para os contratos públicos de fornecimento, os contratos públicos de serviços e contratos de empreitada de obras públicas, bem como para os concursos de conceção

•Regulamento Delegado (EU) 2021/1953 da Comissão de 10 de novembro de 2021, que altera a Diretiva 2014/25/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos limiares para os contratos de fornecimento, os contratos de serviços e os contratos de empreitada, bem como para os concursos de conceção

2. **Código de Ética:**

- a) **Referência à existência de um código de ética que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, indicando a data da última atualização e a forma como é efetuada a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes e fornecedores;**

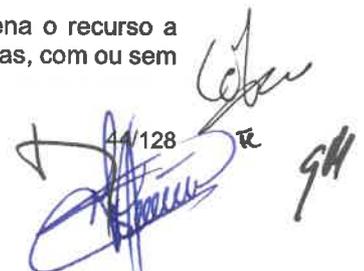
O Código de Ética e Conduta (CEC) do Grupo AdP na sua última versão foi aprovado a 12/01/2023 através do Regulamento n.º 23/2023. O CEC é o instrumento orientador fundamental que apoia as nossas pessoas na compreensão das normas éticas do Grupo AdP e dá a conhecer aos nossos parceiros e outras partes interessadas os princípios subjacentes à forma como desenvolvemos a nossa atividade. Este é o instrumento basilar do modelo de integridade do grupo AdP, modelador da cultura de integridade que defendemos e aplicamos para continuarmos merecedores da confiança das nossas partes interessadas. O CEC aplica-se a todos os trabalhadores e a todas as trabalhadoras, aos membros dos órgãos sociais das empresas do Grupo AdP, colaboradores e colaboradoras ao serviço, pessoas em regime de estágio, bem como outras pessoas em funções de representação do grupo, independentemente do seu vínculo laboral, função, ou posição hierárquica. O documento constitui-se como o referencial ético do Grupo AdP, pelo que se aplica a todas as empresas que o constituem.

O CEC encontra-se disponível no sítio da empresa <https://www.adra.pt/template-simples/612/pol%C3%ADtica-de-integridade>

- b) **Menção relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor sobre medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer empresa que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa (vide artigo 47.º do RJSPE).**

No Grupo AdP existe um Código de Ética e Conduta aprovado e disponível no sítio da AdRA (ver link no ponto anterior).

A integridade é um valor fundamental do Grupo AdP, pelo que se condena o recurso a quaisquer meios ou atividades ilegais ou ilícitas por parte de colaboradores/as, com ou sem objetivo de retirar benefícios a título próprio ou para terceiros.

44/128


Os/as colaboradores/as devem prevenir ativamente todas as formas de corrupção, ativa ou passiva, tendo especial atenção a qualquer forma de pagamento, favorecimento ou cumplicidade que possa induzir a criação de vantagens ilícitas, as quais constituem formas subtis de corrupção, tais como ofertas ou recebimentos de clientes ou fornecedores.

A existência de um tratamento equitativo é uma preocupação presente no funcionamento da AdRA, quer junto de fornecedores, através do cumprimento do Código dos Contratos Públicos, assente na elaboração de procedimentos concursais que respeitem os princípios da sã concorrência e da transparência, quer junto dos trabalhadores da empresa, sem distinção em termos de níveis hierárquicos ou de outras entidades que com a AdRA estabeleçam uma relação jurídica, através do acesso que lhes é facultado à Comissão de Ética do Grupo AdP, enquanto órgão independente à qual estas questões poderão ser diretamente colocadas.

3. Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC):

- a) Referência à existência do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), e identificação das ocorrências e das medidas tomadas para a sua mitigação;**

Foi adotado em 2011 e revisto em 01/04/2022 na empresa, um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, também disponível na intranet e internet <https://www.adra.pt/template-simples/611/plano-de-gest%C3%A3o-de-riscos-de-corrup%C3%A7%C3%A3o-e-infra%C3%A7%C3%B5es-conexas>

Dando cumprimento ao disposto na Recomendação n.º 1/2009 do CPC, as empresas do grupo AdP possuem Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, reconhecendo a importância e o valor deste instrumento de gestão na prevenção e no combate à corrupção e infrações conexas, e a utilidade na identificação e avaliação do risco associado, sendo, por isso, uma importante ferramenta de controlo e gestão do seu risco interno.

O Plano integra-se num conjunto de instrumentos mais abrangentes de prevenção e combate à corrupção, dentro do modelo de integridade adotado e tem como objetivo a identificação das principais áreas e interlocutores de risco que potencialmente poderão ser sujeitos à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação, probabilidade de ocorrência e a definição dos responsáveis pela implementação e gestão do Plano.

- b) Data da última atualização e indicação sobre o cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor, relativas à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências (vide n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE) que remete para a alínea a) do n.º 1 do artigo 2º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, a que corresponde a atual alínea g) do n.º 3 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro⁹;**

O Plano foi atualizado no passado dia 1 de abril de 2022.

A 6 de abril de 2021, é publicada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2021, que aprova a Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024, a partir da constatação de que o combate a este fenómeno requer uma visão integrada, de longo prazo e que envolva diferentes órgãos e poderes do Estado. A Estratégia reconhece a necessidade de

⁹ O Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, foi aprovado no dia 2 de dezembro de 2021, e entrou em vigor 180 dias após a sua publicação (artigo 29º), tendo revogado a Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro (artigo 27º). O Regime Geral da Prevenção da Corrupção ("RGPC") é aplicável "aos serviços e às pessoas coletivas da administração direta e indireta do Estado, das regiões autónomas, das autarquias locais e do setor público empresarial que empreguem 50 ou mais trabalhadores (...)" (n.º 2 do artigo 2º do RGPC). "Os serviços e as pessoas coletivas da administração direta e indireta do Estado, das regiões autónomas, das autarquias locais e do setor público empresarial que não sejam considerados empresas abrangidas adotam instrumentos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas adequados à sua dimensão e natureza, incluindo os que promovam a transparência administrativa e a prevenção de conflitos de interesses" (n.º 5 do artigo 2º do RGPC).

prevenção como a primeira linha de defesa contra este fenómeno, identificando prioridades de atuação que preveem um conjunto de ações, articuladas e integradas.

O Grupo Águas de Portugal, partilha o sentido de missão, no reforço da transparência e integridade pública, das Organizações Internacionais, nomeadamente da ONU, da OCDE, da União Europeia e do Conselho da Europa – GRECO e tem vindo a criar e consolidar os mecanismos internos que correspondem ao propósito deste enquadramento internacional. No âmbito nacional da prevenção da corrupção e infrações conexas, as entidades do setor público empresarial, entre outras, têm o dever de colaboração com o CPC. As empresas pertencentes ao grupo AdP (onde se inclui a AdRA), enquadradas no regime jurídico do setor empresarial do Estado, tal como definido no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e subsidiariamente pelo Código das Sociedades Comerciais, pautam a sua atuação pelos princípios da boa governação e transparência, em alinhamento com o estabelecido legalmente e recorrendo às melhores práticas neste domínio.

Adicionalmente, o grupo AdP, desenvolveu um modelo de integridade que integra a dimensão da prevenção como prioritária e central na sua atuação, materializado numa Política de Integridade que estabelece os fundamentos para a contínua consolidação da cultura ética que nos caracteriza e que é desenvolvida e aplicada nos processos de negócio. No final de cada ano, será elaborado um Relatório de Execução no qual serão indicadas as conclusões sobre o cumprimento do Plano, assente na avaliação efetuada pelas empresas através do preenchimento de um questionário. Após aprovação do Conselho de Administração, ambos os documentos são remetidos à AICR, onde se avalia o cumprimento dos controlos instituídos como forma de despistar eventuais fraquezas no sistema de controlo interno da empresa, e apresentar medidas para melhorar os seus controlos internos.

c) Disponibilidade do Relatório Anual de Execução do PGRIC para publicação no sítio na internet da UTAM.

No passado dia 10 de fevereiro de 2022 a sociedade efetuou a avaliação do Plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas existente, elaborando para o efeito um relatório anual, referente ao ano de 2022, sobre o seu cumprimento e as situações relativas a atos irregulares conexas com corrupção ocorridos, o qual remete ao CPC e à Unidade Técnica (UTAM), procedendo também à sua publicitação no seu sítio de internet em <https://www.adra.pt/template-simples/611/plano-de-gest%C3%A3o-de-riscos-de-corrup%C3%A7%C3%A3o-e-infra%C3%A7%C3%B5es-conexas>

D. Deveres Especiais de Informação

1. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira (vide alíneas d) a i) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE), a saber:

a) Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras empresas, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo;

A informação, quando aplicável, consta no Relatório e Contas da empresa, disponível no site da AdRA <https://www.adra.pt/adra-informacao-financieira#relatorios-e-contas>

b) Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar;

A informação relativa aos objetivos de gestão consta no Relatório e Contas, estando este disponível no site da AdRA <https://www.adra.pt/adra-informacao-financieira#relatorios-e-contas>

46/28


- c) **Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;**

As tarifas a aplicar no ano seguinte decorrentes do exercício orçamental são carregadas no Portal da ERSAR, no módulo de Tarifários ao Utilizador Final (www.ERSAR.pt).

A 3 de janeiro de 2023, a AdRA enviou à Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) e à Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público e Empresarial do Estado (UTAM) o Plano de Atividades e Orçamento para 2023 (PAO2023), encontrando-se em análise pela UTAM.

- d) **Orçamento anual e plurianual;**

A 3 de janeiro de 2023, a AdRA enviou à Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) e à Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público e Empresarial do Estado (UTAM) o Plano de Atividades e Orçamento para 2023 (PAO2023), tendo sido carregado na plataforma da DGTF - SIRIEF.

- e) **Documentos anuais de prestação de contas;**

A informação relativa à presente alínea é reportada no site da AdRA (<https://www.adra.pt/adra-informacao-financieira#relatorios-e-contas>) e no site do Tribunal de Contas.

- f) **Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.**

No ano de 2022 e janeiro de 2023, a AdRA enviou os relatórios trimestrais de execução orçamental, relativos ao 4º trimestre de 2021, 1º, 2º e 3º trimestre de 2022 acompanhados dos pareceres do Órgão de Fiscalização para a UTAM, encontrando-se disponíveis para consulta no site:

<https://www.adra.pt/adra-informacao-financieira#relatorios-e-contas>

O relatório referente ao 4º trimestre de 2022 será submetido no SIRIEF durante o 1º trimestre de 2023.

2. **Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do RJSPE).**

Periodicamente, a AdRA presta informação no seu sítio da internet:

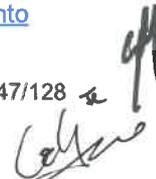
<https://www.adra.pt/adra-governo-da-sociedade#governo-da-sociedade>

<https://www.adra.pt/adra-informacao-financieira#relatorios-e-contas>

<https://www.adra.pt/template-simples/341/investiga%C3%A7%C3%A3o-e-desenvolvimento>

<https://www.adra.pt/sustainability#introducao-sustentabilidade>

47/128 a



<https://www.adra.pt/prize>

<https://www.adra.pt>

A AdRA reporta também informação aos seus Acionistas no sítio <https://www.adra.pt>, ao Instituto Nacional de Estatística (INE), no seu sítio <http://webinq.ine.pt/home>, ao Tribunal de Contas, no seu sítio <https://econtas.tcontas.pt/ExtGDoc/Login/Login.aspx>, à UTAM e à ERSAR (Regulador), no portal da ERSAR, podendo a informação ser consultada em <http://www.ersar.pt/pt/consumidor/qualidade-dos-servicos/pesquisa-por-entidade>.

E. Sítio na Internet

1. **Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontram divulgados os seguintes elementos (vide artigo 53.º do RJSPE):**

a) **Sede e, caso aplicável, demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC;**

A informação é disponibilizada no sítio da AdRA na internet <https://www.adra.pt/contacts>

b) **Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões;**

A informação é disponibilizada no sítio da AdRA na internet em <https://www.adra.pt/adra-governo-da-sociedade#orgao-social>

c) **Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios;**

A informação é disponibilizada no sítio da AdRA na internet em <https://www.adra.pt/adra-governo-da-sociedade#orgao-social>

d) **Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais;**

A informação é disponibilizada no sítio da AdRA na internet em <https://www.adra.pt/adra-informacao-financeira#relatorios-e-contas>

e) **Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público;**

A informação é disponibilizada no sítio da AdRA na internet www.adra.pt, nomeadamente informação ao cliente:

•Tarifários

<https://www.adra.pt/clients#tarifario>

•Explicação da fatura

<https://www.adra.pt/template-simples/396/explica%C3%A7%C3%A3o-da-fatura>

•Informação sobre a qualidade da água

<https://www.adra.pt/qualidade-da-agua>

•Interrupções de abastecimento


48/128
JE
94

<https://www.adra.pt/activities#na-hora>

• Investimento

<https://www.adra.pt/template-simples/739/investimento>

- f) **Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.**

Nos últimos três exercícios a AdRA não recebeu do Estado qualquer apoio financeiro. O modelo de financiamento subjacente à atividade da empresa tem sido assegurado através da Banca Comercial, Banco Europeu de Investimentos, suprimentos e apoio à tesouraria da AdP e subsídios provenientes do POSEUR/COMPETE. Esta informação é divulgada no Relatório e Contas da empresa, disponível na internet:

<https://www.adra.pt/adra-informacao-financeira#relatorios-e-contas>

2. **Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontram publicitados os seguintes elementos:**

- a) **Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada;**

<https://www.adra.pt/sustainability#introducao-sustentabilidade>

- b) **Código de Ética;**

<https://www.adra.pt/template-simples/612/pol%C3%ADtica-de-integridade>

- c) **Relatório Anual de Execução do PGRIC (vide artigo 46º do RJSPE);**

<https://www.adra.pt/template-simples/611/plano-de-preven%C3%A7%C3%A3o-de-riscos-de-corrup%C3%A7%C3%A3o-e-infra%C3%A7%C3%B5es-conexas>

- d) **Relatório sobre remunerações por género (vide n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março).**

<https://www.adra.pt/adra-governo-da-sociedade#estatutos-da-sociedade>

3. **Quando aplicável, indicação das hiperligações para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontram publicitados os documentos objeto de remissão no RGS:**

<https://www.adra.pt/home>

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

1. **Referência ao contrato celebrado com a empresa pública em que lhe tenha sido confiada a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à remuneração dessa atividade (vide n.º 3 do artigo 48.º do RJSPE).**

De acordo com a cláusula 4ª do Contrato de Parceria, a AdRA tem por objetivo garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da proteção do ambiente e da sustentabilidade

económica e financeira do setor, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território.

A AdRA está incumbida, essencialmente, da realização das seguintes missões de interesse público:

- a) Assegurar de forma regular, contínua e eficiente, o abastecimento de água para consumo público e o saneamento de águas residuais urbanas;
- b) Promover a conceção e assegurar a construção e a exploração, nos termos dos respetivos projetos, das infraestruturas, instalações e equipamentos necessários à distribuição de água para consumo público e, quando aplicável, à captação e tratamento de água para essa finalidade, e à recolha de águas residuais urbanas, bem como, quando aplicável, ao respetivo tratamento e rejeição;
- c) Assegurar a reparação e a renovação das infraestruturas e instalações referidas na alínea anterior, de acordo com as exigências técnicas e o respeito dos parâmetros sanitários aplicáveis;
- d) Controlar, sob a fiscalização das entidades competentes, os parâmetros sanitários da água distribuída e dos efluentes tratados, salvo quando tal atribuição tenha sido transferida para a concessionária de um centro de exploração ou constitua responsabilidade de outra entidade gestora;
- e) Assegurar a qualidade do serviço prestado e o atendimento aos utilizadores finais.

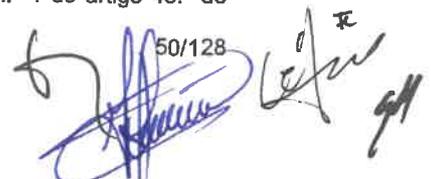
2. Quando aplicável, referência às propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade (vide n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 48.º do RJSPE)¹⁰, das quais deverão constar os seguintes elementos: Associação de metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis; Modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento; Critérios de avaliação e revisão contratuais; Parâmetros destinados a garantir níveis adequados de satisfação dos utentes; Compatibilidade com o esforço financeiro do Estado, tal como resulta das afetações de verbas constantes do Orçamento do Estado em cada exercício; Metodologias adotadas tendo em vista a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação dos clientes ou dos utentes. A empresa deve apresentar declaração¹¹ do seguinte:

- a) **que elaborou uma proposta de contratualização da prestação de serviço público;**
- b) **que essa proposta foi apresentada ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade; e**
- c) **que a proposta cumpre com todos os requisitos legais definidos no n.º 1 do artigo 48.º do RJSPE.**

Em 29 de julho de 2009 foi celebrado entre o Estado e os Municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga e Vagos um Contrato de Parceria Pública, por intermédio do qual os designados Municípios decidiram agregar os respetivos sistemas num sistema territorialmente integrado de águas, a constituir ainda pelas infraestruturas e equipamentos construídos pela entidade gestora da parceria, consoante solução técnica global, o Sistema de Águas da Região de Aveiro ou SARA, e delegaram no Estado, em regime de parceria pública, nos termos do respetivo clausulado, a exploração e a gestão dos serviços de águas relativos ao referido Sistema. A 30 de junho de 2010 foi efetuada uma adenda ao referido contrato referente à integração do Município de Ovar no sistema.

¹⁰ Caso não tenha contrato celebrado ou, tendo, caso haja apresentado nova proposta.

¹¹ Esta declaração, no próprio RGS, pode apenas mencionar que foi cumprido o disposto no n.º 1 do artigo 48.º do RJSPE.

50/128


A Parceria tem por objetivo garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económico-financeira do setor, contribuindo ainda para o desenvolvimento e o ordenamento do território.

A entidade gestora da parceria está incumbida, essencialmente, da realização das seguintes missões de interesse público:

- Assegurar de forma regular, contínua e eficiente, o abastecimento de água para consumo público e o saneamento de águas residuais urbanas;
- Promover a conceção e assegurar a construção e a exploração, nos termos dos respetivos projetos, das infraestruturas, instalações e equipamentos necessários à distribuição de água para consumo público e, quando aplicável, à captação e tratamento de água para essa finalidade, e à recolha de águas residuais urbanas, bem como, quando aplicável, ao respetivo tratamento e rejeição;
- Assegurar a reparação e a renovação das infraestruturas e instalações referidas na alínea anterior, de acordo com as exigências técnicas e o respeito dos parâmetros sanitários aplicáveis;
- Controlar, sob a fiscalização das entidades competentes, os parâmetros sanitários da água distribuída e dos efluentes tratados, salvo quando tal atribuição tenha sido transferida para a concessionária de um centro de exploração ou constitua responsabilidade de outra entidade gestora;
- Assegurar a qualidade do serviço prestado e o atendimento aos utilizadores finais.

No Contrato de Gestão outorgado entre o Estado, Municípios e a Entidade Gestora foram definidos os objetivos de qualidade do serviço, designadamente de atendimento, desempenho ambiental, produtividade e eficiência de gestão, com indicação de um conjunto de indicadores ou referenciais, que permita medir a realização dos objetivos.

A entidade gestora adotará e executará, tanto na construção das infraestruturas, como na correspondente exploração do serviço, o modelo de financiamento previsto no estudo de viabilidade económico-financeira que estiver em vigor, conforme previsto no contrato de gestão.

À entidade gestora não são afetas quaisquer verbas constantes do Orçamento do Estado.

VII. Remunerações

A. Competência para a Determinação

1. **Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da empresa.**

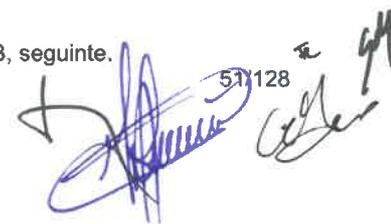
Remuneração dos membros dos órgãos sociais	Comissão de Vencimentos
Remuneração dos membros da Comissão executiva	Não existe

Tal como previsto no art.º 17, n.º 2, al. h), dos Estatutos da Sociedade, foi delegada a competência para fixar a remuneração dos órgãos sociais na comissão de vencimentos.

A política remuneratória vigente para o mandato 2020/2022 foi fixada em Assembleia Geral de Acionistas, em estrita observância do Estatuto do Gestor Público, na sua atual redação.

2. **Identificação dos mecanismos¹² adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a empresa, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas (vide artigo 51.º do RJSPE).**

¹² Mecanismos diversos dos inerentes à evidenciação ou menção a que se refere o ponto 3, seguinte.



51/128

A aprovação de despesas dos membros do órgão de administração carece sempre de assinatura de outro administrador. Os membros do órgão de administração não intervêm na aprovação das suas próprias despesas. A aprovação de despesas dos demais órgãos sociais, quando existam, carecem sempre da assinatura de um administrador.

- 3. Dar conhecimento do cumprimento por parte dos membros do órgão de administração do que dispõe o artigo 51.º do RJSPE, isto é, de que se abstém de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.***

Os membros do órgão de administração não participam em decisões que envolvam os próprios interesses, ou de familiares, nos termos previstos na Lei, designadamente no Estatuto do Gestor Público, no Código das Sociedades Comerciais, nos termos da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), de 7 de novembro de 2012 e Código de Ética e de Conduta do Grupo AdP, alegando impedimento legal. Os membros do órgão de administração apresentaram à sociedade declaração de inexistência de conflitos de interesses, recomendada pelo CPC.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio.

Presidente: Carla da Conceição Afonso Correia

Vogal: AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Vogal: Município de Sever do Vouga, representado por Pedro Amadeu Lobo

C. Estrutura das Remunerações

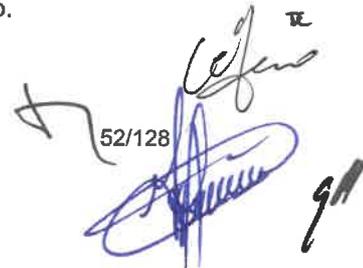
- 1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.***

Com efeitos a 1 de Abril de 2012, as remunerações dos gestores foram fixadas nos termos do disposto no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, com as alterações da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro e do Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho, sem prejuízo de alterações e ajustamentos que venham a ser deliberadas pelos acionistas ou Comissão de Vencimentos, no âmbito das suas competências e no estrito cumprimento da legislação em vigor.

- 2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos objetivos dos membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da empresa.***

Sendo a AdRA uma empresa classificada de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, entretanto alterada com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2018, de 16 de julho de 2018, e sem prejuízo dos casos de opção pelo vencimento do lugar de origem, as remunerações do órgão de administração são as que resultam da aplicação do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro.

52/128



3. **Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.**

Durante a vigência do programa de assistência económica e financeira a Portugal, não houve lugar à atribuição de prémios de gestão (n.º 4 da RCM n.º 36/2012, de 26 de março e art.º 256.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de janeiro), nem outras remunerações variáveis. Durante os últimos anos e no ano de 2022 não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão, nem outras remunerações variáveis.

4. **Explicitação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.**

Ver ponto 3 anterior.

5. **Caracterização dos parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio.**

De acordo com o definido no ponto 9 da ordem de trabalhos da Assembleia Geral realizada no dia 15 de junho de 2020, foi aprovado para o mandato de 2020-2022, a fixação pela Comissão de Vencimentos, as remunerações dos membros dos órgãos sociais de acordo com o regime previsto na Resolução de Conselho de Ministros n.º 92/2018, de 5 de julho.

Durante o ano de 2022 não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão.

6. **Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.**

Na AdRA não existem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

D. Divulgação das Remunerações

1. **Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da empresa, proveniente da empresa, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação. A apresentar segundo os formatos seguintes:**

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de Representação
Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos	S	B	4.864	1.946

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2022 (€)		
	Fixa (1)	Variável (2)	Bruta
Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos	91.450	0	91.450

(*) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)



53/128

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Valor Subsídio Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro Vida	Outros	
	Diário	Encargo anual da empresa	(identificar)	Encargo anual da empresa			(identificar)	Valor
Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos	7,14	1.778	Segurança Social	21.324	1.396	1.225	-	-

2. Indicação dos montantes pagos, por outras empresas em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

Não foram pagos quaisquer montantes por outras sociedades, em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum, ao Presidente Executivo cujo vencimento é pago pela AdRA. Os membros do órgão de administração que acumulam funções em empresas do Grupo Águas de Portugal, e que não são remunerados pela AdRA, são remunerados nas respetivas empresas, e a sua remuneração devida pelo desempenho das suas funções na AdRA faturada pela AdP – Águas de Portugal SGPS a esta empresa.

3. Indicação da remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e explanação dos motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.

A Adra em 2022 não efetuou o pagamento de qualquer remuneração sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios.

4. Referência a indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Em 2022, não eram devidas, nem foram pagas quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos.

5. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da empresa, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.

Mandato	Nome	Remuneração Anual 2022 (€)	
		Valor da Senha Fixado (€)	Bruta
2019-2021	Saskia Lopes	-	14.199
2019-2021	Armando de Sousa Resende	-	14.199
2019-2021	Município de Vagos, representado pelo Presidente, Silvério Rodrigues Regalado	-	0
	Total	0	28.398

54/128



6. Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral.

	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração anual 2022 (€)
				Bruta
2020-2021	Presidente	Município da Murtosa, representado pelo Presidente, Joaquim Manuel dos Santos Baptista	575	0
2022	Presidente	Município de Albergaria-a-Velha, representado pelo Presidente, António Augusto Amaral Loureiro e Santos	575	0
2020-2022	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	0	0
2020-2022	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	375	375
				375

VIII. Transações com Partes Relacionadas e Outras

1. Apresentação de mecanismos implementados pela empresa para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas¹³ e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

As principais transações com partes relacionadas ocorridas durante o ano de 2022 têm a seguinte natureza:

- Aquisição de água (Águas do Douro e Paiva, S.A. e Municípios);
- Entrega de efluente para tratamento (Águas do Centro Litoral, S.A.);
- Dividendos (AdP SGPS e Municípios);
- Pagamento de Fees de gestão, juros de suprimentos e apoio de tesouraria, suprimentos e apoio de tesouraria (AdP SGPS);
- Sistema de gestão comercial (EPAL);
- Outros serviços decorrentes da partilha de serviços (Águas do Norte e AdP Valor).

Em 2022, os saldos e transações com partes relacionadas são os seguintes:

Saldos com empresas do Grupo:

	31.12.2022			31.12.2022			31.12.2021			31.12.2021		
	Ativos			Passivos			Ativos			Passivos		
	Clientes	Outros Devedores	Adiantamento aos municípios	Financiamentos não correntes	Financiamentos correntes	Fornecedores e outros credores	Clientes	Outros Devedores	Adiantamento aos municípios	Financiamentos não correntes	Financiamentos correntes	Fornecedores e outros credores
AdP SGPS	0,00	0,00	0,00	16.090.909,11	5.109.090,90	184.132,71	0,00	0,00	0,00	58.500.000,02	5.859.090,90	112.287,76
AdP Valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.770,07
Águas Douro Paiva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.461,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78.948,97
Águas do Norte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.727,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.003,97
Epal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.815,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.562,71
AdCL	14.137,20	0,00	0,00	0,00	0,00	1.146.959,82	2.934,05	0,00	0,00	0,00	0,00	1.115.335,04
Município de Aveiro	23.959,21	0,00	23.695.355,80	0,00	0,00	55.458,46	61.380,36	0,00	24.767.782,58	0,00	0,00	0,00
Município de Ílhavo	46.575,07	33.524,88	11.346.372,94	0,00	0,00	35.153,33	68.978,39	33.524,88	11.859.941,39	0,00	0,00	78.348,33
Município de Ovar	15.429,12	0,00	7.534.422,56	0,00	0,00	0,00	11.733,75	0,00	8.113.302,99	0,00	0,00	0,00
Município de Estarreja	83.743,20	0,00	7.002.616,39	0,00	0,00	41.517,62	79.030,36	0,00	7.319.913,60	0,00	0,00	81.276,49
Município de Albergaria	10.267,43	0,00	8.679.553,52	0,00	0,00	979,93	26.732,00	0,00	9.072.232,39	0,00	0,00	1.626,73
Município de Oliveira Bairro	12.751,47	0,00	4.004.696,24	0,00	0,00	52.509,57	13.502,74	0,00	4.185.954,09	0,00	0,00	194.313,50
Município de Sever do Vouga	8.820,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.868,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Município de Vagos	62.998,80	0,00	0,00	0,00	0,00	10.240,47	53.428,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Município da Murtosa	6.149,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.046,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Município de Águeda	14.677,80	0,00	663.418,05	0,00	0,00	0,00	48.039,00	0,00	693.696,76	0,00	0,00	0,00
Total	299.508,43	33.524,88	62.926.435,50	16.090.909,11	5.109.090,90	1.629.955,70	390.674,01	33.524,88	66.012.823,80	58.500.000,02	5.859.090,90	1.727.473,57

¹³ Para efeitos do conceito de parte relacionada tenha-se em conta o que se encontra definido na NCRF 5 (Norma contabilística e de relato financeiro 5. Divulgações de Partes Relacionadas), e também no n.º 4 do artigo 63.º do CIRC (Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas).

	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2021
	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	Gastos
AdP SGPS	0,00	2.608.153,27	0,00	2.427.771,82
AdP valor	0,00	0,00	0,00	365,00
Águas do Douro e Paiva	0,00	1.293.425,51	0,00	1.052.824,58
Águas do Norte	0,00	16.854,93	0,00	16.854,96
Epal	0,00	189.268,93	0,00	179.151,03
AdCL	39.575,84	12.480.051,00	64.068,13	12.368.732,03
Simdouro	0,00	148,50	0,00	0,00
Município de Aveiro	316.323,38	324.976,45	333.525,68	307.115,68
Município de Ílhavo	357.900,29	78.958,17	364.635,09	83.003,70
Município de Ovar	172.600,44	0,00	145.138,99	0,00
Município de Estarreja	73.263,54	-1.094,48	93.710,35	10.180,91
Município de Albergaria	150.409,60	14.073,95	130.807,09	13.096,29
Município de Oliveira Bairro	95.019,44	113.033,55	94.878,84	50.512,42
Município de Sever do Vouga	16.582,61	13.095,98	19.116,80	11.561,63
Município de Vagos	198.685,87	161.787,76	170.740,49	144.206,20
Município da Murtosa	143.738,92	0,00	154.955,60	0,00
Município de Águeda	124.859,82	37.452,53	120.654,60	37.642,73
Total	2.404.760,34	17.330.186,04	1.692.231,66	16.703.018,98

As transações com partes relacionadas são analisadas pela sociedade, encontrando-se sempre suportadas em processos de contratação.

Para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas a AdRA preenche mensalmente, em plataforma informática utilizada para efeitos de consolidação de contas do Grupo AdP, os saldos intra-grupo fazendo referência aos montantes das transações efetuadas, saldos em aberto, pagamentos e recebimentos e identificação das empresas.

2. Informação sobre outras transações:

a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços;

A AdRA, segue os procedimentos decorrentes da legislação em vigor sobre a matéria, designadamente, as normas de contratação pública consagradas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação vigente (com as alterações introduzidas pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio e posteriormente pelo Decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro).

O Grupo AdP assegura, através da AdP SGPS, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços transversais, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

A avaliação do potencial para a captura de valor está intimamente ligada às sinergias e economias de escala que advém da centralização de compras, com especial enfoque em categorias como energia, comunicação, seguros, reagentes, viaturas, materiais de laboratório, etc. procurando-se sistematicamente a respetiva concretização através da obtenção de ganhos financeiros e da redução de custos, contribuindo para a otimização da capacidade do Grupo AdP.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de novas categorias centralizadas, tem possibilitado uma maior capacidade de planeamento, aproveitando a maturidade exigida para a implementação de novos processos transversais.

O planeamento e gestão da função compras por categorias, alicerçados no trabalho colaborativo possibilitam sistematicamente alcançar um conhecimento mais profundo das necessidades aquisitivas do Grupo AdP.

A existência desta estrutura interna, assegurada diretamente pela AdP SGPS, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, enquanto as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e transacional associada, acrescentando também nessa dimensão, valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

De forma a salvaguardar a uniformização dos procedimentos ao nível das empresas e garantir a observância de requisitos legais e de orientações internas relativas a procedimentos de contratação pública ao abrigo do Regime Geral, as empresas têm ao seu dispor um guião, designado manual de contratação, que orienta os seus utilizadores na interpretação e aplicação das mais importantes inovações trazidas por esta revisão legislativa e incorporando toda a "aprendizagem" do Grupo. Em articulação com o referido guião, existe um manual de compras que visa sistematizar o papel de cada um dos intervenientes no processo de compras, potenciando uma visão integrada e abrangente, partilhando os mesmos conceitos, uniformizando as ferramentas utilizadas, as designações, procedimentos internos e cooperação para o desenvolvimento sustentado dos processos de compras. Por sua vez, estes processos, estão desde logo incluídos no planeamento dos trabalhos de auditoria interna

O ano de 2022 ficou marcado pela publicação do Decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro, que altera a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública, o Código dos Contratos Públicos e o Decreto-Lei n.º 60/2018, de 3 de agosto, que procede à simplificação de procedimentos administrativos necessários à prossecução de atividades de investigação e desenvolvimento.

b) Identificação das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado;

A sociedade não efetuou transações fora do mercado. No âmbito da contratação intra-grupo, o relacionamento das empresas participadas do Grupo AdP com a AdP VALOR, com a AdP ENERGIAS - Energias Renováveis e Serviços Ambientais, S.A. e com a Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., funciona no quadro de uma relação *in house* estabelecida com base num modelo relacional aprovado pela AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.. Também o modelo relacional vigente entre a AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A., e as empresas do grupo Águas de Portugal, designadamente a sociedade AdRA é uma relação *in house*, nos termos do previsto no artigo 5.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo das contraprestações relativas aos serviços técnicos de gestão e administração (*fees* de gestão) prestados às sociedades participadas nos termos do regime jurídico das sociedades gestoras de participações sociais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de dezembro, com a redação vigente.



57/128

c) Lista de fornecedores com transações com a empresa que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros).

Fornecedores que representam mais 5% dos FSE's

Unidade: Euros	
	Montante
Águas do Centro Litoral, S.A.	12.480.051
TOTAL	12.480.051

IX. Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental

Caracterização dos elementos seguidamente explicitados, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação¹⁴:

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal fixa as ambições em linha com os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos com o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas.

As ambições de sustentabilidade estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e focam-se no propósito do nosso trabalho, na ação pelo clima, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação com impacto, na cooperação para uma gestão sustentável da água a nível internacional e na educação para a sustentabilidade.



Trabalhar com Propósito:

- Participação de colaboradores em ações formativas da Academia das Águas Livres, sempre que estas estejam disponíveis e os temas identificados como necessidades.
- Desenvolvimento de um Plano de formação para todos os colaboradores da empresa, com as necessidades de formação identificadas aquando da avaliação de desempenho e no levantamento das necessidades de formação (pela área respetiva ou transversais).

¹⁴ Querendo, a empresa poderá incluir síntese ou extrato(s) do seu Relatório de Sustentabilidade que satisfaça(m) o requerido. Tal formato de prestação da informação, implica que o texto seja acompanhado das adequadas referências que permitam identificar as partes da síntese ou extrato(s) que satisfazem cada uma das alíneas.

- Desenvolvimento e cumprimento do Plano anual de igualdade de género.
- Trabalhar para o desenvolvimento da cultura de segurança do Grupo.
- Identificação das necessidades transversais e as necessidades por função, de formação na área da segurança.
- Desenvolvimento de ações de acompanhamento, análise e tomada de medidas de correção e corretivas.

Agir pelo Clima

- Manutenção do Sistema de Gestão de Energia nas fronteiras e alargamento das boas práticas de eficiência e redução do consumo nas restantes instalações e infraestruturas.
- Início do estudo para implementação de painéis fotovoltaicos para produção de energia renovável no complexo de Cacia.
- Acompanhamento do desenvolvimento de metodologia para determinação do inventário de emissões do Grupo AdP e da AdRA.
- Manutenção do Plano de Segurança da Água.
- Início de colaboração com a Comissão Especializada de Adaptação às Alterações Climáticas da APDA.
- Continuidade do serviço de abastecimento e de recolha e rejeição de saneamento, garantindo o cumprimento dos planos de renovação, em termos de extensão, de redes de abastecimento e saneamento e ApR.

Acelerar a Economia Circular da Água

- Início de reutilização de água tratada na ETAR de Talhadas, para limpeza dos órgãos da infraestrutura.
- Ações no âmbito das aflúncias indevidas na rede de drenagem de águas residuais
- Ações no âmbito da eficiência hídrica com atuação focada na redução das perdas físicas.
- Manutenção do Plano de Monitorização das Origens de Água e na monitorização dos meios recetores do efluente tratado pelas ETAR's sob gestão da AdRA.
- Promoção da valorização dos resíduos produzidos.

Valorizar os Territórios

- Desenvolvimento de ações de Educação Ambiental e outras ações com entidades parceiras: Municípios, Entidades Gestoras, Entidades Competentes, associações, Universidades e Institutos.
- Disponibilização de critérios Compras Verdes a aplicar nos procedimentos e gestão de contratos.
- Ações de voluntariado e de colaboração no âmbito de campanhas municipais de solidariedade com vítimas do Conflito na Ucrânia.
- Constante monitorização da água para consumo humano distribuída, com uma taxa de segura superior a 99,5%.
- Monitorização da água residual tratada, garantindo o cumprimento das licenças de descarga, em limites de descarga e periodicidades de monitorização.

Inovar para Impactar

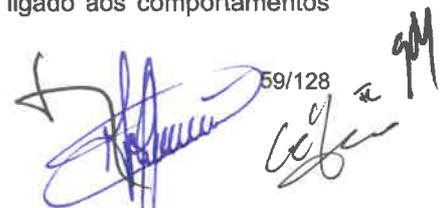
- Desenvolvimento de projeto de inovação alinhado com a estratégia de inovação do Grupo e as necessidades da AdRA.
- Promoção da transformação digital, com o desenvolvimento de inúmeros fluxos internos.

Garantir Água e Saneamento além-Fronteiras

- Colaboração em diversas ações do Grupo em/para países estrangeiros.

Educar para a Sustentabilidade

- Ações de Educação ambiental 1º ciclo "Água é vida" (módulo ligado aos comportamentos ambientalmente corretos de utilização da RDAA e RDAR.



59/128

- Campanha "Lixo é no lixo e não na rede de saneamento) - 1ª fase, implementação de redes sociais e internamente.
- Campanha conjunta com AdCL e Águas do Vouga nos jornais:(1) Valorização da água na torneira; (2) valorização da rede de saneamento; (3) comportamentos corretos do utilizador.
- Ações de Educação ambiental 11º ano - visitas às ETAR's.

O detalhe e acompanhamento deve ser realizado através da consulta do Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP. <https://www.adra.pt/sustainability/#introducao-sustentabilidade>

1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.

Os objetivos do Grupo AdP, designadamente da empresa Águas da Região de Aveiro, S.A. são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

Por deliberação da Assembleia Geral de acionistas da sociedade, em 23/06/2021, foram aprovadas as seguintes orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão e respetivas metas quantificáveis para o mandato 2020-2022.

Orientações Estratégicas Gerais

Sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão, o Conselho de Administração da AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A., deverá:

- Assegurar o cumprimento da missão da empresa e o exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- Ser socialmente responsável, prossequindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- Concretizar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento de produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- Desenvolver iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- Implementar políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando a investigação novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens do mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

60/128



Orientações Estratégicas Específicas

O Conselho de Administração deverá assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para que a empresa execute uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam.

- Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:
 - ✓ Aumento da eficiência na utilização de recursos primários, resiliência e segurança dos sistemas;
 - ✓ Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
 - ✓ Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação das origens, na flexibilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes.
- Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:
 - ✓ Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
 - ✓ Proporcionar modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
 - ✓ Facilitar a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;
 - ✓ Potenciar a integração dos empreendimentos hidráulicos.
- Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:
 - ✓ O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
 - ✓ A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
 - ✓ No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.
- Promoção do desenvolvimento regional, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
 - ✓ Na integração em comités funcionais com vista à incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
 - ✓ Na dinamização de redes de competências em ambiente descentralizado e colaborativo;
 - ✓ Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
- Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:
 - ✓ Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, alinhando-o com os desafios do setor e padrões da regulação;
 - ✓ No reforço da aposta no digital, incluindo a segurança cibernética, prosseguindo objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.
- Assegurar as boas práticas na gestão de ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:
 - ✓ Definição da política de gestão de infraestruturas;
 - ✓ Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
 - ✓ Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;
 - ✓ Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.

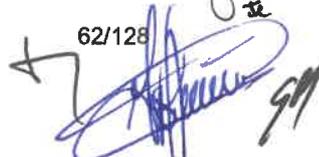
- Capitalizar as competências e capacidades disponíveis na internacionalização do grupo AdP em projetos de interesse nacional, potenciando colaborações, através de AdP internacional, de longo prazo, de valor acrescentado e com risco financeiro delimitado, para além da cooperação com entidades de referência internacional.

	Indicador	Calculo	Escala	AdRA
Financeiros	Eficiência de Gestão	$PRC = [(GV+FSE+GP)/VN]$ Variação face ao PAO proposto	1. var > +0,10pp 2. -0,10pp <= var <= +0,10pp 3. var < -0,10 pp	10,0%
	Evolução Perdas	Volume Facturado/Volume Tratado face ao ano anterior	1. RP > 100% 2. 95% ≤ RP ≤ 100% 3. RP < 95%	10,0%
	Limite ao endividamento	$Endividamento = [Stock Dívida (Ano N) / Stock Dívida (Ano N-1)] - 1 * 100$	1: X > 2% 2: 1,5% <= X <= 2% 3: X < 1,50% * Investimentos materialmente relevantes são excluídos do cálculo, a percentagem adotada corresponde ao definido na legislação	10,0%
	Respeito Prazos de Pagamento	Variação do PMP face ano anterior	Quando PMP <= 60 dias e cumpre com o estipulado com RCM 34/2008 1. Incumprir: quando PMP aumenta mais que 1 dia face ao anterior 2. Cumpre: quando PMP aumenta 1 dia 3. Excede: quando PMP <= 60 dias Quando PMP > 60 dias ou incumprir com RCM 34/2008, 1. Incumprir: face a ano anterior, x > -15% 2. Cumpre: face ao ano anterior, -25% < x < -15%	10,0%
	Rentabilidade	Variação do RL face ao PAO	1. Var < -5% 2. -5% <= Var <= 5% 3. Var > 5% * excluindo o efeito DRG	10,0%
Ambientais e de Serviço	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	1. Nº Ações executadas face ao previsto < 80,00% 2. Nº Ações executadas face ao previsto 80% <= x < 90% 3. Nº Ações executadas face ao previsto	10,0%
	Qualidade da Água Fornecida	AQA = QA (Ano N)	1. AQA < 97,00% 2. 97,00% <= AQA < 99,00% 3. AQA >= 99,00% * sem deterioração face ao ano anterior	20,0%
	Qualidade das Águas Residuais	AQAR = QAR (Ano N)	1. AQAR < 90,00% 2. 90,00% <= AQAR <= 95,00% 3. AQAR > 95,00% * sem deterioração face ao ano anterior	20,0%
Nr de Indicadores				100,0%
				8

Em 2022, o Conselho de Administração atuou em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelos titulares da função acionista, pela Comissão de Parceria e pela Tutela Setorial e Financeira, obtendo um desempenho adequado. (ver al. b) do n.º 2 do capítulo II)

2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade.

Ver n.º 2 do capítulo II (Política de Gestão).


 62/128


3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:

- a) **Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores (vide artigo 49.º do RJSPE);**

Ver n.º 2 do capítulo II (Política de Gestão).

- b) **Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável (vide artigo 49.º do RJSPE);**

Ver n.º 2 do capítulo II (Política de Gestão).

- c) **Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (vide n.º 2 do artigo 50.º do RJSPE);**

Em todos os processos de seleção desenvolvidos, a AdRA empenha-se em garantir igualdade de oportunidade entre homens e mulheres.

A AdRA não efetua qualquer tipo de discriminação pela idade ou sexo, fomentando uma organização do trabalho e mecanismos de constituição das equipas que permitem e valorizam o saber adquirido pelas Colaboradoras e pelos Colaboradores, de forma a garantir elevados níveis de eficiência na atuação e fortalecer canais de transferência de conhecimentos para os mais jovens.

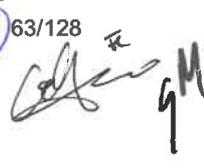
A AdRA tem implementado um sistema de gestão de assiduidade, com registo biométrico, para assegurar o cumprimento da legislação em vigor quanto ao registo dos tempos de entrada e saídas de todos os colaboradores, bem como para disponibilizar à gestão informação útil e importante quanto à organização de trabalho da empresa e assiduidade dos seus colaboradores. Neste âmbito, destaca-se o facto de a empresa possibilitar a um grupo significativo de colaboradores usufruírem de horário flexível (cerca de 45%), para melhor conciliação das responsabilidades profissionais com as conveniências pessoais e familiares.

- d) **Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro e à elaboração do relatório a que se refere o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março;**

A AdRA beneficia da política sustentada da Igualdade de Género implementada no Grupo AdP. Para além desta política específica, a existência de um conjunto de políticas de Recursos Humanos, não discriminatórias e o próprio Código de Ética e Conduta do grupo solidificam esta temática.

Entende a AdRA que a política de igualdade de género é, não só um fator de desenvolvimento que permite eliminar e promover um melhor aproveitamento dos recursos humanos, mas também uma componente necessária à evolução das sociedades.

De forma a solidificar o seu posicionamento a Águas de Portugal renovou no passado dia 18 de maio de 2022 o seu compromisso ao Fórum Empresas para a Igualdade (IGEN) reforçando o compromisso de promoção da igualdade de género e de melhoria ao nível da sustentabilidade, da justiça organizacional e da satisfação dos seus colaboradores e das suas colaboradoras. Com esta adesão, a Águas de Portugal e as suas empresas subsidiárias comprometem-se a desenvolver ações de promoção de igualdade de género,

 
63/128

assumindo compromissos de melhoria em dimensões que incorporam os princípios da igualdade e da não discriminação entre homens e mulheres no trabalho e no emprego, bem como na conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar e proteção da parentalidade.

Em 2016 o Grupo Águas de Portugal subscreveu a Carta Portuguesa para a diversidade.

A Política de Igualdade de Género definida para o Grupo, assenta em dois pilares base:

- Igualdade de tratamento e de oportunidades
- Conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional

Com base nesta Política foi implementado um Plano que visa a implementação de um conjunto de medidas tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional. O período de vigência deste plano é 2022-2023, encontrando-se neste momento a ser implementado.

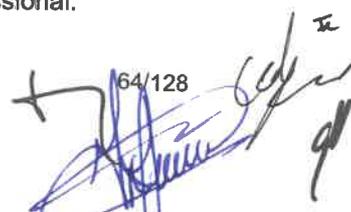
Em 2022 o Grupo AdP deu cumprimento ao seu Plano de Igualdade de Género.

Este plano está organizado em seis áreas agregadoras. Estas 6 áreas compreendem a várias medidas de intervenção, às quais se associam indicadores de sucesso e as entidades/órgãos responsáveis pela sua execução:

- Estratégia, Missão e Valores;
- Igualdade de tratamento e de oportunidade;
- Conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional;
- Diálogo social e participação;
- Formação e sensibilização;
- Comunicação e imagem.

O plano para a igualdade é composto por iniciativas e metas que concorrem para a prossecução dos seguintes objetivos:

- ✓ Inclusão, no planeamento estratégico, de objetivos explícitos e mensuráveis que visem a promoção da igualdade entre homens e mulheres.
- ✓ Elaboração ou revisão do Código de Conduta do Grupo AdP com inclusão do princípio da Igualdade de Género.
- ✓ Promoção da equidade na representação de género na composição de júris e comissões.
- ✓ Adoção de manuais de acolhimento que facilitem o processo de integração de novos trabalhadores.
- ✓ Criação e manutenção de informação, tratada por género, relativa aos processos de recrutamento e seleção de pessoal.
- ✓ Divulgação regular de informação relativa aos direitos e deveres dos trabalhadores e das trabalhadoras em matéria de igualdade, não discriminação, saúde, cidadania e maternidade/paternidade.
- ✓ Aproveitamento das tecnologias de informação para criação de novas formas de organização e gestão do trabalho, acessíveis a trabalhadores e trabalhadoras que facilitem a conciliação trabalho-família.
- ✓ Divulgação dos recursos existentes na área geográfica da empresa que facilitem a conciliação trabalho-família.
- ✓ Celebração de protocolos com entidades externas, que tragam valor acrescentado aos trabalhadores e trabalhadoras na gestão das suas necessidades.
- ✓ Realização de iniciativas para debate de ideias sobre a promoção da igualdade entre homens e mulheres e a conciliação entre vida pessoal, familiar e profissional.
- ✓ Criação e divulgação de canais de comunicação que permitam a apresentação de sugestões por parte dos trabalhadores.
- ✓ Consulta aos trabalhadores sobre o grau de satisfação com as políticas e medidas de Igualdade de Género implementadas.
- ✓ Promoção, em parceria com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, de ações de sensibilização/formação sobre Igualdade de Género.
- ✓ Promoção e realização de ações de sensibilização/formação sobre temas relacionados com o equilíbrio entre a vida pessoal, familiar e profissional.

64/128


- ✓ Utilização de uma linguagem (escrita, não escrita e imagens) neutra, inclusiva e não discriminatória nos processos de comunicação internos e externos.

Também o Plano Estratégico de Sustentabilidade do Grupo AdP assumem os Compromissos de “Garantir a igualdade de oportunidades” e de “Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal”. Estes compromissos contemplam 3 medidas, a aplicar na AdRA:

- ✓ Garantir o cumprimento do “Plano para a igualdade de género”
- ✓ Promover a diversidade
- ✓ Promover a mobilidade

Como principais iniciativas em 2022 que concorrem para os planos definidos destacamos:

- ✓ Inclusão de linguagem respeitadora da igualdade de género na maioria das publicações e comunicações da empresa.
- ✓ Em todos os processos de recrutamento e sessões de acolhimento foi enfatizado o repúdio de todas as formas de discriminação, incluindo a baseada no género.
- ✓ A AdRA divulga anualmente no Relatório & Contas e dá contributos para o Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP da informação relevante de recursos humanos desagregada por sexo. Estes relatórios são disponibilizados no sítio da empresa e da Águas de Portugal.
- ✓ Foram nomeados representantes dos trabalhadores e trabalhadoras em matéria de saúde e segurança no trabalho.
- ✓ Foi dada uma orientação no sentido dos júris dos concursos lançados ao abrigo do CCP serem compostos por mulheres e homens.

A empresa dá cumprimento anualmente ao previsto no RCM 18/2014, conforme resulta do Relatório de Sustentabilidade do Grupo na parte correspondente à “Simbiose com os Colaboradores”.

Todos os indicadores relevantes relativos à igualdade de género são disponibilizados anualmente no Relatório de Sustentabilidade do Grupo.

Em novembro de 2022, a AdRA – Águas da Região de Aveiro enviou o seu Plano para Igualdade de Género (2022) à CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego e para a CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, dando cumprimento ao previsto legalmente.

<https://www.adra.pt/adra-governo-da-sociedade#estatutos-da-sociedade>.

De referir que o Conselho de Administração da AdRA é composto por três elementos do género masculino e dois elementos do género feminino, dando cumprimento ao objetivo de uma presença plural de mulheres e de homens neste órgão social.

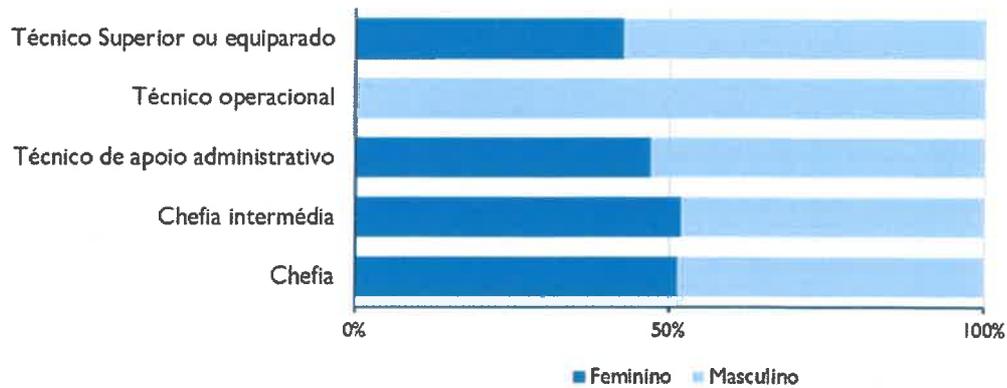
Na AdRA a distribuição por género demonstra uma preponderância do sexo masculino com 70% dos colaboradores, enquanto o sexo feminino tem uma representação de 30%. Este resultado mantém a representatividade masculina *versus* feminina dos anos anteriores. De salientar, que esta diferença está relacionada com a natureza da atividade desenvolvida pela AdRA (abastecimento de água e tratamento de águas residuais), que ao nível mais operacional é sem dúvida desenvolvida na sua totalidade por operadores do género masculino, representando uma parte significativa dos colaboradores da empresa. Na direção de clientes a preponderância de colaboradores é do género feminino, sendo que ao nível das restantes áreas e direções apresenta-se equilibrada.

Na AdRA a remuneração média base mensal e a média base total é superior para o género feminino no grupo de chefias e chefias intermédias. Nas restantes categorias é superior nos homens. Nos gráficos seguintes é apresentada a média da retribuição base mensal e da retribuição total mensal, por género e categoria.

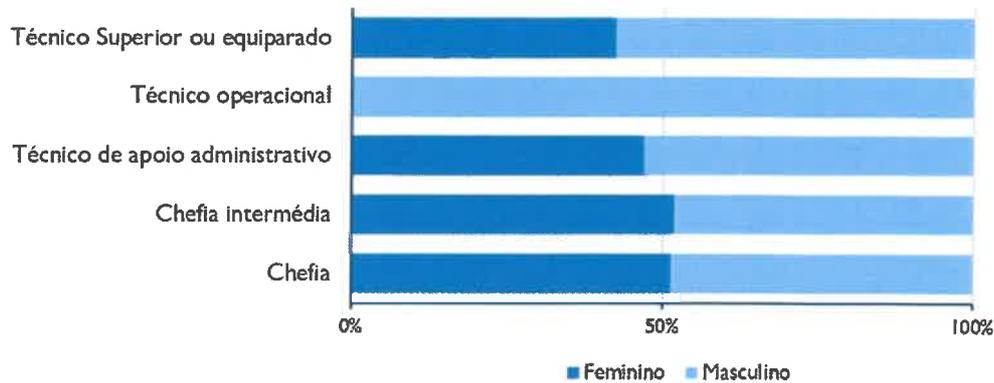


65/128

Média da retribuição base mensal, por género (%)



Média da retribuição total mensal, por género (%)



- e) **Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela empresa, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional (vide n.º 1 do artigo 50.º do RJSPE);**

A formação profissional, enquanto instrumento de valorização das competências técnicas, sociais e de gestão dos colaboradores é um dos pilares da política de gestão de recursos humanos da AdRA, assente no binómio envolvimento e desenvolvimento.

Neste âmbito, encontram-se consolidadas as rotinas de formação e ações de desenvolvimento dos colaboradores, cujos conteúdos se encontram alinhados com o objetivo estratégico A2 do Mapa da Estratégia da AdRA – *Valorizar o Capital Humano*.

Em 2022, a AdRA realizou 73 ações de formação, gerando um volume total de formação de 4.801 horas.

Promover a satisfação dos colaboradores, de forma a potenciar seu compromisso e envolvimento para com a atividade desenvolvida pela AdRA é também um dos objetivos da política de recursos humanos em curso.

Nesse sentido, foram promovidas várias iniciativas focalizadas no envolvimento dos colaboradores, fortalecimento do espírito de equipa e maior proximidade com a comunidade envolvente. De entre as iniciativas realizadas, agregadas sob a marca interna “Espírito

AdRA”, enumeramos algumas das mais significativas: Cabaz de Natal, Dia de Aniversário, Cabaz de Nascimento, Vales de Educação e Bolsas de Estudo.

A saúde e segurança das Colaboradoras e dos Colaboradores é uma preocupação constante na AdRA. Todos e todas têm acesso a um conjunto de seguros que garantem apoio ao próprio e às suas famílias em caso de acidente ou doença e também nos casos de invalidez ou morte.

Em 2018 o Grupo AdP, com o objetivo de garantir melhores condições de trabalho aos/as trabalhadores/as, celebrou com os Sindicatos um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) aplicável a todos os trabalhadores e trabalhadoras que não estavam ainda abrangidos por um instrumento de regulamentação coletiva. O ACT constitui um instrumento importante de normalização das relações laborais, de desenvolvimento sustentável das empresas e de valorização dos trabalhadores e trabalhadoras, encontrando-se em implementação constante na AdRA.

- f) Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do RJSPE). Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.).**

A AdRA beneficia da associação ao Grupo AdP nesta matéria, e usufrui dos resultados dos investimentos das empresas do Grupo em investigação e desenvolvimento.

O Grupo AdP, enquanto principal prestador de serviços no setor da água em Portugal, possui um papel preponderante na área de inovação, da investigação e desenvolvimento para o desenrolar da sua atividade.

A AdRA, em particular, e pelo facto da sua atividade se desenvolver em baixa, tem prestado uma especial atenção à melhoria da sua relação com os seus clientes, pelo que tem desenvolvido um conjunto de inovações, pretendendo estas facilitar o acesso à informação por parte dos clientes, e em simultâneo, utilizar novas formas de comunicação com o cliente, com vista ao aumento da sua proximidade.

A empresa tem dado continuidade à implementação do sistema de telegestão com vista a aumentar a eficácia de deteção de falhas na sua atividade, reduzindo o tempo de deteção das falhas e permitindo um aumento na qualidade e disponibilidade do serviço.

Em simultâneo, tem-se continuado a dar enfoque no contrato de redução de perdas de água, tendo a empresa em 2022 atingido pela primeira vez um valor inferior a 20%.

Em 2022, e devido à seca prolongada, foi criado dentro do Grupo AdP um Comité para o estudo de soluções para combate às alterações climáticas, que terá por objetivo garantir o contínuo fornecimento de água às populações.

Dedicadas ao tema "Água, um valor mobilizador", as Jornadas de Engenharia do Grupo AdP - Águas de Portugal regressam para mais uma edição, entre 28 e 29 de novembro de 2022, de novo em formato presencial.

Organizado pela AdP VALOR, o instrumento empresarial do Grupo AdP para a aceleração da inovação e para a economia circular, este evento anual é um palco privilegiado de partilha de conhecimento e de experiência, de *networking* e de divulgação de novos projetos entre profissionais de engenharia de todas as empresas do Grupo, com dois dias de trabalho, um deles aberto ao público.

Na área expositiva do evento esteve disponível informação sobre alguns projetos de inovação em curso no Grupo Águas de Portugal, bem como sobre o concurso interno AdP Inovação Proativa. Este instrumento, previsto na Agenda de Inovação, disponibiliza um fundo de 800 mil euros para o desenvolvimento de novos produtos, bens e serviços, tirando partido da complementaridade e promovendo sinergias nas suas empresas que promovem a resiliência, a competitividade e os objetivos estratégicos do Grupo AdP.

67/128 2



X. Avaliação do Governo Societário

- 1. Menção à disponibilização em SIRIEF da ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o Relatório e Contas e o RGS) relativos ao exercício de 2021 por parte dos titulares da função acionista ou. Caso não se tenha ainda verificado a sua aprovação, menção específica desse facto.**

Foi disponibilizada e carregada no SIRIEF (30/03/2022) a ata da reunião da AG com a aprovação dos documentos de prestação de contas referentes ao ano de 2021.

- 2. Verificação do cumprimento das recomendações recebidas¹⁵ relativamente à estrutura e prática de governo societário (vide artigo 54.º do RJSPE), através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação¹⁶ deverá ser incluída:**

- a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvida (capítulo, subcapítulo, secção e página);**

Ver alínea d), ponto 3 do capítulo IX.

- b) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela empresa para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.**

Não aplicável.

- 3. Outras informações: a empresa deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.**

No Quadro seguinte é efetuada uma avaliação do grau de cumprimento dos Princípios do Bom Governo a que se encontram sujeitas as empresas que integram o Setor Empresarial do Estado.

¹⁵ Reporta-se também às recomendações que possam ter sido veiculadas a coberto de relatórios de análise da UTAM incidindo sobre Relatório de Governo Societário do exercício anterior.

¹⁶ A informação poderá ser apresentada sob a forma de tabela com um mínimo de quatro colunas: "Referência"; "Recomendação"; "Aferição do Cumprimento"; e "Justificação e mecanismos alternativos".

A - Missão, Objetivos e Princípios gerais de atuação

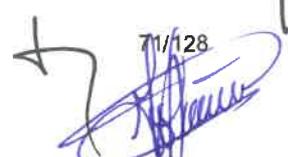
As empresas detidas pelo Estado devem:

A1	Princípio	Cumprir a missão e os objetivos que tenham sido determinados para a empresa, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, serviço público e satisfação das necessidades da coletividade que lhe hajam sido fixados.
	Fundamentação	A Águas da Região de Aveiro, S.A. cumpre a sua missão e os objetivos fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente. Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.
	Grau de cumprimento	Total
A2	Princípio	Proceder à enunciação e divulgação da sua missão, dos seus objetivos e das políticas para si e para as participadas que controla.
	Fundamentação	A divulgação da missão da Águas da Região de Aveiro, S.A. dos seus objetivos e das políticas desenvolvidas é realizada através do seu Relatório e Contas anual e no sítio da empresa na internet.
	Grau de cumprimento	Total
A3	Princípio	Elaborar planos de atividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta o cumprimento da missão e dos objetivos definidos.
	Fundamentação	A Águas da Região de Aveiro, S.A. elabora anualmente o seu plano de atividades e orçamento de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis e considerando a sua missão e objetivos fixados.
	Grau de cumprimento	Total
A4	Princípio	Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, estabelecendo os objetivos a atingir e os respetivos instrumentos de planeamento, execução e controlo.
	Fundamentação	O Grupo AdP, e por consequência a Águas da Região de Aveiro, S.A., definiu de forma organizada a estratégia e os princípios para alcançar a posição de um ator principal no palco da sustentabilidade. A estratégia de sustentabilidade da Águas da Região de Aveiro, S.A., encontra-se disponível no seu Relatório e Contas anual e no sítio da empresa na internet.
	Grau de cumprimento	Total
A5	Princípio	Adotar planos de igualdade, após diagnóstico da situação, de forma a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.
	Fundamentação	O Grupo AdP, e por consequência a Águas da Região de Aveiro, S.A., preconiza a diversidade garantindo a igualdade de oportunidades aos seus colaboradores e promovendo a integração de pessoas com deficiência. A Águas da Região de Aveiro, S.A. subscreveu o Código de Ética e Conduta do Grupo AdP.
	Grau de cumprimento	Total


 65-128


A6	Princípio	Informar anualmente os membros do Governo, a tutela e o público em geral de como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objetivos, de como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público, e de como foi salvaguarda a sua competetividade.
	Fundamentação	A Águas da Região de Aveiro, S.A. cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual e ao público em geral e à AdP SGPS, cabendo a esta o reporte de informação anual consolidada à tutela. Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.
	Grau de cumprimento	Total
A7	Princípio	Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor, devendo o seu comportamento ser eticamente irrepreensível no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres.
	Fundamentação	Toda a atividade do Grupo AdP e da Águas da Região de Aveiro, S.A. é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas. Neste contexto, a Águas da Região de Aveiro, S.A. adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.
	Grau de cumprimento	Total
A8	Princípio	Tratar com respeito e integridade os seus trabalhadores, contribuindo para a sua valorização profissional.
	Fundamentação	O Grupo AdP e a Águas da Região de Aveiro, S.A. apostam na formação dos seus colaboradores, desenvolvendo as suas competências e potenciando novos desafios e oportunidades profissionais internas. A Águas da Região de Aveiro, S.A. possui também um Regulamento de Valorização Profissional, através do qual permite aos seus colaboradores alargarem o seu portefólio de conhecimentos e competências através da frequência de programas avançados de formação. A Águas da Região de Aveiro, S.A. tem em vigor um Sistema de Gestão do Desempenho que é utilizado numa perspetiva de desenvolvimento e positivista.
	Grau de cumprimento	Total
A9	Princípio	Tratar com equidade todos os clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos. Estabelecer e divulgar os procedimentos adotados no que se refere à aquisição de bens e serviços e adotar critérios de adjudicação, assegurando a eficiência das transações realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito.
	Fundamentação	A Águas da Região de Aveiro, S.A. respeita toda a legislação vigente referente à matéria de aquisição de bens e serviços e tem implementado um conjunto de boas práticas internas orientadas por princípios de economia, eficácia e de igualdade de oportunidades e com vista à salvaguarda da transparência, publicidade e concorrência.
	Grau de cumprimento	Total

A10	Princípio	Divulgar anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros.
	Fundamentação	A Águas da Região de Aveiro, S.A. divulga anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros, através do seu Relatório e Contas anual e no sítio da empresa na internet.
	Grau de cumprimento	Total
A11	Princípio	Conduzir com integridade os negócios da empresa, devendo ser adequadamente formalizados, não podendo ser praticadas despesas confidenciais ou não documentadas.
	Fundamentação	O Grupo AdP pauta a sua atuação por uma conduta íntegra na realização dos negócios, refutando veemente práticas menos éticas. O Código de Ética e Conduta da Águas da Região de Aveiro, S.A. expressa o seu compromisso com uma conduta ética e transparente nos seus relacionamentos internos e externos, tendo como objetivo o reforço dos padrões éticos aplicáveis a todos os agentes e contribuindo para um desenvolvimento sustentável consolidado. Adicionalmente, foi elaborado o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Águas da Região de Aveiro, S.A. o qual visa reforçar o compromisso individual de cada colaborador com as boas práticas no que respeita a relações com terceiros. A Águas da Região de Aveiro, S.A. desenvolveu a sua avaliação do cumprimento dos Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, através do preenchimento de questionário desenvolvido e realizado sob a responsabilidade da Auditoria Interna e Controlo de Risco, órgão funcional da AdP SGPS, S.A..
	Grau de cumprimento	Total
A12	Princípio	Ter ou aderir a um código de ética, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, divulgando aos colaboradores, clientes, fornecedores e público em geral.
	Fundamentação	O Código de Ética e Conduta da Águas da Região de Aveiro, S.A. encontra-se disponível no sítio da empresa na internet.
	Grau de cumprimento	Total



 71/128

B - Estruturas de administração e fiscalização

As empresas detidas pelo Estado devem:

B1	Princípio	Deter órgãos de administração e de fiscalização ajustados à dimensão e complexidade da empresa, de forma a assegurar a eficácia do processo de tomada de decisão e garantir uma efetiva capacidade de supervisão, não devendo exceder o número de membros em empresas privadas de dimensão equivalente e do mesmo setor de atividade.
	Fundamentação	Cumprindo o disposto na legislação aplicável, a dimensão dos órgãos de administração e fiscalização da Águas da Região de Aveiro, S.A. estão perfeitamente ajustados à complexidade da sua missão, perfeitamente alinhados com a estratégia definida para o Grupo empresarial AdP, assegurando a eficácia do processo de tomada de decisão e garantindo uma autêntica capacidade de supervisão enquadrada no setor em que se insere.
	Grau de cumprimento	Total
B2	Princípio	Ter um modelo de governo que assegura a efetiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, devendo, no caso de empresa de maior dimensão e complexidade, a função de supervisão ser responsabilidade de comissões especializadas, entre as quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras, de acordo com o modelo adotado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão devem emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, assim como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa.
	Fundamentação	O Modelo de Governo da Águas da Região de Aveiro, S.A. em alinhamento com o definido para as empresas participadas do Grupo AdP, assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade pelos seguintes Órgãos Sociais: A Assembleia Geral; O Conselho de Administração; O Conselho Fiscal; O ROC. Os Administradores Não Executivos emitem anualmente um relatório sobre o desempenho dos Administradores Executivos.
	Grau de cumprimento	Total
B3	Princípio	Ter as contas auditadas anualmente por entidades independentes, observando padrões idênticos aos que se pratiquem para as empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão deverão ser os interlocutores da empresa junto dos auditores externos, competindo-lhes proceder à sua seleção, à sua confirmação, à sua contratação e à aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria, que deve ser concedida apenas se não estiver em causa a independência dos auditores.
	Fundamentação	A auditoria anual às contas da Águas da Região de Aveiro, S.A. é efetuada por entidade independente externa, que tem como interlocutores privilegiados a Administração, o Conselho Fiscal, a Direção Administrativa e Financeira, em articulação com a Direção de Contabilidade e Consolidação e a Direção Financeira Corporativa da AdP SGPS, S.A.. De acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, a seleção e contratação do auditor externo é da responsabilidade da AdP SGPS, S.A., e dentro desta, dos membros não executivos do Conselho de Administração, que asseguram as suas condições de independência.
	Grau de cumprimento	Total
B4	Princípio	Promover a rotação e limitação de mandatos dos seus órgãos de fiscalização.
	Fundamentação	Os membros dos Órgãos Sociais da Águas da Região de Aveiro, S.A. são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos. No entanto, por imposição legal estatutária o número de renovações consecutivas não pode exceder o limite de três.
	Grau de cumprimento	Total

B5	Princípio	O órgão de administração deve criar e manter um sistema de controlo adequado, de forma a proteger os investimentos da empresa e os seus ativos, devendo abarcar todos os riscos relevantes assumidos pela empresa.
	Fundamentação	A gestão de risco enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores da empresa. Neste contexto, Águas da Região de Aveiro, S.A. está sujeita ao controlo da Auditoria Interna e Controlo de Risco - Corporativo - que tem como principais objetivos a identificação dos fatores de risco ao nível das principais atividades empresariais e dos respetivos controlos-chave para reduzir ou eliminar o seu impacto.
	Grau de cumprimento	Total

C - Remunerações e outros direitos

As empresas públicas devem:

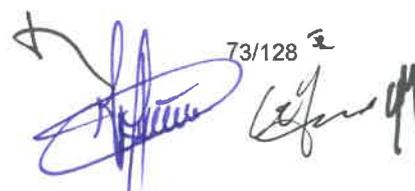
C1	Princípio	Divulgar publicamente em cada ano, nos termos da legislação aplicável, as remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro do órgão de administração e do órgão de fiscalização, distinguindo entre funções executivas e não executivas.
	Fundamentação	A divulgação pública das remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro dos diversos órgãos sociais da Águas da Região de Aveiro, S.A. consta no Relatório e Contas anual e do sítio da empresa na internet.
	Grau de cumprimento	Total
C2	Princípio	Divulgar anualmente todos os benefícios e regalias, designadamente quanto a seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa.
	Fundamentação	A divulgação anual de todos os benefícios e regalias de cada membro dos diversos órgãos sociais da Águas da Região de Aveiro, S.A. consta do Relatório e Contas anual e do sítio da empresa na internet.
	Grau de cumprimento	Total

D - Prevenção de conflitos de interesse

Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem:

D1	Princípio	Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.
	Fundamentação	Os membros do Conselho de Administração da Águas da Região de Aveiro, S.A. têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua atividade.
	Grau de cumprimento	Total
D2	Princípio	No início de cada mandato, sempre que se justificar, os membros dos órgãos sociais devem declarar ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, assim como relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, que possam gerar conflitos de interesse.
	Fundamentação	Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na Águas da Região de Aveiro, S.A. e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração da Águas da Região de Aveiro, S.A. cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação. Os membros do Conselho de Administração, de acordo com o estipulado no Estatuto do Gestor Público, comunicaram à Inspeção-geral de Finanças todas as participações e interesses patrimoniais que detinham, direta ou indiretamente, nas empresas onde exercem funções.
	Grau de cumprimento	Total

73/128



XI. ANEXOS DO RGS

Como anexos ao relatório da empresa deverão ser incluídos pelo menos os seguintes documentos:

1. *Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54º do RJSPE.*

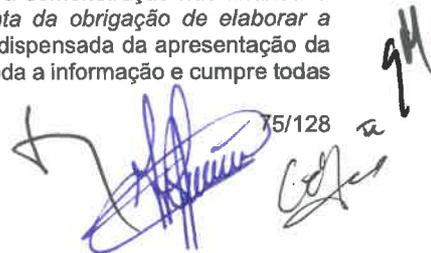


74/128

2. *Demonstração não financeira relativa ao exercício de 2022 que deverá conter informação referente ao desempenho e evolução da sociedade quanto a questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, igualdade de género, não discriminação, respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e tentativas de suborno (vide artigo 66.º-B do CSC) (aplicável às empresas de interesse público que à data do encerramento do seu balanço excedam um número médio de 500 trabalhadores durante o exercício anual – cfr. n.º 1 do mesmo artigo)¹⁷.*

A Águas da Região de Aveiro, S.A., apesar de ter um número médio de trabalhadores inferior a 500, dá cumprimento ao disposto no artigo 66º do CSC no presente relatório, nos capítulos V- A – Modelo de Governo; VI – B Controlo interno e Gestão de Riscos e IX – Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental. De referir ainda que no Relatório de Gestão e Contas nos capítulos Análise de Sustentabilidade, Gestão do Risco e Gestão do Capital Humano também se cumpre com o estipulado no artigo 66 do CSC.

¹⁷ O n.º 8 do artigo 66.º-B do CSC dispõe que “*uma empresa que elabore um relatório separado do relatório de gestão, correspondente ao mesmo exercício anual, que inclua as informações exigidas para a demonstração não financeira previstas no n.º 2 e seja elaborado nos termos previstos nos n.ºs 3 a 6, fica isenta da obrigação de elaborar a demonstração não financeira prevista no n.º 1º*”. Assim, caso a empresa pretenda ser dispensada da apresentação da demonstração não financeira, constitui sua responsabilidade verificar se o RGS inclui toda a informação e cumpre todas as formalidades exigidas pela lei.

75/128


RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
DA ÁGUAS DA REGIÃO DE AVEIRO, S.A. (AdRA)
SOBRE O RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO (RGS) DO ANO DE 2022

82
17

RELATÓRIO

1. Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o Conselho Fiscal emite o presente Parecer sobre o RGS da AdRA, apresentado pelo Conselho de Administração, relativamente ao período de 2022.
2. O RGS foi preparado e aprovado, pelo Conselho de Administração, em 3 de março de 2023 dando cumprimento ao n.º 1 do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e em consonância com o Manual para elaboração do RGS 2022, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM). O n.º 1 do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, estabelece que anualmente deve ser apresentado um relatório do qual conste informação atual e completa sobre as matérias reguladas na Secção II (Práticas de Bom Governo) do Capítulo II do referido Decreto-Lei.
3. O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da AdRA e a evolução dos seus negócios, designadamente, mediante contactos e reuniões com o seu Conselho de Administração, Revisor Oficial de Contas e Serviços Administrativos e Financeiros da AdRA, além da leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração e da informação financeira preparada regularmente pela AdRA e disponibilizada ao Conselho Fiscal.
4. O nosso trabalho consistiu em analisar e verificar se o RGS cumpre o disposto no referido Decreto-Lei e que é adequado à compreensão das "Boas Práticas de Governo Societário" adotadas no ano de 2022 pela AdRA e da forma como se desenrolou a atividade.
5. O Conselho Fiscal apreciou o "Parecer" favorável do Revisor Oficial de Contas dado ao RGS do ano de 2022, emitido em 6 de março de 2023, nos termos da legislação em vigor.
6. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que tem tido do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços Administrativos e Financeiros da AdRA, no desempenho das suas funções.

164

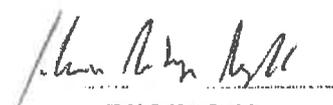
7. Com base no trabalho desenvolvido, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que o RGS relativo ao período de 2022, apresentado pelo Conselho de Administração, não é adequado à compreensão das "Bons Práticas de Governo Societário" adotadas naquele período pela AdRA e da forma como se desenrolou a atividade.

PARECER

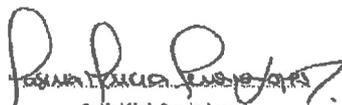
Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer favorável a que seja aprovado o RGS da AdRA, relativo ao período de 2022.

Sem afetar o parecer emitido no parágrafo anterior, informamos que a aprovação do RGS de 2022, nesta data, se encontra condicionado à monitorização e posterior aprovação da UTAM.

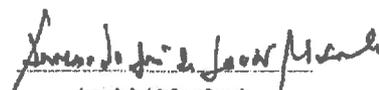
Aveiro, 6 de março de 2023



Sílvia Eriú Rodrigues Regalado
(Presidente)



Sílvia Mária Ferreira Lopes
(Vogal)



Arminda José de Sousa Resende
(Vogal)



Ao Conselho de Administração da
Águas da Região Aveiro, S.A.

***Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre o Relatório de Governo Societário
do exercício de 2022 da Águas da Região de Aveiro, S.A.***

Introdução

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, emitimos o Parecer sobre o Relatório de Governo Societário da Águas da Região de Aveiro, S.A. (a Entidade), apresentado pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Responsabilidades

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e aprovação do Relatório do Governo Societário do exercício de 2022, dando cumprimento ao n.º1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, bem como a informação atual e completa sobre as matérias reguladas na Secção II (Práticas do Bom Governo) do Capítulo II do referido Decreto-Lei e no Manual para elaboração do Relatório de Governo Societário 2022 da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial ("UTAM").

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Entidade e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos e reuniões com o seu Conselho de Administração e serviços, bem como através da leitura das atas das reuniões do seu Conselho de Administração e da informação financeira disponibilizada.

O nosso trabalho relativamente ao Relatório do Governo Societário, consistiu em analisar e verificar que o mesmo cumpre o disposto no referido Decreto-Lei, que foi elaborado em consonância com o Manual para a elaboração do Relatório de Governo Societário 2022 da UTAM e que é adequado à compreensão das Boas Práticas de Governo Societário adotadas no exercício de 2022 pela Entidade e da forma como se desenrolou a atividade.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

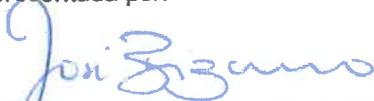
PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Parecer

Com base no trabalho desenvolvido, concluímos que o Relatório de Governo Societário, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, é adequado à forma como se desenrolou a atividade e à compreensão das Boas Práticas do Governo Societário adotadas no exercício de 2022 pela Águas da Região de Aveiro, S.A., e que o mesmo cumpre com os requisitos legais estabelecidos, incluindo as orientações administrativas aplicáveis.

6 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC nº 1957
Registado na CMVM com o nº 20200003

Deveres de informação dos gestores públicos

76/128

9/11

- Email: (11192)

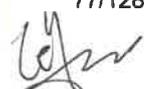
Tip: (Short text)

f.vasconcelos@adp.pt

- Telefone: (11193)

Tip: (Numeric)

917569330.0000000000


77/128
 

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO (829)

- Nome: (11188)

Tipo: (Short)

Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos

- NIF: (11189)

Tipo: (Numeric)

147619190.0000000000

- Morada: (11190)

Tipo: (Short)

Travessa Armando Alves Tavares, 52

- Localidade: (11211)

Tipo: (Short)

Porto

- Código Postal: (11191)

Tipo: (Short)

4100-010


78/128
904

NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO (630)

- Empresa/Entidade: (11194)

Tipo: (Short text)

AdRA - Águas da Região de Aveiro, S. A.

- NIPC: (11195)

Tipo: (Numeric)

509107630.0000000000

- Tipo de entidade: (11196)

Tipo: (List radio)

(A1) - Empresa pública do sector empresarial do Estado

- Endereço: (11197)

Tipo: (Short text)

Travessa Rua da Paz , 4

- Localidade: (11213)

Tipo: (Short-text)

Cacia - Aveiro

- Código Postal: (11198)

Tipo: (Short-text)

3800-587

- Email: (11199)

Tipo: (Short-text)

f.vasconcelos@adp.pt

- Telefone: (11200)

Tipo: (Numeric)

234910200.0000000000

- Cargo para que foi nomeado/eleito: (11201)

Tipo: (Short-text)

Presidente do Conselho de Administração


80/128

- Data de início do mandato: (11202)

Tipo: (Date)

15/06/2020

- A data do termo do mandato já ocorreu? (14949)

Tipo: (List radio)

(A2) - Não

- Data prevista do termo do mandato: (11203)

Tipo: (Date)

31/12/2022

 página 6 / 9
81/128
gm

- Detém participações, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções?

(11204)

Tipo: (Y/yes-no)

Não [X]

- Detém Interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções? (11217)

Tipo: (Y/yes-no)

Não [X]

- Detém participações, direta ou indiretamente, noutra empresa/entidade? (11206)

Tipo: (Y/yes-no)

Não [X]


82/128

- Detém interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, noutra empresa/entidade? (11249)

Tipo: (Y/yes/no)

Não

- Mantém relação com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerce funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse? (11208)

Tipo: (Y/yes/no)

Não

- Declaração de conformidade. (11210)

Tipo: (M/multiple opt)

Declaro, sob compromisso de honra, que todos os dados inseridos no formulário são verdadeiros, não contêm erros e correspondem à integralidade da informação relevante sobre Gestores Públicos. (11215)


84/128





B3. - Tipo de entidade:

Empresa pública do sector empresarial do Estado

Empresa pública do sector empresarial Local

Outro

B4. - Qual?

B5. - Endereço:
Travessa Rua da Paz, n.º 4

B6. - Localidade:
Aveiro

B7. - Código Postal:
3800-587 Aveiro

B8. - Email:
adra@adp.pt

B9. - Telefone:
2 3 4 9 1 0 2 0 0

B10. - Cargo para que foi nomeado/eleito:
Vogal Não Executivo do Conselho de Administração

B11. - Data de início do mandato:
2 0 2 0 - 0 6 - 1 5

B12. - Data prevista do termo do mandato:
2 0 2 3 - 0 6 - 1 5



Secção A: IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

A1. - Nome:

António Augusto Amaral Loureiro e Santos

A2. - NIF:

1 9 0 9 3 5 0 8 1

A3. - Morada:

Vila das Laranjeiras, Lote 15- Fração 5, 4º direito

A4. - Localidade:

Albergaria-a-Velha

A5. - Código Postal:

3850-182

A6. - Email:

antonio.loureiro@cm-albergaria.pt

A7. - Telefone:

9 3 4 5 2 1 8 6 7

Secção B: NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO

B1. - Empresa/Entidade:

Águas da Região de Aveiro - ADRA, SA

B2. - NIPC:

5 0 9 1 0 7 6 3 0

B20. - Identifique quais e respetivo titular:

UNIMADEIRAS - Produção, Comércio e Exploração Florestal, SA - NIPC 500293066 - Presidente Honorário do Conselho de Administração

B21. - Mantém relação com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerce funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse?

Sim

Não

B22. - Indique quais:

AMC - Associação de Municípios do Carvoeiro - Vouga

B23. - Declaração de conformidade.

Utilize o botão "Submeter" para gravar a sua declaração

Declaro, sob compromisso de honra, que todos os dados inseridos no formulário são verdadeiros, não contêm erros e correspondem à integralidade da informação relevante sobre Gestores Públicos


87/128




B13. - Detém participações, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções?

(n.º 1 do art.º 52.º do DL 133/2012, de 3 de outubro, e no n.º 9 do art.º 22.º, do DL n.º 71/2007, de 27 de março)

Sim

Não

B14. - Indique a percentagem de participação e respetivo titular:

B15. - Detém interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções?

Sim

Não

B16. - Indique quais e respetivo titular:

B17. - Detém participações, direta ou indiretamente, noutra empresa/entidade?

Sim

Não

B18. - Identifique cada uma das empresas/entidades (denominação e NIPC), percentagem de participação e respetivo titular:

- AMC - Associação de Municípios do Carvoeiro - Vouga - NIPC: 501816267 - Membro do Conselho Diretivo - Em representação do Município de Albergaria-a-Velha;
- ANEFA - Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente - NIPC: 502140550 - Presidente da Mesa da Assembleia Geral
- AFBV - Associação Florestal do Baixo Vouga - NIPC: 504433563 - Vice-Presidente do Conselho Fiscal
- Amaral e Loureiro, Lda - NIPC: 505242516 - titulares António Augusto Amaral Loureiro (quota de 50%) e Jorge Armando Mendes Loureiro (quota de 50%)

B19. - Detém interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, noutra empresa/entidade?

Sim

Não

Deveres de informação dos gestores públicos

CEG
89/128
gm

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO (829)

- Nome: (11188)

Tipo: (S/text-short)

Salvador Malheiro Ferreira da Silva

- NIF: (11189)

Tipo: (N/numeric)

207476403.0000000000

- Morada: (11190)

Tipo: (S/text-short)

Largo das Praças nº60

- Localidade: (11211)

Tipo: (S/text-short)

Cortegaça

- Código Postal: (11191)

Tipo: (S/text-short)

3885-217 Cortegaça-Ovar

90/128


- Email: (11192)

Tipo: (S)text-short)

salvador.malheiro@cm-ovar.pt

- Telefone: (11193)

Tipo: (N)numeric)

932031101.0000000000


91/128


NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO (830)

- Empresa/Entidade: (11194)

Tipo: (S/text-short)

Águas da Região de Aveiro

- NIPC: (11195)

Tipo: (N/numeric)

509107630.0000000000

- Tipo de entidade: (11196)

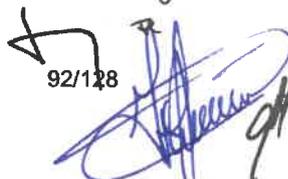
Tipo: (R./si-radio)

(A1) - Empresa pública do sector empresarial do Estado

- Endereço: (11197)

Tipo: (S/text-short)

Travessa Rua da Paz nº4


92/128


- Localidade: (11213)

Tipo: (Site-short)

Aveiro

- Código Postal: (11198)

Tipo: (Site-short)

3800-587 Aveiro

- Email: (11199)

Tipo: (Site-short)

adra@adp.pt

- Telefone: (11200)

Tipo: (Numeric)

234910200.0000000000

- Cargo para que foi nomeado/eleito: (11201)

Tipo: (Site-short)

Vogal Não Executivo

Questionários

Deveres de informação dos gestores públicos (ID:978151)

- Data de início do mandato: (11202)

Tipo: (Date)

15/08/2020

- Data prevista do termo do mandato: (11203)

Tipo: (Date)

15/06/2023

- Detém participações, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções?

(11204)

Tipo: (Yes-no)

Não [X]

- Detém interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções? (11217)
Tipo: (Y/yes-no)

Não [X]

- Detém participações, direta ou indiretamente, noutra empresa/entidade? (11206)
Tipo: (Y/yes-no)

Não [X]

- Detém interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, noutra empresa/entidade? (11249)
Tipo: (Y/yes-no)

Não [X]

- Mantém relação com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerce funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse? (11208)

Tipos (Y/yes-no)

Não

- Declaração de conformidade. (11210)

Tipos (M/multiple-opt)

Declaro, sob compromisso de honra, que todos os dados inseridos no formulário são verdadeiros, não contêm erros e correspondem à integralidade da Informação relevante sobre Gestores Públicos. (11215)


96/128

94

Deveres de informação dos gestores públicos

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO (829)

- Nome: (11188)

Tipo: (Short-text)

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda

- NIF: (11189)

Tipo: (Number)

167633864.0000000000

- Morada: (11190)

Tipo: (Short-text)

Rua do Campo Alegre, 764, 2º andar direito frente

- Localidade: (11211)

Tipo: (Short-text)

Porto

- Código Postal: (11191)

Tipo: (Short-text)

4150-171

98/128


• **Email: (11192)**

Tipo: (Text short)

femanda.lacerda@adp.pt

• **Telefone: (11193)**

Tipo: (Numeric)

934445388.0000000000

NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO (830)

- Empresa/Entidade: (11194)

Tipo: (S/text-short)

AdRA- Águas da Região de Aveiro

- NIPC: (11195)

Tipo: (N/numeric)

509107630.0000000000

- Tipo de entidade: (11196)

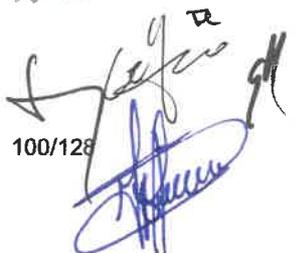
Tipo: (L/text-radio)

(A1) - Empresa pública do sector empresarial do Estado

- Endereço: (11197)

Tipo: (S/text-short)

Travessa Rua da Paz nº4 3800-587 Cacia, Aveiro



Questionários

Deveres de informação dos gestores públicos (ID 976151)

- Localidade: (11213)

Tipo: (Short-String)

Aveiro

- Código Postal: (11198)

Tipo: (Short-String)

3801 - 101

- Email: (11199)

Tipo: (Short-String)

adra@adp.pt

- Telefone: (11200)

Tipo: (Numeric)

234910299.0000000000

- Cargo para que foi nomeado/eleito: (11201)

Tipo: (Short-String)

Vogal Não Executivo do Conselho de Administração

- Data de início do mandato: (11202)

Tipo: (Data)

15/06/2020

- Data prevista do termo do mandato: (11203)

Tipo: (Data)

31/12/2022

- Detém participações, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções?

(11204)

Tipo: (Yes-no)

Não

- Detém interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções? (11217)

Tipo: (Y/yes no)

Não [X]

- Detém participações, direta ou indiretamente, noutra empresa/entidade? (11206)

Tipo: (Y/yes no)

Não [X]

- Detém interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, noutra empresa/entidade? (11249)

Tipo: (Y/yes no)

Não [X]


- Mantém relação com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerce funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse? (11208)

Tip: (Y)res no)

Não

- Declaração de conformidade. (11210)

Tip: (M)multiple opt)

Declaro, sob compromisso de honra, que todos os dados inseridos no formulário são verdadeiros, não contêm erros e correspondem à integralidade da informação relevante sobre Gestores Públicos. (11215)

Deveres de informação dos gestores públicos

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO (829)

- Nome: (11188)

Tipo: (Text-short)

Célia Maria Pereira Cardoso André

- NIF: (11189)

Tipo: (Numeric)

118144251.0000000000

- Morada: (11190)

Tipo: (Text-short)

Azinhaga das Carmelitas nº21 -10ºB

- Localidade: (11211)

Tipo: (Text-short)

lisboa

- Código Postal: (11191)

Tipo: (Text-short)

1600-419

Questionários

Deveres de informação dos gestores públicos (ID:976151)

- Email: (11192)

Tip: (Short-text)

c.andre@adp.pt

- Telefone: (11193)

Tip: (Numeric)

932368285.0000000000

  107/128

NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO (630)

- Empresa/Entidade: (11194)

Tipo: (Short)

AdRA - Águas da Região de Aveiro, SA

- NIPC: (11195)

Tipo: (Numeric)

509107630.0000000000

- Tipo de entidade: (11196)

Tipo: (List-radio)

(A1) - Empresa pública do sector empresarial do Estado

- Endereço: (11197)

Tipo: (Short)

Travessa Rua da Paz nº4

Questionários

Divisão de Informação dos Gestores Públicos (D 976151)

- Localidade: (11213)

Tipo: (Short text)

Cacia, Aveiro

- Código Postal: (11198)

Tipo: (Short text)

3800-587

- Email: (11199)

Tipo: (Short text)

adra@adp.pt

- Telefone: (11200)

Tipo: (Numeric)

234910200.0000000000

- Cargo para que foi nomeado/eleito: (11201)

Tipo: (Short text)

Vogal não executivo do Conselho de Administração

- Data de início do mandato: (11202)

Tipo: (Date)

15/06/2020

- Data prevista do termo do mandato: (11203)

Tipo: (Date)

31/12/2022

- Detém participações, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções?

(11204)

Tipo: (Yes-no)

Não [X]

- Detém interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerce funções? (11217)

Tipo: (Y/yes no)

Não [X]

- Detém participações, direta ou indiretamente, noutra empresa/entidade? (11206)

Tipo: (Y/yes no)

Não [X]

- Detém interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, noutra empresa/entidade? (11249)

Tipo: (Y/yes no)

Não [X]

- Mantém relação com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerce funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse? (11208)

Tipo: (Y/yes/no)

Não

- Declaração de conformidade. (11210)

Tipo: (M/multiple opt)

Declaro, sob compromisso de honra, que todos os dados inseridos no formulário são verdadeiros, não contém erros e correspondem à integralidade da informação relevante sobre Gestores Públicos. (11215)

**Declaração relativa à gestão de conflitos de interesses no setor público
(Recomendação do Conselho de Prevenção para a Corrupção, de 8 de janeiro de
2020 e cumprimento da Lei 52/2019 de 31 de julho)**

Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos, portador do Cartão de Cidadão n.º 03306279 0ZY8, válido até 10.12.2028, emitido pela República Portuguesa, a desempenhar funções de Presidente Executivo do Conselho de Administração na sociedade "AdRA – águas da Região de Aveiro, S.A." comprometo-me, para efeitos do disposto na Recomendação sobre a gestão de conflitos de interesses no setor público, emanada pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), de 8 de janeiro de 2020:

- a) A comunicar à "AdRA – águas da Região de Aveiro, S.A.", a existência de potenciais conflitos de interesses relativamente a cada procedimento que me seja confiado no âmbito das minhas funções, para efeitos de Inibição de participação nos mesmos.
- b) A recusar todas as ofertas, para mim ou terceiros, que possam ser interpretadas como uma tentativa de influenciar decisões, e de declarar anualmente todas as ofertas recebidas nas condições estipuladas pelo Código de Conduta e Ética em vigor no grupo AdP.
- c) No exercício das minhas funções e na prossecução de um desempenho imparcial, objetivo e transparente, a cumprir o Código de Conduta e Ética em vigor no grupo AdP e procurar as melhores práticas em termos de transparência, em linha com a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (princípio 10º de Global Compact das NU).
- d) A declarar-me impedido de tomar parte em deliberações quando nelas tenha interesse, por mim, como representante ou como gestor de negócios de outra pessoa ou ainda quando tal suceda em «...relação ao cônjuge, parente ou afim em linha recta ou até ao 2.º grau em linha colateral ou em relação com pessoa com quem viva em economia comum» (vd nº 7 do artº 22 do Estatuto do Gestor Público).


11/3/128


Mais declaro não estar, na presente data, em situação de incompatibilidade, impedimento ou conflito de interesse que impossibilite ou condicione o exercício das funções de Presidente Executivo, para as quais fui eleito em 15 de junho de 2020, declarando igualmente dar conhecimento à Sociedade de eventual situação superveniente das referidas situações.

Declaro ainda ter conhecimento das obrigações declarativas que sobre mim impendem, nos termos previstos no DL 71/2017 de 27 de março, na sua atual redação (Estatuto do gestor público), no DL 133/2013, de 3 de outubro (Regime jurídico do sector público empresarial) e na Lei 52/2019 de 31 de julho (que aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos).

Porto, ao dia 10 de julho de 2020


Fernando Vasconcelos


114/128


**Declaração relativa à gestão de conflitos de interesses no setor público
(Recomendação do Conselho de Prevenção para a Corrupção, de 8 de janeiro de
2020 e cumprimento da Lei 52/2019 de 31 de julho)**

Célia Maria Pereira Cardoso André, portadora do Cartão de Cidadão 04854784 OZY4, válido até 08.05.2028, emitido pela República Portuguesa, a desempenhar funções de Vogal Não Executivo do Conselho de Administração na sociedade "AdRA – águas da Região de Aveiro, S.A.", comprometo-me, para efeitos do disposto na Recomendação sobre a gestão de conflitos de interesses no setor público, emanada pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), de 8 de janeiro de 2020:

- a) A comunicar à "AdRA -- águas da Região de Aveiro, S.A.", a existência de potenciais conflitos de interesses relativamente a cada procedimento que me seja confiado no âmbito das minhas funções, para efeitos de inibição de participação nos mesmos.
- b) A recusar todas as ofertas, para mim ou terceiros, que possam ser interpretadas como uma tentativa de influenciar decisões, e de declarar anualmente todas as ofertas recebidas nas condições estipuladas pelo Código de Conduta e Ética em vigor no grupo AdP.
- c) No exercício das minhas funções e na prossecução de um desempenho imparcial, objetivo e transparente, a cumprir o Código de Conduta e Ética em vigor no grupo AdP e procurar as melhores práticas em termos de transparência, em linha com a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (princípio 10º de Global Compact das NU).
- d) A declarar-me impedido de tomar parte em deliberações quando nelas tenha interesse, por mim, como representante ou como gestor de negócios de outra pessoa ou ainda quando tal suceda em «...relação ao cônjuge, parente ou afim em linha recta ou até ao 2.º grau em linha colateral ou em relação com pessoa com quem viva em economia comum» (vd nº 7 do art.º 22 do Estatuto do Gestor Público).


115/128

Mais declaro não estar, na presente data, em situação de incompatibilidade, impedimento ou conflito de interesse que impossibilite ou condicione o exercício das funções de Vogal Não Executivo, para as quais fui eleito em 15 de junho de 2020, declarando igualmente dar conhecimento à Sociedade de eventual situação superveniente das referidas situações.

Declaro ainda ter conhecimento das obrigações declarativas que sobre mim impendem, nos termos previstos no DL 71/2017 de 27 de março, na sua atual redação (Estatuto do gestor público), no DL 133/2013, de 3 de outubro (Regime jurídico do sector público empresarial) e na Lei 52/2019 de 31 de julho (que aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos).

Lisboa, ao dia 10 de julho de 2020

Célia Áesia Pereira Castro André



116/128



**Declaração relativa à gestão de conflitos de interesses no setor público
(Recomendação do Conselho de Prevenção para a Corrupção, de 8 de janeiro de
2020 e cumprimento da Lei 52/2019 de 31 de julho)**

Fernanda da Concelção de Abreu Lacerda, portadora do Cartão de Cidadão n.º 09775195 2ZW9, válido até 12.06.2030, emitido pela República Portuguesa, a desempenhar funções de Vogal Não Executivo do Conselho de Administração na sociedade "AdRA – águas da Região de Aveiro, S.A." comprometo-me, para efeitos do disposto na Recomendação sobre a gestão de conflitos de interesses no setor público, emanada pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), de 8 de janeiro de 2020:

- a) A comunicar à "AdRA – águas da Região de Aveiro, S.A.", a existência de potenciais conflitos de interesses relativamente a cada procedimento que me seja confiado no âmbito das minhas funções, para efeitos de inibição de participação nos mesmos.
- b) A recusar todas as ofertas, para mim ou terceiros, que possam ser interpretadas como uma tentativa de influenciar decisões, e de declarar anualmente todas as ofertas recebidas nas condições estipuladas pelo Código de Conduta e Ética em vigor no grupo AdP.
- c) No exercício das minhas funções e na prossecução de um desempenho imparcial, objetivo e transparente, a cumprir o Código de Conduta e Ética em vigor no grupo AdP e procurar as melhores práticas em termos de transparência, em linha com a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (princípio 10º de Global Compact das NU).
- d) A declarar-me impedido de tomar parte em deliberações quando nelas tenha interesse, por mim, como representante ou como gestor de negócios de outra pessoa ou ainda quando tal suceda em «...relação ao cônjuge, parente ou afim em linha recta ou até ao 2.º grau em linha colateral ou em relação com pessoa com quem viva em economia comum» (vd n.º 7 do art.º 22 do Estatuto do Gestor Público).


117/128 

Mais declaro não estar, na presente data, em situação de incompatibilidade, impedimento ou conflito de interesse que impossibilite ou condicione o exercício das funções de Vogal Não Executivo, para as quais fui eleito em 15 de junho de 2020, declarando igualmente dar conhecimento à Sociedade de eventual situação superveniente das referidas situações.

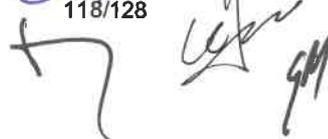
Declaro ainda ter conhecimento das obrigações declarativas que sobre mim impendem, nos termos previstos no DL 71/2017 de 27 de março, na sua atual redação (Estatuto do gestor público), no DL 133/2013, de 3 de outubro (Regime jurídico do sector público empresarial) e na Lei 52/2019 de 31 de julho (que aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos).

Porto, ao dia 10 de julho de 2020

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda



118/128



**Declaração relativa à gestão de conflitos de interesses no setor público
(Recomendação do Conselho de Prevenção para a Corrupção, de 8 de janeiro de
2020 e cumprimento da Lei 52/2019 de 31 de julho)**

António Augusto Amaral Loureiro e Santos, portador do Cartão de Cidadão n.º 04854784 0ZY4, válido até 08.05.2028, emitido pela República Portuguesa, a desempenhar funções de Vogal Não Executivo do Conselho de Administração na sociedade "AdRA – águas da Região de Aveiro, S.A." comprometo-me, para efeitos do disposto na Recomendação sobre a gestão de conflitos de interesses no setor público, emanada pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), de 8 de janeiro de 2020:

- a) A comunicar à "AdRA – águas da Região de Aveiro, S.A.", a existência de potenciais conflitos de interesses relativamente a cada procedimento que me seja confiado no âmbito das minhas funções, para efeitos de inibição de participação nos mesmos.
- b) A recusar todas as ofertas, para mim ou terceiros, que possam ser Interpretadas como uma tentativa de influenciar decisões, e de declarar anualmente todas as ofertas recebidas nas condições estipuladas pelo Código de Conduta e Ética em vigor no grupo AdP.
- c) No exercício das minhas funções e na prossecução de um desempenho imparcial, objetivo e transparente, a cumprir o Código de Conduta e Ética em vigor no grupo AdP e procurar as melhores práticas em termos de transparência, em linha com a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (princípio 10º de Global Compact das NU).
- d) A declarar-me impedido de tomar parte em deliberações quando nelas tenha interesse, por mim, como representante ou como gestor de negócios de outra pessoa ou ainda quando tal suceda em «...relação ao cônjuge, parente ou afim em linha recta ou até ao 2.º grau em linha colateral ou em relação com pessoa com quem viva em economia comum» (vd n.º 7 do art.º 22 do Estatuto do Gestor Público).



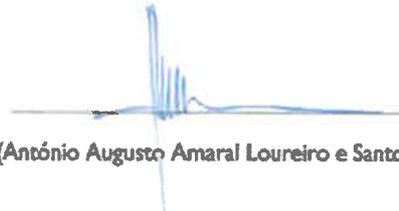
119/128



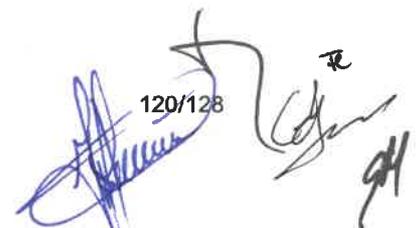
Mais declaro não estar, na presente data, em situação de incompatibilidade, impedimento ou conflito de interesse que impossibilite ou condicione o exercício das funções de Vogal Não Executivo, para as quais fui eleito em 15 de junho de 2020, declarando igualmente dar conhecimento à Sociedade de eventual situação superveniente das referidas situações.

Declaro ainda ter conhecimento das obrigações declarativas que sobre mim impendem, nos termos previstos no DL 71/2017 de 27 de março, na sua atual redação (Estatuto do gestor público), no DL 133/2013, de 3 de outubro (Regime jurídico do sector público empresarial) e na Lei 52/2019 de 31 de julho (que aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos).

Albergaria-a-Velha, ao dia 10 de julho de 2020



(António Augusto Amaral Loureiro e Santos)



120/128

**Declaração relativa à gestão de conflitos de interesses no setor público
(Recomendação do Conselho de Prevenção para a Corrupção, de 8 de janeiro de
2020 e cumprimento da Lei 52/2019 de 31 de julho)**

Salvador Malheiro Ferreira da Silva, portador do Cartão de Cidadão n.º 04854784 0ZY4, válido até 08.05.2028, emitido pela República Portuguesa, a desempenhar funções de Vogal Não Executivo do Conselho de Administração na sociedade "AdRA – águas da Região de Aveiro, S.A." comprometo-me, para efeitos do disposto na Recomendação sobre a gestão de conflitos de interesses no setor público; emanada pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), de 8 de janeiro de 2020:

- a) A comunicar à "AdRA – águas da Região de Aveiro, S.A.", a existência de potenciais conflitos de interesses relativamente a cada procedimento que me seja confiado no âmbito das minhas funções, para efeitos de inibição de participação nos mesmos.
- b) A recusar todas as ofertas, para mim ou terceiros, que possam ser interpretadas como uma tentativa de influenciar decisões, e de declarar anualmente todas as ofertas recebidas nas condições estipuladas pelo Código de Conduta e Ética em vigor no grupo AdP.
- c) No exercício das minhas funções e na prossecução de um desempenho imparcial, objetivo e transparente, a cumprir o Código de Conduta e Ética em vigor no grupo AdP e procurar as melhores práticas em termos de transparência, em linha com a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (princípio 10º de Global Compact das NU).
- d) A declarar-me impedido de tomar parte em deliberações quando nelas tenha interesse, por mim, como representante ou como gestor de negócios de outra pessoa ou ainda quando tal suceda em *«...relação ao cônjuge, parente ou afim em linha recta ou até ao 2.º grau em linha colateral ou em relação com pessoa com quem viva em economia comum»* (vd n.º 7 do art.º 22 do Estatuto do Gestor Público).



121/128


Mais declaro não estar, na presente data, em situação de incompatibilidade, impedimento ou conflito de interesse que impossibilite ou condicione o exercício das funções de Vogal Não Executivo, para as quais fui eleito em 15 de junho de 2020, declarando igualmente dar conhecimento à Sociedade de eventual situação superveniente das referidas situações.

Declaro ainda ter conhecimento das obrigações declarativas que sobre mim impendem, nos termos previstos no DL 71/2017, de 27 de março, na sua atual redação (Estatuto do gestor público), no DL 133/2013, de 3 de outubro (Regime jurídico do sector público empresarial) e na Lei 52/2019 de 31 de julho (que aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos).

Ovar, ao dia 10 de julho de 2020

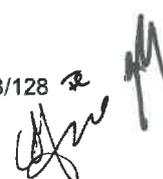

Salvador Malheiro Ferreira da Silva


122/128

Declaração relativa à gestão de conflitos de interesses no setor público
(Recomendação do Conselho de Prevenção para a Corrupção, de 8 de janeiro de 2020 e cumprimento da Lei 52/2019 de 31 de julho)

Joaquim Manuel dos Santos Baptista, portador do Cartão de Cidadão n.º **08910392**, válido até **02.03.2031**, emitido pela República Portuguesa, a desempenhar funções de vogal não executivo do conselho de administração na sociedade "AdRA - águas da Região de Aveiro, S.A." **comprometo-me**, para efeitos do disposto na Recomendação sobre a gestão de conflitos de interesses no setor público, emanada pelo conselho de prevenção da corrupção (CPC), de 8 de janeiro de 2020:

- a) A comunicar à "AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.", a existência de potenciais conflitos de interesses relativamente a cada procedimento que me seja confiado no âmbito das minhas funções, para efeitos de inibição de participação nos mesmos.
- b) A recusar todas as ofertas, para mim ou terceiros, que possam ser interpretadas como uma tentativa de influenciar decisões, e de declarar anualmente todas as ofertas recebidas nas condições estipuladas pelo Código de Conduta e Ética em vigor no grupo AdP.
- c) No exercício das minhas funções e na prossecução de um desempenho imparcial, objetivo e transparente, a cumprir o Código de Conduta e Ética em vigor no grupo AdP e procurar as melhores práticas em termos de transparência, em linha com a convenção das nações unidas contra a corrupção (princípio 10º de Global Compact das NU).

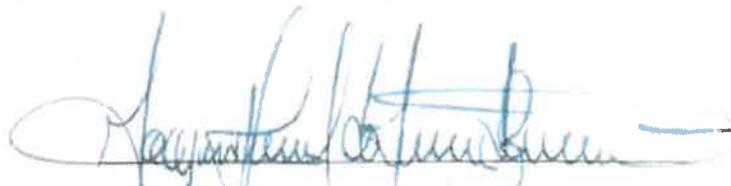

123/128 

d) A declarar-me impedido de tomar parte em deliberações quando nelas tenha interesse, por mim, como representante ou como gestor de negócios de outra pessoa ou ainda quando tal suceda em «...relação ao cônjuge, parente ou afim em linha recta ou até ao 2.º grau em linha colateral ou em relação com pessoa com quem viva em economia comum» (vide nº 7, do art. 22º, do Estatuto do Gestor Público).

Mais declaro não estar, na presente data, em situação de incompatibilidade, impedimento ou conflito de interesse que impossibilite ou condicione o exercício das funções de vogal não executivo, para as quais fui eleito em 16 de março de 2022, declarando igualmente dar conhecimento à sociedade AdRA de eventual situação superveniente das referidas situações.

Declaro ainda ter conhecimento das obrigações declarativas que sobre mim impendem, nos termos previstos no DL 71/2017, de 27 de março, na sua atual redação (Estatuto do Gestor Público), no DL 133/2013, de 3 de outubro (Regime Jurídico do Setor Público Empresarial) e na Lei 52/2019, de 31 de julho (que aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos).

Murtosa, ao dia 12 de abril de 2022


(Joaquim Manuel dos Santos Baptista)


124/128

Ao conselho fiscal da
"AdRA - Águas da Região de Aveiro S.A."
Travessa rua da Paz, n.º4
3800-587, Cacia

Murtosa, 12 de abril de 2022

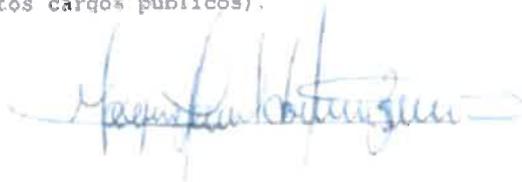
Eu, **Joaquim Manuel dos Santos Baptista**, com domicílio na Estrada Nacional 327, n.º 150 Sul, 3870-301 Torreira, com o número de contribuinte 172023149, na qualidade de vogal não executivo, eleito na Assembleia Geral ordinária da sociedade AdRA de 16 de março de 2022, para o mandato em curso 2020-2022, em representação do município da Murtosa, venho, em cumprimento do art.º 52.º do DL 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, declarar que não detenho direta ou indiretamente quaisquer participações ou interesses patrimoniais na sociedade AdRA ou em outras com as quais esta esteja em relação de Grupo.

Declaro também que não detenho relação relevante com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio da sociedade AdRA, ou em outras com as quais esta esteja em relação de Grupo, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Declaro ainda não estar, na presente data, em situação de incompatibilidade, impedimento ou conflito de interesse direta ou indiretamente relacionado com o exposto nos parágrafos que antecedem, que impossibilite ou condicione o exercício das funções de vogal não executivo do conselho de administração da AdRA, declarando igualmente dar conhecimento à referida sociedade de eventual situação superveniente das referidas situações.

Por último, declaro ter conhecimento das obrigações declarativas que sobre mim impendem, nos termos previstos no DL 73/2017 de 27 de março, na sua atual redação (Estatuto do Gestor Público), no DL 133/2013, de 3 de outubro (Regime Jurídico do Setor Público Empresarial) e na Lei 52/2019 de 31 de julho (que aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos).

Com os melhores cumprimentos,



Ào conselho de administração da
"AdRA - Águas da Região de Aveiro S.A."
Travessa rua da Paz, n.º4
3800-587, Cacia

Murtosa, ao dia 12 de abril de 2022

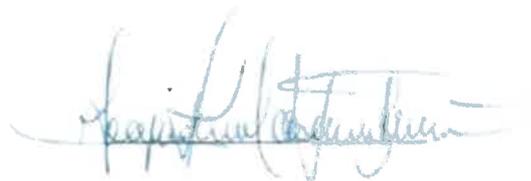
Eu, **Joaquim Manuel dos Santos Baptista**, com domicílio na Estrada Nacional 327, n.º 150 Sul, 3870-301 Torreira, com o número de contribuinte 172023149, na qualidade de vogal não executivo, eleito na Assembleia Geral ordinária da sociedade AdRA de 16 de março de 2022, para o mandato em curso 2020-2022, em representação do município da Murtosa, venho, em cumprimento do artº 52º do DL 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, declarar que não detenho direta ou indiretamente quaisquer participações ou interesses patrimoniais na sociedade AdRA ou em outras com as quais esta esteja em relação de Grupo.

Declaro também que não detenho relação relevante com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio da sociedade AdRA, ou em outras com as quais esta esteja em relação de Grupo, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Declaro ainda não estar, na presente data, em situação de incompatibilidade, impedimento ou conflito de interesse direta ou indiretamente relacionado com o exposto nos parágrafos que antecedem, que impossibilite ou condicione o exercício das funções de vogal não executivo do conselho de administração da AdRA, declarando igualmente dar conhecimento à referida sociedade de eventual situação superveniente das referidas situações.

Por último, declaro ter conhecimento das obrigações declarativas que sobre mim impendem, nos termos previstos no DL 71/2017 de 27 de março, na sua atual redação (Estatuto do Gestor Público), no DL 133/2013, de 3 de outubro (Regime Jurídico do Setor Público Empresarial) e na Lei 52/2019 de 31 de julho (que aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos).

Com os melhores cumprimentos,



126/128

SM

Aveiro, 03 de março de 2023

O Conselho de Administração

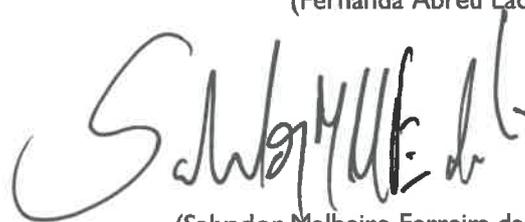


(Fernando Coutinho Vasconcelos - Presidente)

Célia Maria Pereira Cardoso André

(Célia Cardoso André – Vogal)

Fernanda Conceição de Abreu Lacerda
(Fernanda Abreu Lacerda - Vogal)



(Salvador Malheiro Ferreira da Silva - Vogal)



(Joaquim Manuel dos Santos Baptista - Vogal)

